

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**GRUPOS DOMÉSTICOS E COMPORTAMENTO DE CONSUMO EM PORTO
ALEGRE NO SÉCULO XIX: O SOLAR LOPO GONÇALVES**

LUÍS CLÁUDIO PEREIRA SYMANSKI

como
a
em
do

Dissertação apresentada
requisito parcial e final para
obtenção do grau de Mestre
Arqueologia, sob orientação
Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Porto Alegre, março de 1997.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que me ajudaram ao longo dessa jornada. A todos sou muito grato. Mas, certamente, só foi possível realizar este trabalho devido ao auxílio de algumas pessoas a quem devo agradecimentos especiais:

- ao meu orientador Dr. Arno Alvarez Kern, pela atenção e, sobretudo, pelas frutíferas discussões mantidas em todos os estágios da pesquisa, que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho;

- à Dra. Tania Andrade Lima, a quem devo a minha formação em Arqueologia Histórica, pelo incentivo e apoio sempre presentes. Os principais tópicos abordados nesta dissertação foram baseados na temática de um curso sobre cotidiano doméstico e cultura material ministrado por ela na USP, em 1994, ao qual eu tive o privilégio de participar na qualidade de aluno especial;

- à Fernanda Bordin Tocchetto, pela confiança em mim depositada, que constituiu um verdadeiro ponto de apoio durante os momentos mais difíceis com que me deparei ao longo deste trabalho;

- ao Marcos André Torres de Souza, pelas valiosas críticas e discussões, mantidas em um intercâmbio de idéias e informações ininterrupto;

- à Ana Cristina de Souza, também pelo intercâmbio de idéias e informações, que muito contribuiu para o desenvolvimento desta dissertação;

- ao Álvaro Luís Silveira Marcolin, pelo grande auxílio prestado no trabalho de campo;

- ao Alberto Tavares Oliveira, Sérgio Rovam Ozório e Manuel, que também ajudaram no trabalho de campo;
- à Ana Letícia A. Vignol, pela ajuda no trabalho de laboratório;
- ao Cláudio B. Carle, por muitas das fotografias de campo que ilustram este trabalho;
- ao CNPq, pelo suporte financeiro ao longo do curso;
- às secretárias do Curso de Pós-Graduação em História Carla e Rosana, pela atenção e boa vontade com que me auxiliaram todas as vezes que precisei, que não foram poucas;
- à minha querida Fernanda a Campis, pelo carinho e paciência com que me aturou mesmo nas épocas de maior atribulação;
- ao meu pai, pelo auxílio prestado em todos os momentos;
- à minha mãe, cujo apoio constante me permitiu alcançar esta meta.

RESUMO

O presente trabalho analisa as evidências materiais resgatadas de uma unidade doméstica porto-alegrense de meados do século XIX: o Solar Lopo Gonçalves. A partir da análise das louças exumadas e da própria estrutura de habitação buscou-se discutir questões relacionadas ao comportamento de consumo dos ocupantes desse sítio doméstico e suas mudanças com o decorrer daquele século. Para tanto a amostra de louças foi dividida em dois períodos, alusivos às duas famílias que ocuparam o solar entre 1850 e 1890. As diferenças entre o material atribuído a cada ocupação indicaram mudanças no modo de uso desses itens de consumo que foram explicadas em função de um contexto mais amplo: o do desenvolvimento urbano de Porto Alegre no século XIX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO I - O ESPAÇO URBANO: PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX.....	18
A Cidade Baixa.....	35
CAPÍTULO II - A UNIDADE RESIDENCIAL: ESPAÇO E GRUPOS DOMÉSTICOS NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.....	42
A arquitetura doméstica e o uso do espaço.....	43
A casa brasileira oitocentista: compartimentação, comunicação e uso.....	45
O Solar Lopo Gonçalves.....	61
CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS DE DEPOSIÇÃO DO REFUGO DOMÉSTICO E O SOLAR LOPO GONÇALVES.....	84
A situação do lixo na Porto Alegre oitocentista.....	85
A evidência arqueológica.....	88
CAPÍTULO 4 - AS LOUÇAS DO SOLAR LOPO GONÇALVES.....	124
Considerações sobre os padrões decorativos.....	160

Considerações sobre a forma e a função das louças.....	168
Separando a amostra por grupos domésticos.....	171
A ocupação Lopo Gonçalves.....	174
A ocupação Joaquim Gonçalves.....	179
A frequência das formas de louça por ocupação.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208

INTRODUÇÃO

O estudo das evidências arqueológicas provenientes de unidades domésticas tem se revelado como uma das mais fecundas vias de pesquisa da Arqueologia Histórica. Considerados como vestígios do comportamento humano do passado, esses elementos materiais da cultura se apresentam como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que a produziram, evidenciando, portanto, os aspectos não conscientes e, nas palavras de Lima et alii (1989a:205), “...por isso mesmo altamente reveladores da estrutura de uma sociedade”. Por outro lado, os registros escritos, que fornecem informações sobre a extensão de tempo na qual o sítio pesquisado foi ocupado, a história da região em que ele está inserido, a condição econômica e composição¹ dos grupos domésticos que o ocuparam e, por vezes, o próprio arrolamento dos itens materiais que se encontravam no interior do domicílio na época do falecimento de seu proprietário, aliados às evidências recuperadas através da pesquisa arqueológica, possibilitam a reconstituição de um quadro muito mais amplo sobre os modos de vida e o cotidiano de grupos domésticos do passado do que aquele que seria possível se o pesquisador tivesse acesso a apenas um tipo de fonte.

Uma das principais vantagens das pesquisas arqueológicas em unidades residenciais e em seu entorno é a possibilidade de relacionar aos seus ocupantes, que controlaram o espaço do pátio e os artefatos nele depositados, o material exumado. A análise arqueológica desses artefatos, como lembra Spencer-Wood (1987:02), recupera o comportamento combinado de aquisição e deposição de todos os residentes do domicílio e, possivelmente, o comportamento de alguns visitantes. Com a obtenção de informações documentais sobre os grupos domésticos que ocuparam o sítio em estudo, o arqueólogo penetra num campo potencialmente fértil, o qual permite um frutífero confronto entre aquilo que foi escrito (fontes documentais) e o que foi feito (fontes materiais) posto que,

¹ A composição ou morfologia de um grupo doméstico diz respeito à quantidade, sexo e faixa etária dos indivíduos que o compõe, ou seja: o número de homens e mulheres, a proporção de crianças para adultos, o número da família nuclear, da família não nuclear, dos residentes não familiares, etc. (Mrozowski, 1984:41)

como observa Leone (1988:33), artefatos e documentos são epistemologicamente separados e não são idênticos. Tal confronto pode levar a uma nova via de análise, pois possibilita a discussão de problemas que não seriam passíveis de evidenciação, caso o dado arqueológico fosse trabalhado apenas com o propósito de fornecer informações complementares a uma pesquisa histórica.

Os vestígios arqueológicos exumados do quintal de uma habitação são evidências das atividades cotidianas de um dado grupo doméstico em sua interação com a sociedade como um todo. Para entender tais atividades, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo e socialização, a partir dos elementos materiais da cultura, deve-se considerar a existência de uma interação entre esses elementos e os grupos domésticos a eles relacionados. Nessa perspectiva, os artefatos são investidos de significados que o arqueólogo busca compreender através de hipóteses e inferências que se adequem aos dados levantados por meio da pesquisa arqueológica e documental.

Este trabalho tem como objeto de estudo uma unidade residencial de meados do século XIX, o Solar Lopo Gonçalves, e os dois primeiros grupos domésticos que a ocuparam: a família de Lopo Gonçalves Bastos e a de seu genro e sobrinho, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro. Inicialmente caracterizada como sede de uma chácara localizada em ambiente semi-rural próximo a Porto Alegre, a edificação em questão, devido ao processo de expansão da cidade, foi estreitada numa paisagem urbana². Seu primeiro proprietário, Lopo Gonçalves Bastos, um bem sucedido comerciante que atuou no ramo de secos e molhados, no comércio de escravos e em empreendimentos imobiliários, compôs uma das maiores fortunas da Porto Alegre de sua época. Com a sua morte (1872), a maior parte de seu patrimônio, inclusive o solar, foi herdada por Joaquim Gonçalves, que também foi um comerciante de sucesso.

O quadro de referência teórico utilizado nesta investigação provém da chamada Arqueologia Processual. Esta vertente teórica tem por objetivo, como seu próprio nome indica, identificar e explicar os processos culturais que deixaram suas marcas no registro arqueológico. Os arqueólogos pré-historiadores que seguem esta linha adotaram uma

²Este solar permaneceu nas mãos dos herdeiros de Lopo Gonçalves até 1946. A partir de então ele foi utilizado como depósito de uma fábrica de velas, depois transformou-se em casa de cômodos até que, em

estrutura conceitual neoevolucionista, baseada, sobretudo, na Antropologia Cultural de Julian Steward e Leslie White, a qual apregoa a existência de um alto grau de regularidade no comportamento humano. Assim, segundo Binford (1962), a meta da arqueologia deve ser a mesma da antropologia, ou seja, explicar a gama total de similaridades e diferenças no comportamento cultural. Nessa concepção a cultura é considerada como um sistema adaptativo, posto que serve para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. A mudança cultural é, por conseguinte, explicada sob um ponto de vista sistêmico. Sendo a cultura composta por um conjunto de elementos em interação solidária é possível isolar, no interior deste conjunto, certos domínios, suscetíveis de serem analisados separadamente. Desta forma, para um grupo indígena, a agricultura, a caça, o comércio com outros grupos, as variáveis ambientais, etc., podem ser todos considerados elementos ou subsistemas de um sistema. A manutenção do modo de vida desse grupo dependerá, portanto, do equilíbrio entre esses elementos do sistema. A mudança cultural, assim, ocorre através de variações em um ou mais subsistemas, “...que crescem, substituem ou reforçam outros e alcançam equilíbrio em um plano diferente” (Flannery, 1977:104)³. As transformações nesse sistema são analisadas através do teste de hipóteses fornecidas pela teoria evolucionista.

A fim de garantir uma rigorosidade científica com relação às suas explicações sobre o passado, os arqueólogos processuais utilizam os mesmos métodos e critérios de validade das ciências naturais (Patterson, 1990). Nesse sentido eles se voltaram, inicialmente, para os ditames da filosofia da ciência de Hempel, considerando que “...todas as explicações deviam ser estruturadas em termos de generalizações mais ambiciosas: as leis naturais” (Renfrew & Bahn, 1991:416). Isso gerou a busca de afirmações em forma de lei que tivessem um valor universal, as quais poderiam conceber a arqueologia “...como uma disciplina científica formal, com a mesma estrutura lógica que todas as demais ciências” (Watson et alii, 1987:25). Porém, como Renfrew e Bahn (op. cit.:416) observam, os arqueólogos processuais que tentaram aplicar essa concepção de explicação aos dados arqueológicos não obtiveram sucesso, posto que é muito difícil

1979, foi decretado bem imóvel de valor histórico e cultural da cidade de Porto Alegre. Entre 1980 e 1982 foi restaurado, vindo a tornar-se sede do Museu Municipal Joaquim José Felizardo (Giacomelli, 1992).

³ Todas as traduções apresentadas neste trabalho são responsabilidade do autor.

descobrir leis gerais sobre o comportamento humano que não sejam por demais simplórias. As tentativas empreendidas nesse sentido, como bem coloca Flannery (citado em Renfrew & Bahn, *ibidem*), desembocaram em truísmos do tipo “...quando a população de um sítio aumenta, o número de fossos de estocagem irá aumentar também”.

Nos anos 70 muitos arqueólogos processuais reconheceram as falhas da orientação hempeliana, mas, não abrindo mão de um método estritamente científico para a arqueologia, se voltaram para a filosofia da ciência de Karl Popper, considerada uma abordagem muito menos rígida que aquela de Hempel, devido à sua menor ênfase nas afirmações em forma de lei (Renfrew & Bahn, *op. cit.*:416). De qualquer forma manteve-se a visão evolucionista de mudança cultural, e a busca por regularidades resultantes desse processo.

Na Arqueologia Histórica, os partidários da corrente processual, pelo fato de trabalharem com sociedades complexas, pré-industriais e industriais, dão menos ênfase aos aspectos teóricos relacionados ao neoevolucionismo e ao caráter adaptativo da cultura. É, no entanto, mantida a necessidade de se fazer uma investigação orientada cientificamente, baseada, sobretudo, em dados quantitativos, que são estatisticamente trabalhados, inclusive com o emprego de fórmulas. Da mesma forma, é sustentada uma forte concepção materialista, privilegiando os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais da cultura em detrimento dos ideológicos.

O reconhecimento de padrões no registro arqueológico, seja de classes de artefatos ou de deposição de refugio, é outro aspecto destacado. Segundo South (1977), tais padrões deveriam ser expressos como leis, sendo o objetivo do arqueólogo explicar as razões da existência dessas regularidades. É tido como premissa desses estudos que o dado arqueológico padronizado relaciona-se a um comportamento humano padronizado, de modo que qualquer desvio da norma corresponde a um comportamento desviante e que deve, por conseguinte, ser explicado.

A forma como a teoria dos sistemas é empregada também difere na Arqueologia Histórica, enfatizando menos as variáveis ambientais, e mais outras variáveis que podem influir no comportamento material dos ocupantes de um sítio, tais como: condição econômica, acesso ao mercado, etnicidade, composição do grupo doméstico, e ciclo de

vida dos indivíduos que o compõem (Spencer-Wood, op. cit.:8). Essas variáveis muitas vezes podem ser controladas pelo pesquisador devido ao acesso às fontes documentais sobre o grupo em estudo.

As evidências materiais analisadas nesta pesquisa, assim como o próprio Solar Lopo Gonçalves, foram abordados privilegiando uma estrutura de comportamento de consumo. Tal estrutura é empregada com frequência em trabalhos processualistas que têm por meta verificar a forma como determinadas variáveis sócio-culturais (no caso a variabilidade do *status* sócio econômico) são manifestadas no registro arqueológico. Das várias definições existentes para comportamento de consumo uma bastante abrangente é aquela fornecida por LeeDecker (1991:30):

...No senso mais amplo, comportamento de consumo incorpora atividades relacionadas à satisfação das necessidades e desejos humanos. Estreitamente definido, comportamento de consumo relaciona-se aos padrões de gasto individual do grupo doméstico, ou de grupos, e especificamente à aquisição e uso dos itens materiais. Dentro do campo da arqueologia, os estudos de consumo são geralmente focalizados sobre os bens materiais do cotidiano ou matérias alimentícias.

Outra definição digna de nota é a de Praetzellis et alii (1988:193), que vêem comportamento de consumo como “...a participação de diferentes grupos sociais na expressão local de um sistema econômico nacional”. De fato, a aquisição dos itens materiais nas sociedades pré-industriais e industriais ocorre, na grande maioria das vezes, através do comércio e, mesmo que sejam referentes a escolhas individuais, deve ser lembrado que o indivíduo é influenciado pelo ambiente sócio-cultural no qual está inserido, posto que, como assevera Henry (1992:03), o ato de consumir não é somente comportamento econômico, mas também social. Os itens materiais, portanto, podem atuar como indicadores da filiação social de seus usuários, um aspecto que tem implicações significativas sob o ponto de vista de uma arqueologia dos grupos domésticos. Ao fazer parte de um grupo, aqui definido como “...uma coletividade cujos membros compartilham crenças, valores, atitudes, e padrões de comportamento em

comum, assim como símbolos que a representam” (Henry, 1987:360), as escolhas de consumo do indivíduo refletirão os gostos dessa coletividade e servirão para reafirmar sua filiação neste grupo. Assim, como observam Orlove e Rutz (1989:17, citados em Blanton, 1994:08), “...um sistema de categorias de bens [pode] ser ligado a um sistema de classificação social ”⁴.

Considerando essas proposições, esperava-se que o material arqueológico recuperado do Solar Lopo Gonçalves refletisse a condição econômico-social de seus usuários, posto que o fato de se tratarem de grupos domésticos historicamente conhecidos tornava mais propícia a análise de seus padrões de consumo a partir dessas evidências. Porém, como afirma Spencer-Wood (op. cit.:08), para fazer inferências sobre o comportamento de consumo relacionado a *status*⁵ é necessário que os dados documentais sobre a condição econômica do grupo doméstico em estudo possam ser relacionados a padrões arqueológicos. Assim,

à
cultural

...as variações de padrões de artefatos nos sítios podem ser conectadas
participação de grupos domésticos em padrões de comportamento
relacionados à estratificação econômica e social (ibidem).

É necessário, portanto, o pesquisador dispor de amostras de vários sítios domésticos bem documentados, para ter uma boa base de dados comparativos. Para Porto Alegre, no entanto, não foi possível contar com tais dados, pelo fato do Solar Lopo

⁴ Classes sociais podem ser definidas, segundo Henry (1992:08) como “...níveis na hierarquia da estratificação social, baseados em acessos diferenciais aos recursos, bens e habilidades (trabalho) disponíveis para a sociedade como um todo”.

⁵Spencer-Wood e Heberling (1987: 59) observam que os termos “*status*” e “classe” são ambíguos e podem ser definidos de muitas formas. A definição adotada neste trabalho é aquela de Warner et alii (1949: 39, citado em Spencer-Wood & Heberling, 1987: 59) que consideram *status* como “...a situação do comportamento de indivíduos ou as posições sociais dos próprios indivíduos na estrutura de qualquer grupo. É uma posição social precisa localizada em um universo social específico”. Segundo Henry (1992: 08), o *status* sócio-econômico de um indivíduo é “...determinado, validado e mesmo buscado através do consumo apropriado de certos bens de consumo”.

Gonçalves ter sido o primeiro sítio doméstico intensamente escavado⁶. A fim de sanar este problema partiu-se para a pesquisa documental visando, a partir das proposições de Praetzellis et alii (op. cit.), esboçar um quadro dos ideais de consumo do segmento social do qual Lopo Gonçalves e Joaquim Gonçalves fizeram parte. Tal quadro foi traçado a partir de um tipo específico de fonte documental: os inventários *post-mortem* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Antes do que fazer uma pesquisa historiográfica, essas fontes foram analisadas privilegiando-se as informações nelas contidas sobre a cultura material, realizando o que Beaudry (1988a:01) denomina de “arqueologia documental”.

Apesar do grande valor das informações contidas nos inventários para a pesquisa arqueológica histórica, até o momento, no Brasil, somente Lima (no prelo) utilizou essas fontes em conjugação com dados arqueológicos para obter um quadro mais vívido do uso das louças em seus aspectos comportamentais e simbólicos pela sociedade carioca do século XIX⁷, ainda que trabalhos como os de Campos (1995) e Marins (1995) enfatizem a importância de tais documentos nesta via de pesquisa. Nos Estados Unidos, os inventários são utilizados desde a década de sessenta (ver Stone, 1970) como fontes passíveis de fornecer informações sobre o contexto cultural dos artefatos exumados de sítios históricos. Deve ser lembrado, porém, que o propósito principal desses documentos é o registro dos fundos econômicos de determinado indivíduo, realizado após sua morte. Assim, como afirma Stone (1988:74), os atributos dos artefatos são listados acidentalmente, “...como elementos do valor dos objetos ou como resultado da propensão do comerciante para manter registros detalhados”.

Foram pesquisados 90 inventários, datados entre 1801 e 1893. O período entre 1850 e 1890 foi mais minuciosamente trabalhado, por ser referente ao intervalo de

⁶ Antes do Solar Lopo Gonçalves, dois sítios domésticos de Porto Alegre já haviam sofrido intervenções arqueológicas: o Solar dos Câmara e o Solar da Travessa Paraíso. O primeiro sítio foi escavado, entre setembro e outubro de 1991, por uma equipe do Núcleo de Arqueologia da 12ª CR - IBPC, coordenada pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza (ver Souza, 1992). O Solar da Travessa Paraíso foi escavado em 1994 pela equipe de arqueologia do Museu Joaquim José Felizardo, sob coordenação do arqueólogo Cláudio Baptista Carle (ver Carle, 1995). Ambas as intervenções, porém, foram limitadas a espaços reduzidos desses sítios, de modo que as amostras resgatadas são muito pequenas para análises quantitativas e, conseqüentemente, para serem utilizadas em comparações com amostras de outros sítios.

⁷ Em sua pesquisa, Lima utilizou ainda inúmeras outras fontes primárias e secundárias, como anúncios de jornais, relatos de viajantes e livros de ficção de autores do século XIX.

formação da camada arqueológica cujos artefatos foram analisados. Pelo fato do inventariamento dos bens de Lopo Gonçalves ter sido realizado em 1878, após a morte de sua esposa, foram particularmente trabalhados os documentos referentes a essa década.

Embora Praetzellis et alii (op. cit.:201) destaquem o uso de fontes documentais como anúncios de exposições internacionais, revistas de moda, livros de etiqueta, fotos contemporâneas, e, sobretudo, anúncios de jornais para caracterizar os ideais de consumo de uma determinada classe⁸, os inventários *post-mortem* foram enfatizados neste trabalho por vários motivos. Em primeiro lugar, pelo fato desses documentos terem por propósito registrar o patrimônio acumulado por um indivíduo até a época de sua morte, através da listagem e avaliação de todos os seus bens, desde as propriedades imóveis, como terras, casas etc., até aquelas móveis, como animais, escravos, itens domésticos, jóias e vestuário. Após o inventariamento, é fornecido o valor total do patrimônio, denominado monte-mor bruto. É este valor que permitirá inserir o indivíduo dentro de uma escala sócio-econômica, posto que

a renda é tida como uma variável econômica que age como um facilitador ou como um limitador do comportamento de consumo, sendo a base para as distinções de classe na sociedade (Henry, 1992:10; Spencer-Wood, op. cit.:11).

Após enquadrar o indivíduo em uma determinada hierarquia econômica, em função do valor total do seu patrimônio, verificava-se se a listagem dos itens de consumo domésticos presentes em sua residência eram condizentes, em termos de avaliação, com a sua posição nessa hierarquia. Para tanto foi necessário comparar os itens domésticos listados nos inventários de diversos indivíduos economicamente situados num mesmo patamar. Esta comparação permitiu não somente traçar um quadro do comportamento de consumo das classes mais abastadas a partir dos bens materiais expostos em suas residências, mas também, considerando a distribuição desses itens nos recintos em que se encontravam, caracterizar os diversos cenários do ambiente doméstico em termos de atividades e significados.

⁸ Embora os autores em questão estejam se referindo a estratégias de pesquisa para estudar a classe média a partir de suas manifestações materiais, as mesmas proposições são válidas para a pesquisa das demais classes que formam uma sociedade.

No momento inicial da pesquisa, foram privilegiados os inventários de indivíduos que ostentavam títulos de nobreza. Esta opção foi feita por duas razões: primeiro pela facilidade de detectá-los através de seus títulos em uma listagem que inclui milhares de nomes; segundo pela suposição, que se demonstrou correta na grande maioria dos casos, de que para ostentar tais títulos esses indivíduos deveriam se encontrar num patamar econômico muito acima da média, de modo que teriam condições de utilizar bens de consumo não acessíveis à população de menor poder aquisitivo. Foi obtida assim uma familiaridade com os itens de consumo doméstico de maior valor que caracterizaram as residências das famílias mais abastadas da Porto Alegre oitocentista. Os demais inventários foram aleatoriamente selecionados, posto que na listagem desses documentos constante no Arquivo Público do Estado não há informações sobre a ocupação dos indivíduos que tiveram seus bens inventariados. Os documentos selecionados dessa forma foram referentes a indivíduos que puderam ser enquadrados, em função de seu patrimônio, em diferentes graus de uma escala econômico-social, abrangendo de humildes sapateiros que viviam em casas térreas alugadas até ricos comerciantes e proprietários de grandes extensões de terra.

Os inventários também foram pesquisados com o propósito de se obter informações sobre o material arqueológico analisado, particularmente as louças. Apesar de presentes nas listagens de muitos documentos, na grande maioria dos casos os inventariantes não forneceram descrições desses artefatos que fossem suficientemente completas para relacioná-los a tipos recuperados no contexto arqueológico. Características diagnósticas dessas peças, como padrões decorativos, foram descritas em raros casos. Comum à maioria dos documentos em que esses artefatos estiveram presentes foi a distinção por forma (xícaras, pratos, bules, sopeiras, etc.) e por pasta (louça e porcelana)⁹.

Informações mais detalhadas sobre as louças foram obtidas em inventários de proprietários de lojas de louças e de taverneiros. Tais documentos não somente continham arrolamentos dos objetos presentes nesses estabelecimentos mas também

⁹A menção da composição material dos itens presentes nas listagens de inventários, tais como “...um tacho de *cobre*”, “...uma panela de *ferro*”, “...um bule de *porcelana*”, “...uma mesa de *jacarandá*”, justifica-se, como observa Beaudry (1988b:45), pelo fato da própria substância ser um indicador do valor do objeto.

listagens de contas de seus proprietários em outras lojas. Nesses casos houve uma preocupação por parte dos inventariantes em fornecer descrições mais minuciosas desses objetos, sendo comum a especificação não somente das formas e da pasta (louça ou porcelana), mas também das cores e, no caso de padrões decorativos extremamente populares, suas denominações êmicas (pombinhos, beira azul, etc.). Foram obtidas, assim, informações sobre o custo relativo das louças recuperadas no contexto arqueológico que permitiram distinguir quais atributos desses artefatos mais fortemente representaram o *status* sócio-econômico dos ocupantes do Solar Lopo Gonçalves.

Outras fontes primárias utilizadas com frequência foram os relatos de viajantes que passaram por Porto Alegre no século XIX, principalmente em sua primeira metade. Embora tais relatos devam ser manuseados com cautela pelos pesquisadores, devido aos deslizes de etnocentrismo comuns aos seus autores, a grande maioria de procedência européia, eles fornecem valiosas informações sobre a cidade, hábitos e costumes de seus habitantes, uso dos itens materiais, comércio, etc., que não seriam passíveis de extrair de nenhuma outra fonte.

Além dessas fontes primárias foram consultados diversos trabalhos secundários, a fim de se obter uma base mais completa da história de Porto Alegre e de sua sociedade. Como assevera Beaudry (1984:29), o conhecimento de tais trabalhos

em ...não somente fornece uma visão geral da cultura ou período de tempo
estudo que é pelo menos toscamente equivalente aos estudos
etnográficos ou etnoarqueológicos, mas também rapidamente desengana o
esquisador de qualquer noção de que os fatos nos documentos
primários são algo mais imutáveis que os fatos em arqueologia. A prova
oferecida através da documentação histórica é tão prontamente sujeita a
diferentes interpretações quanto a prova via meios arqueológicos.

Foi ainda consultada uma ampla bibliografia especializada, composta principalmente por trabalhos norte-americanos voltados para teoria, método, identificação e análise de artefatos exumados de sítios históricos.

O sítio histórico trabalhado, o Solar Lopo Gonçalves, registrado como RS-JA.04¹⁰, localiza-se na sede do Museu Joaquim José Felizardo, na rua João Alfredo 582, Porto Alegre, bairro Cidade Baixa. A amostra analisada é resultante de quatro intervenções pelas quais passou o terreno do solar. A primeira ocorreu em 1990, em função da construção da Reserva Técnica do Museu. A segunda foi em 1992, devido à implantação de um novo sistema de escoamento pluvial. Essas duas intervenções ocorreram sem uma escavação arqueológica prévia, sendo o material coletado à medida que era evidenciado, não havendo, portanto, informações exatas sobre sua procedência horizontal/vertical. A terceira intervenção, em 1994, foi decorrente da instalação de uma escultura no pátio. As evidências materiais recolhidas anteriormente demonstraram a necessidade de efetuar um salvamento arqueológico na área que seria afetada. Este salvamento foi realizado entre 25 de agosto e 09 de setembro, coordenado pelos arqueólogos Fernanda Tocchetto, Cláudio Carle e Ângela Capelletti. Foram escavadas, porém, apenas 4 quadrículas de 1m², verificando-se a presença de duas camadas arqueológicas. Na primeira foram evidenciados vestígios predominantemente do século XX e na segunda somente materiais relacionados às ocupações do século XIX. A amostra resgatada apresentou-se muito fragmentada, levando à suposição de que este local tenha correspondido a uma área de circulação dos ocupantes do solar (Tocchetto et alii, 1994).

A última intervenção arqueológica pela qual passou este sítio ocorreu entre 09 de janeiro e 17 de abril de 1996, coordenada por Luís Cláudio P. Symanski, tendo como responsável técnico Fernanda Tocchetto. A escavação teve por objetivo resgatar uma amostra que fosse quantitativamente significativa para os propósitos deste trabalho. Foram realizadas 71 tradagens sistemáticas nesse sítio, com o auxílio de um trado geológico,

¹⁰ Esta sigla é baseada na terminologia proposta pelo extinto Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas sendo: RS - a designação da Unidade Federativa atual onde se encontra o sítio arqueológico;

visando detectar os pontos de maior potencial arqueológico para a escavação. As áreas selecionadas foram cobertas por uma malha de quadriculamento (quadrículas de 1m²) seguindo a orientação de um ponto-zero previamente estabelecido. Foram abertas 30 quadrículas e seis meias quadrículas, totalizando 33m² de área escavada. Maiores detalhes desta escavação serão fornecidos no capítulo 3.

Para realizar a análise de laboratório a amostra foi organizada em classes, segundo a composição material dos objetos (cerâmica, vidro, metal, ossos, etc.). Não houve, no entanto, intenção de realizar tipologias, mas somente classificar os artefatos em seus aspectos relacionados à composição material, decoração, formas e funções. Como nota Deetz (1977:13), a tipologia envolve a classificação de objetos baseada em similaridades, a qual permite comparações entre coleções de diferentes sítios. Tais classificações são completamente formais e podem não condizer com o que os produtores do objetos percebiam como diferentes tipos. Na Arqueologia Histórica, devido ao auxílio dos registros escritos na identificação dos artefatos, tais classificações se tornam, nas palavras de Deetz (ibidem), “...não somente exercícios estéreis mas potencialmente muito enganosos”.

A bibliografia especializada forneceu informações sobre a procedência e período de produção dos diversos artefatos analisados, o que permitiu dispô-los em ordem cronológica de acordo com a ocupação que representavam. Foi assim possível detectar variações na frequência, qualidade e variedade¹¹ dos artefatos entre as duas ocupações estudadas, que indicaram mudanças no comportamento dos ocupantes deste sítio com o decorrer do século XIX.

JA - a bacia hidrográfica maior e mais próxima ao sítio (Bacia do Jacuí); e 04 - o número do sítio, pela seqüência de registros realizada pelo setor de Arqueologia do Museu Joaquim José Felizardo.

¹¹Essas três variáveis foram utilizadas por Shephard (1987:166-167) para analisar amostras de louças de sítios domésticos da primeira metade do século XIX de Alexandria, Virginia, a fim de discutir a variação do *status* de seus ocupantes, sendo assim definidas por este autor :

- quantidade: “...é o número de diferentes itens que compõem uma amostra, ou uma categoria de itens dentro de uma amostra. É um reflexo da (1) riqueza e renda, (2) tamanho, e (3) estabilidade residencial”;
- qualidade: “...denota o valor de um item ou itens, usualmente expresso em termos monetários”;
- variedade: “...refere-se ao número de itens dentro de uma amostra que têm funções diferentes e, usualmente, especializadas”.

Para uma aplicação das mesmas variáveis a amostras zooarqueológicas de sítios históricos ver Schmitt e Zeier (1993).

O capítulo I trata da história de Porto Alegre, focalizando-se principalmente em seu desenvolvimento econômico e no processo de expansão urbana. O período abordado abrange do início da formação do núcleo urbano, no século XVIII, até o final do século XIX. Os aspectos econômicos foram enfatizados devido ao fato deles estarem completamente relacionados à disponibilidade dos itens materiais que circulavam no comércio local, os quais vieram a formar o registro arqueológico. O bairro Cidade Baixa foi tratado à parte, visando caracterizar a região na qual está localizado o Solar Lopo Gonçalves. Este primeiro capítulo teve como propósito inserir o sítio pesquisado em um contexto mais amplo, a fim de analisá-lo em função desse contexto e não como um caso isolado. Foram consultadas, basicamente, fontes historiográficas sobre Porto Alegre e relatos de cronistas e viajantes. Não houve intenção de realizar uma pesquisa profunda, mas apenas suficientemente detalhada para entender as transformações pelas quais passou a cidade durante o século XIX, e assim obter informações que foram essenciais para a interpretação das evidências arqueológicas.

No capítulo II o foco de interesse desloca-se do nível macro, da cidade e sua formação, para o nível micro, as residências que, fundamentalmente, compõem o espaço urbano. As unidades residenciais porto-alegrenses oitocentistas foram tratadas, num primeiro momento, considerando suas características arquitetônicas e seus aspectos externos. A próxima etapa foi penetrar no ambiente doméstico, visando caracterizar os diferentes cenários nele presentes. Utilizando uma estrutura conceitual fornecida por Rapoport (1990) e Blanton (op. cit.), tais cenários foram analisados a partir dos elementos materiais distribuídos em cada recinto, enfatizando seus aspectos funcionais e simbólicos. As fontes consultadas consistiram em obras sobre a história da arquitetura no Brasil e em Porto Alegre, relatos de viajantes e, sobretudo, inventários *post-mortem*, que forneceram arrolamentos dos itens materiais presentes em diversos domicílios porto-alegrenses, dentre os quais o Solar Lopo Gonçalves. Tais arrolamentos permitiram traçar um quadro do comportamento de consumo de Lopo em seus aspectos idiosincrásicos e naqueles relacionados ao segmento social no qual ele estava inserido.

No ambiente doméstico a maioria das atividades foram realizadas com o auxílio de itens materiais. Ao perder sua funcionalidade esses elementos eram descartados como refugo e, assim, transportados para fora das estruturas de habitação, vindo a formar o registro arqueológico. O capítulo 3 aborda as práticas de deposição de refugo em Porto Alegre no século XIX. Primeiramente são fornecidas informações sobre a situação do lixo na cidade, os locais onde era descartado e os problemas a ele relacionados. Após essa contextualização a atenção é focalizada no estudo de caso: o Solar Lopo Gonçalves. São fornecidos, então, dados detalhados sobre a escavação e os processos de formação do registro arqueológico. A partir da distribuição espacial dos itens recuperados do contexto arqueológico são feitas inferências sobre as práticas de descarte de lixo dos ocupantes do solar. Para tanto foram empregados métodos processualistas de amostragem, datação dos estratos arqueológicos a partir das evidências neles presentes, e análise espacial.

No último capítulo são analisadas as louças que foram recuperadas no decurso das quatro intervenções que este sítio histórico sofreu. Foi realizada uma análise diacrônica desse material, dividindo-o em dois períodos alusivos aos dois grupos domésticos que ocuparam o solar ao longo do século XIX. A porção da amostra referente a cada período foi trabalhada considerando as já discutidas variáveis quantidade, qualidade e variedade. Por fim, foi realizada uma comparação entre as louças relacionadas a cada ocupação, visando verificar se ocorreram diferenças entre o material atribuído a cada período que fossem indicativas de mudanças nos padrões de comportamento de seus usuários. Buscou-se explicar a variação detectada a partir de um processo mais amplo, referente à expansão da cidade durante a segunda metade do século XIX. Os dados levantados nos inventários foram novamente utilizados neste capítulo, fornecendo informações não só sobre o valor relativo das louças recuperadas no contexto arqueológico, mas também sobre as escolhas de consumo relacionadas ao ambiente rural *versus* o ambiente urbano, visto que o solar estava originalmente inserido num meio rural que, com o passar do tempo, foi ocupado pela cidade. Os dados arqueológicos foram ainda combinados aos dados arquitetônicos relacionados às ampliações pelas quais passou esta edificação ao

longo do século XIX, constatando-se que, da mesma forma que a amostra, o próprio solar sofreu mudanças significativas durante a segunda ocupação, apontando para uma maior complexidade não apenas no uso dos itens materiais resgatados arqueologicamente, mas também no uso do próprio espaço doméstico, palco da maioria das atividades que deixaram suas marcas no registro arqueológico.

CAPÍTULO I

O ESPAÇO URBANO: PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX

A ocupação do território que atualmente corresponde ao município de Porto Alegre iniciou-se ainda na primeira metade do século XVIII, em 1732, quando Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos estabeleceu-se no Morro Sant'Ana, onde construiu a sede de sua sesmaria (Oliveira, 1987:29). Em 1740, a posse de suas terras foi legalizada. Elas tinham como divisa ao norte, o Rio Gravataí; ao sul, o Rio Jacareí (Arroio Dilúvio); a oeste, o Rio Guaíba (conhecido na época como Lagoa de Viamão); e a leste, o atual Arroio Feijó (ibidem). As terras ao sul do Arroio Dilúvio foram ocupadas desde 1733 pelo sesmeiro Sebastião Francisco Chaves (ibidem:37). Ainda dentro do território que viria a abranger o perímetro urbano havia outra sesmaria, pertencente a Dionísio Mendes, com sua sede no lugar onde se formou a Vila de Belém Velho. Era limitada ao norte com as terras de Sebastião Francisco Chaves e ao sul com o Arroio Capivara (ibidem:39).

O processo de povoamento do núcleo que daria origem à cidade foi iniciado em 1752, quando sessenta casais açorianos se estabeleceram na foz do Arroio Dilúvio, conhecida como Porto do Dorneles (Monteiro, 1992:22). A vinda desses casais açorianos tinha sido promovida pela Coroa portuguesa, visando o povoamento da zona das Missões, que cabia a Portugal por direito desde o Tratado de Madri (1750), o qual também concedeu a posse de Sacramento à Espanha (Pesavento, 1994a:21). Porém, em função das chamadas Guerras Guaraníticas (1754-1756), uma rebelião dos índios missionários que se recusavam a entregar suas terras, os ilhéus foram obrigados a permanecer neste ponto onde estavam acampados. Essas famílias então começaram a construir seus ranchos

...ao longo da praia do lado norte da península (Rua da Praia), onde era mais protegido dos ventos do lado sul e porque ali a costa era mais profunda, o que permitia maior navegabilidade e facilitava a

localização

de estaleiros (Oliveira, op. cit.:47).

A área onde os casais açorianos se assentaram pertencia à sesmaria de Jerônimo de Ornelas. A presença desses casais desagradou o sesmeiro, de modo que, em 1762, ele vendeu suas terras a Inácio Francisco de Melo, um jovem açoriano (ibidem:30). Em 1772, esta área finalmente foi desapropriada para ser dividida em meias datas entre as famílias açorianas e para a construção da Igreja Matriz (ibidem:36). Porto Alegre foi assim emancipada da Freguesia de Viamão e elevada à Freguesia de São Francisco das Chagas, tendo início os registros de nascimentos, batismo, casamento e óbito (Monteiro, op. cit.:23). Em 1773, ocorreu a transferência da administração da Capitania de Viamão para Porto Alegre, o que iniciou uma nova fase na vida do povoado (Macedo,1968:59). Apesar de ainda não ser elevado à categoria de município, fato que só ocorreria nos primeiros anos do século XIX, a condição de centro administrativo exigiu que fossem dadas maiores atenções às necessidades da vila, de modo que, no ano seguinte, foi iniciada a construção do Palácio do Governo e do Arsenal (ibidem:59).

Em 1778, começou a ser construída, em volta do povoado, uma linha de fortificações, aproveitando o relevo e outras peculiaridades do terreno para uma implantação mais econômica (ibidem:59). Essas fortificações orientaram o sentido do crescimento da vila. Externas a elas estavam as chácaras de produção agrícola, as quais produziam “...trigo, legumes, temperos, frutas e leite” (Monteiro, op. cit.:24).

Os açorianos praticavam uma agricultura de subsistência e de exportação, na qual se destacava o trigo como o produto principal. A produção desse cereal, conforme lembra Singer (1977:148), foi a base do crescimento de Porto Alegre no seu primeiro meio século de existência.

Até 1780, governou a Capitania de São Pedro o coronel José Marcelino de Figueiredo. Ele foi o responsável pela construção da Igreja Matriz, do Palácio do Governo, da Casa da Real Fazenda e Câmara, das duas primeiras fontes públicas e de quartéis. Marcelino promoveu ainda o estabelecimento de fábricas, moinhos e estaleiros, sendo que, por sua iniciativa, foi fundada a primeira escola de Porto Alegre, em 1778 (Oliveira, op. cit.:50). Era uma escola destinada a meninos, dirigida por Manuel Ximenes Xavier, que ensinava a ler, escrever e contar (Azevedo Lima, 1890:31-32).

Por esta época Porto Alegre já se consolidava como o centro econômico da Província, escoadouro de todos os produtos da Depressão Central, que era então a região mais densamente ocupada, na qual se concentrava 64% da população do Rio Grande¹² (Singer, op. cit.:149). O povoado contava então, de acordo com o levantamento do tenente Córdova, realizado em 1780, com 1500 habitantes. Singer considera esses dados exagerados, alegando que devem ter incluído a população que habitava a zona rural o que, contudo, não diminui a importância do núcleo urbano que se formava, situado numa província ainda escassamente povoada (ibidem:149).

O crescimento do povoado exigiu construções mais duradouras. Até então as telhas e os tijolos eram provenientes de Laguna, e aqui utilizados somente para a construção dos prédios públicos. Por volta de 1780 surgiram as primeiras olarias, que se estabeleceram na baixada da várzea sul, conferindo nome a uma rua: a rua da Olaria (atual Lima e Silva). Assim os novos edifícios começaram a ser construídos com mais facilidade (Macedo, op. cit.:60). Em 1784 iniciou-se, então, a construção do novo Palácio do Governo, localizado ao lado da Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus, no alto da Praia, e em 1790 a Casa da Junta foi concluída, ao lado daquele Palácio (ibidem:60).

Já quase na virada do século (1798) o povoado começou a ser atendido pelo serviço de correios, instalado num prédio construído para essa finalidade na esquina da Rua da Praia com a antiga Rua de Bragança (atual Mal. Floriano) (Oliveira, op. cit.:104).

Três ruas principais constituíam a malha urbana. Elas se iniciavam na ponta da península, atravessavam o povoado no sentido longitudinal e se encontravam diante do portão da vila. Essas ruas, bastante precárias, "...cortadas por córregos, pedreiras e vegetação, eram verdadeiras picadas que só receberiam o primeiro calçamento irregular por volta de 1840" (Monteiro, op. cit.:25). Dentre essas três ruas, a Rua da Praia era tida como a principal, próxima ao cais de embarque e onde se concentrava o comércio. A rua do meio era conhecida como Rua da Ponte (atual Riachuelo). Já a terceira rua, situada no ponto mais alto do promontório, era chamada Rua Formosa. Nela localizava-se a Igreja Matriz, a Junta da Real Fazenda e o Palácio do Governo. A praça da povoação situava-se em frente a esses três prédios (Escosteguy, 1993:44).

¹² O Rio Grande de São Pedro tinha nessa época uma população estimada em 17.923 habitantes (Singer, op.

Porto Alegre começou o século XIX com uma população de 3.927 habitantes (1803). Foi um período de expansão econômica devido ao desenvolvimento do comércio do trigo. Nesta época, a capital da Província atuou também como o polo receptor e redistribuidor dos artigos importados (Singer, op. cit.:153). O núcleo urbano, porém, ainda se mantinha muito pequeno, contando com apenas sete ruas com edificações, as três principais e quatro transversais, que faziam a ligação entre o espigão e a beira do rio (Escosteguy, op. cit.:30). Segundo Escosteguy o único ponto do povoado que tinha uma ocupação caracterizada era o trecho central da encosta norte do promontório, área que estava “...exatamente centralizada pelo local do desembarcadouro, onde se instalou a alfândega e em seguida foi construído o trapiche oficial” (ibidem:30).

O desenvolvimento econômico, porém, permitiu que a população quase duplicasse no espaço de cinco anos, de modo que, em 1808, o povoado já contava com 1.200 casas e 6.000 habitantes, dos quais 57 comerciantes (Singer, op. cit.:149). Nesse mesmo ano Porto Alegre foi elevada à categoria de vila (Macedo, op. cit.:68).

Porto Alegre tornou-se, assim, a “esquina da Província”, em função da sua localização privilegiada no vértice formado pelas grandes linhas fluviais do Jacuí e Lagoa dos Patos às quais davam acesso, respectivamente, a Rio Pardo e Rio Grande, centros dos dois mais extensos municípios (ibidem:72-73). Devido a esta localização privilegiada, a vila, que em 1820 foi elevada à categoria de cidade, tornou-se o escoadouro natural de toda a produção do centro e norte da Província, com seu porto adquirindo importância cada vez maior. Assim, em 1821, Saint-Hilaire observava que, muitas vezes, o porto abrigava até 50 embarcações, entre “...sumacas, brigues e embarcações de três mastros” (Saint-Hilaire, 1974:46). Segundo este cronista, as mercadorias eram adquiridas pelos comerciantes no Rio de Janeiro, que as distribuíam nos arredores da cidade, exportando, em troca, principalmente trigo e carne-seca (ibidem).

Nicholas Dreys, comerciante inglês que residiu em Porto Alegre entre 1817 e 1825, assim relata a prosperidade da cidade nessa época:

e
que
ali
de
sendo
comestíveis,
todas
vegetação
sábio
estão
açougues
de peixes de
imediações (Dreys,

A cidade de Porto Alegre é abastecida de todos os misteres da vida mesmo pelas superfluidades desejadas pelo luxo que segue a riqueza, e distingue as classes avantajadas da cidade. O comércio tem introduzido as fazendas do melhor gosto e, como o luxo local não é de profusão ou desperdício, mas antes de delicadeza e critério, essas fazendas, escolhidas e modernas, acham fácil extração. Em quanto aos nos tempos ordinários...a cidade recebe das chácaras circunvizinhas as qualidades de frutas, de hortaliças, e de verdura que produz a indígena, ou que brotam das sementes exóticas, que as mãos do cultivador souberam naturalizar num solo estrangeiro. Seus mercados por isso sempre abundantemente providos; demais, seus ostentam a arne a mais succulenta, e sua banca pode cobrir-se água doce e de água salgada, ambos pescados nas suas

1990:101-102).

Saint-Hilaire surpreendeu-se com a beleza da cidade que lembrava a ele “...o sul da Europa e tudo quanto ele tem de mais ameno” (op. cit.:28). Visitando Porto Alegre numa época de expansão, o naturalista observou que a maioria de suas casas eram ainda novas, como a própria cidade (ibidem). A Rua da Praia, foco do comércio, era, segundo o autor, extremamente movimentada, nela se encontrando “...numerosas pessoas a pé e a cavalo, marinheiros e muitos negros carregando fardos” (ibidem:43). Segundo Dreys (op. cit.:99-100) esta rua era formada principalmente por elegantes e modernas casas altas, quase todas habitadas por negociantes. Suas lojas eram “...muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões” (Saint-Hilaire, op. cit.:43). Nesta rua situava-se, próximo ao cais, o mercado, onde negras acoradas junto à mercadoria ou em barracas dispostas desordenadamente vendiam “...laranjas, amendoim, carne-seca, pão, feixes de lenha e legumes, principalmente couve” (ibidem:46). Este mercado, descrito por Saint-Hilaire, existia desde o início do século, no local onde hoje se encontra a Praça 15 de Novembro (Macedo, op. cit.:95).

A rua situada na porção superior do promontório, denominada, no século XVIII, Rua Formosa, nessa época já havia mudado de nome, sendo conhecida como Rua da Igreja. Saint-Hilaire observa que os três edifícios públicos que se situavam alinhados nessa rua eram muito simples:

só
possui

que

muito
duas

que

O Palácio do Governador não passa de uma construção comum, de um andar e nove varandas na frente. Internamente mal dividido, não

uma peça onde se possa receber uma sociedade tão numerosa como a

se reuniria facilmente em Porto Alegre. O Palácio da Justiça é ainda mais mesquinho; só tem o pavimento térreo. A igreja paroquial...tem

torres desiguais; é clara e bem ornamentada, com dois altares, além dos

se encontram na capela-mor; mas é muito pequena... (ibidem:45)

Os demais edifícios públicos (Casa da Câmara, Arsenal e cadeia) são descritos pelo autor como ainda mais humildes.

Fora da cidade as terras se subdividiam em chácaras, as quais só não ocupavam as extensas e alagadiças várzeas (Macedo, op. cit.:70). A situada mais próxima da cidade, lugar de passagem entre os dois caminhos que levavam a Viamão, era ponto de acampamento dos viajantes (Monteiro, op. cit.:38). Este local é descrito por Dreys (op. cit.:100) como uma “...extensa e graciosa planície permeada de chácaras, de casas de boa aparência, e de alguns estabelecimentos da indústria local, como olarias, etc”. Apesar da beleza do lugar, Dreys nota que o acesso da cidade a ele era difícil, íngreme, se seguido pelos morros e extenso, se rodeando a ponta da península. Esta porção da várzea descrita pelo autor provavelmente se situava entre a Rua da Olaria e o Rio Guaíba, uma área menos alagadiça e barrenta que permitia a implantação de chácaras, dentre as quais a de Lopo Gonçalves, que será tratada no capítulo II.

Por esta época (1820), a cidade já contava com cerca de 12.000 habitantes (Roche, 1966:77). Era, contudo, um período final de hegemonia econômica da capital, ocasionada pelo comércio do trigo. Singer (op. cit.:151) nota que, em função do desenvolvimento da pecuária, principalmente na região sul, houve uma queda na produção de trigo, de modo

que, se em 1820 a Província exportou 100.000 alqueires de trigo, já em 1822 foi obrigada a importar 30.000 alqueires desse cereal. Segundo este autor, além da concorrência com a pecuária, houve várias outras causas para essa queda, como pragas, requisições de trigo pelas autoridades militares e a competição estrangeira, sobretudo inglesa. Assim, Porto Alegre, de entreposto de trigo passou a entreposto de charque e outros produtos animais. Porém, com essa substituição, a hegemonia econômica se deslocou para o sul da Província, com uma grande parte do comércio transferindo-se para Pelotas e, principalmente, Rio Grande, que se transformou no grande exportador de produtos animais. Porto Alegre caiu então, segundo Singer (op. cit.:153), numa relativa estagnação econômica, “...que se prolonga quase até o último quartel do século passado” (ibidem).

Em 1824, chegou a Porto Alegre a primeira leva de colonos alemães, os quais se instalaram à margem do Rio dos Sinos, a 14 léguas da capital. Antes de alcançar o seu destino eles tinham que aguardar na área ribeirinha próxima à vila o barco que os conduziria. Alguns artesãos, assim, acabavam optando por se instalar, com suas oficinas, nesse local, “...face à proximidade do grande centro de consumo que Porto Alegre representava” (Macedo, op. cit.:81-82). Surgiu, desta forma, uma aglomeração distante da cidade, cujo artesanato atendia a dois centros de consumo: o núcleo urbano, ao sul, e a concentração de carretas e viajantes a leste, na várzea (ibidem).

Apesar da “relativa estagnação”, a partir da década de 1820, de que fala Singer, ao passar pela capital, entre 1833 e 1834, Arséné Isabelle (1983:60) notifica que a cidade continuou crescendo rapidamente, pelo menos até pouco antes da sua chegada: “...não fiquei surpreso quando me asseveraram que há dois anos se construía uma casa por dia”. Segundo ele, era grande a população flutuante de estrangeiros, que vinham à cidade para comerciar temporariamente (ibidem). De fato, apesar da hegemonia econômica do sul, sobretudo de Rio Grande, Porto Alegre se mantinha como o empório de todo o centro e norte da Província. Os produtos importados que chegavam à cidade, provenientes, segundo Isabelle (op. cit.:66), da Europa, América do Norte e outras Províncias do Brasil, alcançavam, via fluvial, Santo Amaro, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. De Rio Pardo, tais produtos eram ainda distribuídos, via terrestre, em carretas, para a fronteira oeste e Missões, assim como Cachoeira e Santa Maria. Os povoados mais próximos da capital,

sem acesso fluvial, como Santo Antônio da Patrulha, Aldeia dos Anjos (Gravataí) e Viamão, também enviavam sua produção em carretas ou lombo de muares, “...levando em troca as novidades trazidas de longe pelos negociantes da Rua da Praia” (Franco, 1983:20).

Nesta época existiam em Porto Alegre três casas francesas. Somente uma fazia comércio direto com a França, outra obtinha seus artigos em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, enquanto que a terceira mantinha amplo comércio com os Estados Unidos (Isabelle, op. cit.:66-67). Segundo Isabelle, a maioria dos barcos que chegavam no movimentado porto da cidade eram norte-americanos, brasileiros, italianos e, em menor frequência, ingleses.

Isabelle, a exemplo de Saint-Hilaire, também se encantou com a beleza da cidade: “É o céu da Itália; são as paisagens e a vegetação de Provence; estamos em Porto Alegre” (op. cit.:56). Nesta época a cidade já contava com cinco igrejas, um hospital, dois quartéis e a Santa Casa de Misericórdia, que estava em construção quando Saint-Hilaire visitou a cidade. Eram ainda publicados 4 ou 5 periódicos, inteiramente consagrados à política (ibidem:62). Segundo este autor, as ruas da cidade já eram todas providas de calçadas¹³

são
as
da
casas

...e dirigidas aos 4 pontos cardeais; as que vão para o norte e sul
menos agradáveis de freqüentar pois dão para as partes elevadas;
paralelas à direção das colinas são mais belas, duas, entre outras, a rua
Praia e a da Igreja, são interessantes pelo grande número de lindas
casas que possuem (ibidem:61).

Durante a Guerra dos Farrapos, Porto Alegre foi cercada pelas forças revolucionárias, sendo isolada, assim, de grande parte da Província que estava nas mãos dos rebeldes. Este cercamento ocorreu somente por terra, de modo que os revolucionários não conseguiram impedir o abastecimento através dos rios. Assim, a cidade passou a ser abastecida por São Leopoldo, fator que permitiu o desenvolvimento da agricultura

comercial nesta colônia alemã. A cidade permaneceu sitiada de 1835 a 1840, período em que sua situação econômica foi seriamente abalada, retardando seu desenvolvimento (Franco, 1983:30; Singer, op. cit.:157).

Em 1844, foi concluída a construção do primeiro mercado público, um “...prédio de planta quadrada, em alvenaria de tijolos e com portões de ferro”, situado onde hoje se localiza a Praça 15 de Novembro (Franco., 1988:271).

Ao findar a Revolução Farroupilha (1845), Porto Alegre contava com 16.000 habitantes (levantamento de 1846) (Roche, 1969:77) e a necessidade de se expandir para a área extra-muros, devido ao adensamento populacional. Assim, em 1846, as fortificações que envolviam a cidade foram destruídas (Macedo, op. cit.:94).

Em 1850 a capital ainda mantinha a beleza que havia encantado os viajantes da primeira metade do século (figura 1). Ao visitar Porto Alegre naquele ano, Hörmeyer (1986:27-28) a elogia como uma das cidades mais bonitas do Brasil

da se ...cercada de magníficas chácaras, que parecem semeadas ao longo praia, com folhagem do mais variado verde dos jardins; toda ela a se destacar agradavelmente dos morros próximos, tendo a serra como fundo.

Mais ou menos por essa época e, portanto, podendo enquadrar-se nessa descrição, foi construída a “residência da chácara” de Lopo Gonçalves, o solar que é objeto desse estudo, em terreno constante aos fundos da chácara de seu sogro João Luis Teixeira, e de frente para a recém aberta Rua da Margem, assim denominada por se situar na orla do Riacho (atual Arroio Dilúvio) que desagüava no rio Guaíba.

Segundo Hörmeyer (ibidem), a cidade contava então com 24.000 moradores, sendo cerca de 2.000 alemães. Em 1858, porém, a população da cidade era estimada em 18.465 habitantes (Roche,1966:77). De acordo com Weber (1992:99) esta queda populacional poderia ter sido ocasionada pela epidemia de cólera-morbus de 1855. De qualquer forma, a

¹³ É estranho o fato de Isabelle se referir ao calçamento das ruas da cidade já na primeira metade da década de 1830, enquanto que Monteiro (op. cit:25), como já colocado, observa que somente em 1840 as três ruas principais foram calçadas.

Figura 1 - Porto Alegre na segunda metade do século XIX, destacando seus principais prédios públicos (a partir da margem esquerda superior no sentido horário): Igreja da Matriz, Santa Casa de Misericórdia, Palácio do Governo, Alfândega, Igreja do Rosário, chafariz da Praça do Portão, Teatro São Pedro, Cadeia, Mercado Público, Arsenal de Guerra, Assembléia e chafariz da Praça da Alfândega. Litografia de Balduino Rohrig.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

presença alemã em Porto Alegre já era bastante significativa, numa época em que a região de colonização alemã passava para a fase da agricultura comercial, com seus produtos sendo consumidos pela capital, ao mesmo tempo que esta distribuía os itens importados que chegavam em seu porto para as colônias (Singer, op. cit.:164). Assim, em 1842, das 42 casas de importação que existiam na cidade, 8 pertenciam a alemães (Roche, 1969:445).

A segunda metade do século XIX presenciou o adensamento dos primeiros arraiais, que eram “...pequenas concentrações em torno de uma capela...surgidos em cruzamentos de caminhos” (Macedo, op. cit.:94-98). Esses arraiais mantinham com a cidade relações comerciais e administrativas, e foram se transformando também em pontos de repouso e veraneio para a população do núcleo urbano. Os quatro primeiros a surgir foram o Menino Deus, São Miguel, São Manuel e Navegantes, este último originado entre 1824 e 1830 no ponto onde se concentravam os imigrantes alemães recém chegados à cidade que se dirigiam para as colônias. Ainda nesta segunda metade do século surgiram mais dois arraiais: Glória e Partenon (ibidem).

A partir do final da década de 1850, começou um novo período de expansão econômica para a capital, impulsionado sobretudo pelo comércio com as colônias alemãs (Singer, op. cit.:161). Este comércio era agilizado pelos barcos a vapor, os quais reduziram o número de gabarras no Rio dos Sinos e diminuíram a duração das viagens entre Porto Alegre e as colônias (Roche, 1969:430). A navegação a vapor no estado foi iniciada em 1832. Em 1858 havia seis vapores em circulação, número que passou para dez em 1860, o que demonstra a importância que esses veículos de transporte fluvial adquiriram nessa época. De Porto Alegre havia linhas para Pelotas, Taquara e São Leopoldo (Mazon, 1928:08-09).

O novo surto de desenvolvimento comercial que se iniciava levou à necessidade de criar uma associação comercial, fato que ocorreu em 1857, com a fundação da Praça do Comércio de Porto Alegre, a qual teve como primeiro presidente Lopo Gonçalves Bastos. No ano seguinte foi inaugurado o Banco da Província do Rio Grande do Sul, com sede na capital (Franco, 1983: 43-46). Nesse mesmo ano foi também inaugurado o teatro São Pedro o qual “...marcou o início de uma nova época para a vida teatral e artística de

Porto Alegre” (Franco, 1988:398), cidade que, como observou Hörmeyer (op. cit.:75-76) em 1850, oferecia poucas possibilidades de lazer para seus habitantes (figura 1).

Nessa época já existiam em Porto Alegre 65 armazéns de secos e molhados; 51 lojas de fazendas, gêneros de importação, livros e miudezas; 18 casas de ferragens; 15 lojas de miudezas; 3 de louças; 18 depósitos diversos; 10 açougues e 120 vendas (Franco, 1983:39). Franco chama a atenção para este grande número de estabelecimentos comerciais, os quais indicam uma atividade comercial fortemente pulverizada, posto que a cidade contava então com apenas 17.226 habitantes, “...sendo 12.080 livres e 5.146 escravos, distribuídos por 2.194 domicílios” (ibidem 39-40).

No início da década de 1860 Porto Alegre começava a recuperar a hegemonia econômica que havia perdido para Rio Grande, com os produtos da colônia alcançando o mercado nacional por seu porto. Por essa época a cidade já era responsável por 82% das exportações de farinha de mandioca, 98% das de feijão e quase 100% das de milho (Singer, op. cit.:158). Esta expansão econômica se refletiu no desenvolvimento urbano da capital. Assim, em 1861 foi fundada a Companhia Hydráulica Porto-Alegrense, a qual, a partir de 1866 começou a fornecer água potável para a cidade por meio de canalizações (Pereira, 1991:26-27). As atividades produtivas também se desenvolveram, de modo que, se em 1853 existiam apenas 14 estabelecimentos fabris na cidade, em 1865 o número de “fábricas”, na verdade pequenas manufaturas, já havia passado para 38, sendo 7 de chapéus, 6 de charutos, 6 de velas, 5 de latas, 5 de caldeiras, 5 de tamancos, 3 de selas e um curtume, além de uma ferraria “...que fabricava peças para montaria e atendia aos estaleiros próximos” (Zanetti,1994:25-26).

Ainda nesta década (1867) começou a funcionar o telégrafo, conectando Porto Alegre a Laguna, Desterro e Itajaí (Azevedo Lima, op. cit.:132). Em 1869 foi concluída, após quase cinco anos, a construção do novo mercado público, bem maior que o anterior e exibindo quatro torreões nos cantos (Foto 1). Estava situado próximo ao velho, que foi demolido em 1870, na Praça Paraíso (Franco, 1988:272).

Apesar do desenvolvimento econômico, o aumento populacional nesta década não foi correspondido pela expansão urbana. A cidade começou a ter, portanto, problemas com o excesso de população, o que ocasionou a ocupação de porões e mesmo de prédios

sem condições para a moradia (Weber, op. cit.:105). Assim se verificava no centro “...uma promiscuidade indesejada de ricos e pobres, vivendo face a face” (Pesavento, 1994b:86).

Foto 1 - Mercado Público de Porto Alegre.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

A intensificação dos problemas urbanos levou a Câmara a contratar, em 1870, um engenheiro municipal, encarregado não somente do planejamento dos prédios públicos mas, principalmente, de obras como planos viários, calçamentos e arrumação da estrutura da cidade (Macedo, op. cit.:96). Nesta época (1872), a capital já contava com 42.478 habitantes (Roche, 1966:77). Este adensamento populacional levou ao crescimento dos arraiais, cuja fusão gerou os primeiros bairros. A cidade começou então a sentir a necessidade de implantar linhas de transporte coletivo, que facilitassem a comunicação entre esses pontos e o centro. A primeira iniciativa nesse sentido havia ocorrido ainda na década anterior, em 1864, com a “maxambomba”, um pesado carro movido a vapor com capacidade para vinte passageiros que ligava a cidade ao cemitério e ao arraial do Menino Deus. Os problemas com o veículo, porém, logo levaram à desativação dessa linha. Em 1872, foi organizada a Cia. Carris de Ferro Porto-Alegrense, a qual inaugurou, em 1873, o serviço de bondes movidos a tração animal (Mazeron, op. cit.96-97) (foto 2). A primeira linha ligava o centro da cidade ao Menino Deus, o qual havia se transformado na primeira zona residencial aristocrática de Porto Alegre, composta por chácaras e vilas luxuosas (Macedo, op. cit.:103; Roche, 1966:74). Observa-se, portanto, que nesse período tem início a segregação espacial na cidade, com a população de maior poder aquisitivo abandonando o centro em busca de lugares mais distantes, afastando seus lares, dessa forma, do conturbado núcleo urbano com sua mistura de classes e problemas de higiene.

A necessidade de agilizar a comunicação com os centros povoados mais distantes levou à construção da primeira estrada de ferro, também em 1873 (Azevedo Lima, op. cit.:132). Esta partiu na direção do Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria) conectando, em 1874, o arraial de Navegantes e São Leopoldo. Em 1876, esta linha alcançou Novo Hamburgo (Macedo, op. cit.:103).

Em 1872, a Companhia São Pedro Brazil Gaz Limited começou a construir o gasômetro. Dois anos depois, os velhos lampiões de azeite que iluminavam a cidade

desde 1832, foram substituídos por combustores de gás (Mazon, op. cit. :11). Os arraiais, porém, continuaram a ser iluminados com os velhos lampiões até quase o final do século (ibidem).

Foto 2 - Estação dos bondes da Carris, observando-se, no canto inferior direito, um desses veículos de transporte coletivo.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

O crescimento dos arraiais e a fusão de alguns deles deu origem, nesse período, aos bairros Partenon, Floresta, Navegantes, São João, Bom Fim, Azenha e Menino Deus. Apesar da ligação entre os arraiais estes bairros permaneceram, ainda, separados uns dos outros por espaços que tendiam a ser ocupados à medida que o século rumava para seu fim (Macedo, op cit.:103-104).

Até cerca de 1880, a grande maioria dos produtos importados pela capital provinham da Inglaterra e da França. Os produtos da Alemanha não eram bem aceitos por serem de qualidade inferior, não obstante haver relações comerciais entre Brasil e Hamburgo desde 1830. Os produtos de Hamburgo, farinhas, óleos, conservas, estofos, telas, sedas, quinquilharias, cutelaria, relojoaria, etc, chegavam ao Rio Grande do Sul por intermédio dos grandes comerciantes alemães do Rio de Janeiro. Esta situação perdurou até por volta de 1875 a 1880, quando, devido às linhas de navegação transoceânicas diretas, os comerciantes teuto-rio-grandenses se libertaram da tutela do Rio de Janeiro. Nesse período eles também começaram a se impor no comércio da capital, até então dominado pelos luso-brasileiros, de modo que, em 1878, dos 146 membros da Praça do comércio de Porto Alegre, 37 eram de origem alemã. Em 1880, das 45 casas que praticavam a importação direta em Porto Alegre, 26 já eram propriedade de alemães. Assim, em 1881, o número de navios alemães que entraram no porto da capital (56), só era superado por aqueles provenientes da Inglaterra (78) (Roche, 1969:445-458).

Em 1886, foi inaugurado o serviço telefônico, contando com 72 assinantes, na maioria comerciantes (Franco, 1988:400). Nessa época a cidade estava sendo servida por quatro linhas de bondes. Duas ligavam a Praça da Alfândega, no centro da cidade, ao

Menino Deus, por percursos diferentes. Uma seguia pela Rua da Margem, passando, portanto, na frente do Solar Lopo Gonçalves, e a outra seguia pela Várzea. As outras duas linhas atendiam ao Caminho Novo e ao Partenon (Mazon, op. cit.:97-98).

Dois anos depois um levantamento predial realizado na capital apontava a existência de 5.996 prédios dentro da área urbana, totalizando o município 7.192 prédios, dentre casas térreas (que predominavam), assobradadas, sobrados e “cortiços”. A cidade dispunha ainda de 18 igrejas e capelas, e era composta por 98 ruas e travessas, 27 praças e largos (Azevedo Lima, 1890:23-24). Com relação à educação, existiam no município 55 escolas públicas, que eram cursadas por 3.338 alunos (ibidem:35).

Segundo Azevedo Lima, nessa época existiam em Porto Alegre fábricas de móveis, chapéus, calçados, roupas, sabonetes, velas de cera, objetos de montaria, etc, sendo que muitas das quais “...trabalham com motores a gás dos mais aperfeiçoados sistemas” (ibidem:51). Logicamente, a grande maioria das 223 “fábricas” presentes na sinopse estatística de Azevedo Lima não passavam de pequenos estabelecimentos manufatureiros e oficinas, a exemplo das 51 “fábricas de calçados” listadas.

Em 1890, os alemães já dominavam o comércio de importação na capital, contando com 41 casas de importação, dentre as 74 existentes. Este foi o ano em que Porto Alegre tornou-se a primeira praça comercial do estado, com as importações multiplicando-se em volume e número, entrando por seu porto

vezes em “lingerie”, domésticas, armas, remédios e produtos vidraçarias, papéis e material

...vinhos, alcoois e licores, conservas, carnes defumadas, queijos, às até batatas e arroz, tecidos de algodão estampado e “shirtings” quantidades cada vez maiores, tecidos de lã, roupas feitas, rendas, chapéus, móveis, máquinas agrícolas e instrumentos de cirurgia, de música (pianos), químicos, quinquilharias, tapetes, porcelanas e artefatos de papelão, brinquedos, carris, vagões e locomotivas, para construções navais, etc. (Roche, 1969:459).

A população da capital estava, então, estimada em 52.000 habitantes (Roche, 1966:77).

É a partir do começo desta última década do século XIX que, segundo Singer (op. cit.:172-173), Porto Alegre entrou, realmente, em fase de industrialização. Assim, em 1891

na
e
calçados
fábrica de
a
de
1895
ainda a
espartilhos,

...adquire a metalúrgica de Berta caráter industrial, com a entrada sociedade de A. Bins... Em 1891, ainda, instalou-se a “Cia. de Fiação Tecidos Porto Alegre”...No ano seguinte foi fundada a fábrica de “Cia, Progresso Industrial”...Em 1892 funda-se também grande móveis...Em 1893 criou-se a “Cia Fabril Porto-Alegrense”, de tecidos, e “Fábrica de Pregos Pontas de Paris”. Em 1894 surge a “Cia. Fábrica Vidros Sul-brasileira”, que produz, em 1895, 700.000 garrafas. Em funda-se a “Fábrica de Roupas Brancas e Gravatas”. Assinala-se presença, em 1896, da “Companhia Manufatora” (gravatas, luvas, cartonagem, objetos de chifre e osso)... (ibidem).

Nessa época, como observa Pesavento (1991:24), se processava uma transformação burguesa na paisagem colonial da cidade, com suas praças e ruas centrais perdendo suas antigas formas e ganhando novas feições “...adequadas ao desfile burguês”. Pretendia-se assim construir um novo imaginário urbano “...em torno da busca de uma cidade limpa, bonita e ordenada” (ibidem:42).

Durante esta última década, um novo espaço se firmou como a área residencial da elite porto-alegrense, que fugia de um centro cada vez mais conturbado por problemas sociais como a proliferação de cortiços: a rua Independência. Por sua proximidade com o centro, esta área pôde dispor das melhorias na infra-estrutura urbana que começaram a ocorrer no último quartel daquele século, como transportes coletivos¹⁴, água canalizada, rede de esgotos e iluminação pública (Géa, 1995:47). Entre os moradores desta rua predominavam aqueles cujas atividades profissionais estavam ligadas à indústria e ao

¹⁴ Esta rua começou a ser atendida pelo sistema de transportes coletivos em 1893, com a recém fundada Companhia Carris Urbanos de Porto Alegre, a qual servia ainda os bairros Floresta e Partenon (Mazon, op. cit:98).

comércio de exportação e importação (ibidem:25), as duas molas propulsoras do desenvolvimento econômico e urbano da cidade.

Este desenvolvimento da Porto Alegre *fin de siècle* foi obtido, no entanto, às custas da exploração econômica de uma grande parcela da população, que constituía a classe operária da cidade, obrigada a duras jornadas de trabalho que variavam entre 12 e 14 horas diárias em ambientes, por vezes, extremamente insalubres (Pesavento, 1994b:44). Nesta última década, fatores como o aumento das taxas prediais no centro, que elevaram substancialmente o valor dos aluguéis, obrigaram a migração deste grupo para pontos mais afastados, com moradias mais baratas, que constituíram os bairros operários-fabris da cidade: São João e Navegantes (Pesavento, 1991:43). Ficava assim consolidada uma segregação espacial entre ricos e pobres que havia sido iniciada cerca de vinte anos antes, quando as famílias mais abastadas começaram a abandonar o núcleo urbano e a se estabelecer no arraial do Menino Deus.

A Cidade Baixa

Em meados do século passado, a região onde o Solar Lopo Gonçalves está inserido, localizada ao sul da colina da Matriz, já era conhecida pelo nome de Cidade Baixa (Sanhudo, 1961:207) (figuras 2 e 3). Sua ocupação, no entanto, remonta ao século XVIII,

Figura 2 - Porto Alegre em 1852. À esquerda avista-se parte da Cidade Baixa. Aquarela de Hermann Rudolf Wendroth.

Figura 3 (página ao lado) - Vista de Porto Alegre em 1852, a partir dos morros do sul. A área plana entre os morros corresponde à Cidade Baixa. Pode se observar que esta era uma zona ainda predominantemente rural, ocupada por poucas casas. Aquarela de Hermann Rudolf Wendroth.

quando, onde atualmente é a Rua Lima e Silva, foram instaladas as olarias do Juca e do Joãozinho (1780), que deram origem à rua da Olaria (Oliveira, op. cit.:102). Esta planície, localizada do lado oeste da várzea, era, no começo do século XIX, habitada principalmente por açorianos (Coruja, 1983:122).

Esta região era regada por um riacho (atual Arroio Dilúvio) “...que desce das alturas vizinhas, na direção de E., e vem desembocar na lagoa [rio Guaíba], ao pé do montículo ocupado pela cidade” (Dreys, op. cit:100). Em épocas de cheia, barcos entravam pela barra desse riacho até a olaria do Joãozinho “...para carregar louça e outros misteres...” (Coruja, op. cit:103).

Após a Guerra dos Farrapos, a Cidade Baixa ainda mantinha características predominantemente rurais (ver figura 3). Era ocupada, numa boa extensão, por uma densa vegetação propícia para o acoitamento dos escravos fugidos, razão pela qual ficou conhecida pelo nome de “Emboscadas” (Sanhudo, op. cit:208). Sanhudo (ibidem) dá a seguinte descrição para a parte da Cidade Baixa que ficou conhecida por este nome:

e
sombrios
esconderijos e
ficou
aos
que
procediam,

...Havia, num terreno baixo, cortado por sangas e picadas, moitas capões, árvores e macegas, um verdadeiro labirinto de caminhos e perigosos, onde os acidentes topográficos facilitavam os tornavam quase que inacessível o trânsito desembaraçado. O lugar conhecido por “Emboscadas” não só pelo abrigo que oferecia escravos fugidos dos seus donos, mas, ainda, pelas esperas traiçoeiras muita gente boa, por motivos cobertos e às vezes pessoais, protegidos pelos acidentes do terreno.

Ao longo do Riacho foi se formando um caminho que deu origem à Rua da Margem (ibidem:209). Após a Revolução Farroupilha (1845), com a retomada da expansão da cidade, começaram a ser abertas, entre a Várzea e o Riacho, duas vias públicas, denominadas do Imperador, situada num extremo do entricheiramento que fechava a cidade, e da Imperatriz (atuais República e Venancio Aires) (ibidem). A ainda incipiente Rua da Margem também foi ampliada nessa época (Franco, 1988:113), passando, assim, em frente ao pedaço de terra onde Lopo mandou construir, entre 1845 e 1855, sua residência de chácara: o Solar Lopo Gonçalves. Para ampliá-la os proprietários de terras da região tiveram que ceder faixas de suas propriedades, nas quais foram colocadas cercas. Foram ainda instalados canos para o escoamento das águas que ali se acumulavam em dois pontos críticos (ibidem:226).

Na década de 1850, foi construída uma fonte pública e a primeira ponte que atravessava o Riacho para dar acesso ao Menino Deus, obras que marcaram o desenvolvimento inicial dessa rua, que continuava predominantemente ocupada por chácaras que tinham como base produtiva a mão-de-obra escrava. Na década de 1870, a implantação dos bondes de tração animal que ligavam o centro ao arraial do Menino Deus

contribuíram para devassar essa região (ibidem, 113; 226). Das duas linhas que faziam esse percurso uma seguia pela Várzea e a outra pela Rua da Margem (Mazeron, op. cit.:97-98). O limite sul do bairro foi conformado em 1877, com o loteamento do chamado “Potreiro da Várzea” e a construção da Escola Militar (Franco, 1988: 113).

Em 1892, a Rua da Margem, cujo nome havia sido mudado para João Alfredo em 1888, já contava com 250 prédios, sendo 246 térreos, três sobrados e um assobradado (ibidem:226). Neste final de século o bairro apresentava, devido ao adensamento populacional, uma nova configuração, com o desaparecimento das chácaras remanescentes, que tinham sido expulsas dessa região para pontos mais distantes, como a Praia de Belas e Tristeza (Franco, 1988:113; Macedo, op. cit.:105) (foto 3). A preponderância quase que total de casas térreas na Rua da Margem demonstra que a condição econômica de seus moradores não era alta, mas condizente com a dos demais ocupantes da Cidade Baixa, uma área marcada, como nota Franco (1988:226), desde o final do século passado, pelo predomínio absoluto da classe média.

O Solar Lopo Gonçalves, nesse *fin de siècle*, se destacava como uma residência atípica na Rua da Margem (foto 4). Como demonstra o levantamento predial de 1888, era a única casa assobradada dessa rua, implantada da frente para os lados em um amplo terreno que a afastava das demais residências, as estreitas casas térreas geminadas, ocupadas por uma população de menor poder aquisitivo. Interessa, portanto, após este rápido esboço do desenvolvimento econômico e da expansão urbana de Porto Alegre, analisar os aspectos externos e internos de suas casas de residência, para melhor compreender a situação do Solar Lopo Gonçalves nos primeiros cinquenta anos de sua existência, tema do próximo capítulo.

Foto 3 - Porção do bairro Cidade Baixa no final do século XIX.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

Foto 4 - A Cidade Baixa no final do século XIX observando-se, na porção superior esquerda da foto, o Solar Lopo Gonçalves.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

CAPÍTULO II

A UNIDADE RESIDENCIAL: ESPAÇO E GRUPOS DOMÉSTICOS NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano (Bachelard - A Poética do Espaço, s.d.).

O estudo dos grupos doméstico tem, desde o começo dos anos oitenta, despontado como a mais fecunda via de investigação da Arqueologia Histórica. O principal fator que justifica esta linha de pesquisa é a relação família/grupo doméstico. Considerada o núcleo de construção básico da sociedade, a família há muito vem sendo foco de preocupação analítica dos cientistas sociais (Mrozowski, op. cit.:31). Na Arqueologia Histórica esse foco deslocou-se para o grupo doméstico, por ser este um conceito mais adequado à natureza do objeto de estudo dessa disciplina: o comportamento humano através dos restos materiais e dos registros escritos. Definido como “...um grupo de pessoas co-residindo em uma residência ou composto residencial, e que, até certo grau, compartilham de suas atividades de manutenção e das decisões a ele relacionadas” (Blanton, op. cit.:05), o conceito de grupo doméstico é, portanto, mais abrangente que aquele de família, por considerar todos os ocupantes de um domicílio, independente de vínculos de parentesco.

As evidências materiais provenientes de espaços domésticos somente em raras ocasiões podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo, o que pode incluir, além da família nuclear, agregados, pensionistas e empregados, ou seja “...todos os residentes de uma estrutura doméstica que podem ter criado depósitos de artefatos no pátio da casa em um determinado período de tempo” (Spencer-Wood, op. cit.:02).

Beaudry (1984:27) observa que os sítios arqueológicos domésticos constituem “...expressões que são, ao mesmo tempo, normativas e idiosincrásicas da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo”. Assim, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, o grupo doméstico é tido como uma das escalas mais apropriadas para a pesquisa arqueológica (Klein, 1991:88). Ao analisar o material exumado desses sítios, portanto, o arqueólogo recupera evidências que muito podem informar sobre as atividades cotidianas de grupos humanos, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo, e socialização.

O conceito de grupo doméstico enfatiza, como visto acima, a ocupação de um espaço comum para propósitos residenciais, antes do que laços familiares. Para melhor entender essa unidade social é necessário, por conseguinte, compreender a unidade física por ela habitada, ou seja, o domicílio.

A arquitetura doméstica e o uso do espaço

A arquitetura, como bem observa Kent (1990:02), cria fronteiras no espaço a fim de organizá-lo para um uso específico. Rapoport (1990:10) nota que o ambiente construído reflete o que ele denomina “expressões sociais da cultura”¹⁵. Essa significância cultural do ambiente construído deve ser considerada pelos arqueólogos, posto que, diferentemente dos artefatos móveis analisados, as estruturas arquitetônicas, além de apresentarem uma possibilidade maior de reter o contexto de seu uso original, estão menos sujeitas a perturbações decorrentes dos processos de formação do registro arqueológico (Sanders, 1990:43).

¹⁵Rapoport (ibidem:10) observa que ‘cultura’ é uma construção teórica e, portanto, não observável diretamente. Somente seus efeitos e produtos são observáveis. Assim, ‘cultura’ “...é uma taquiografia conceitual sumária (e explanação proposta) para condições particulares de uma grande variedade do fenômeno humano”. Este autor considera, portanto, que os termos ‘social’ e ‘cultural’ devem ser diferidos para uma melhor compreensão, com o termo ‘social’ referindo-se “...a variáveis mais concretas para as estruturas sociais atuais, grupos, redes, relações e comportamentos que são manifestações da cultura”, enquanto que o termo ‘cultural’ diz respeito às variáveis mais ideológicas.

Como a unidade física que cerca o comportamento da unidade social aqui discutida, caracterizando-a como um grupo doméstico, a organização e o uso do espaço no interior da casa sustenta diferentes formas de comunicação e significados para seus residentes.

Blanton (op.cit.) chama a atenção para dois tipos de comunicação que podem ser expressos pela casa: a comunicação canônica e a comunicação indicadora. A primeira diz respeito à noção de que as casas, como outros elementos da cultura material, “...são veículos através dos quais as estruturas sociais e categorias culturais alcançam existência sensorial” (Richardson, 1974, citado em Blanton, op.cit.:08). No ambiente doméstico, essa comunicação, segundo Blanton (op. cit.:10), manifesta as divisões sociais baseadas em gênero, geração e classe, ligadas a esquemas cosmológicos que expressam oposições categóricas tais como ordem/desordem e pureza/perigo. Atuando primariamente sobre os ocupantes do domicílio, a comunicação canônica fornece “...uma armação material que estrutura não somente as interações do dia-a-dia, mas também os menos freqüentes rituais formais do grupo doméstico” (ibidem). É, portanto, uma comunicação simbólica, que expressa conceitos comuns aos participantes de um dado sistema cultural.

Na comunicação indicadora, por outro lado, a emissão de mensagens é direcionada a indivíduos externos ao domicílio, fornecendo informações sobre a identidade social do grupo doméstico, expressa em variáveis tais como a sua riqueza. Enquanto o primeiro tipo de comunicação está predominantemente relacionado a aspectos do interior da casa, o segundo focaliza-se principalmente sobre suas áreas e elementos mais públicos, como a própria fachada (Blanton, op.cit.:10-11). Utilizando a terminologia de Rapoport (op.cit.), é importante ressaltar que não apenas os elementos de característica fixa (as estruturas imóveis, como a casa), mas também aqueles ditos semifixos (todos os artefatos móveis), podem expressar esses dois tipos de comunicação, em termos que já foram colocados por Binford (1962) como os níveis de função exercidos pelos artefatos: sócio-técnica (indicadora) e ideo-técnica (canônica), contrapostos à função unicamente utilitária, designada por tecno-econômica.

A unidade doméstica é, portanto, um elemento de característica fixa no qual se distribuem elementos semifixos, cuja função primária é servir de abrigo para os

chamados elementos não fixos, que são as pessoas em suas atividades. Tais atividades, relacionadas sobretudo à alimentação, descanso, e lazer, são, na grande maioria das vezes, realizadas com o auxílio de elementos semifixos, sejam esses camas ou pratos. A compartimentação interna do domicílio, aliada à distribuição dos elementos semifixos nos diversos espaços delimitados, forma diferentes cenários no ambiente doméstico. Um cenário pode ser definido, de acordo com Rapoport(op.cit.:12), como “...o meio no qual uma situação se define, recorda aos ocupantes as normas apropriadas e portanto os comportamentos apropriados para a situação definida pelo cenário, tornando, deste modo, a coação possível”. O cenário comunica, assim, ao indivíduo nele inserido, o comportamento apropriado que deve ser mantido. Essa comunicação ocorre através dos indícios nele presentes, que atuam como artifícios mnemônicos, recordando aos que entram as normas que devem ser seguidas. Para Rapoport, essa coação é o principal propósito do ambiente construído. Logicamente, ela só atua se o indivíduo souber decodificar esses indícios.

Outro modo de abordar analiticamente a casa é aquele defendido por Wilk (1990), que enfatiza a economia como um fator determinante, de modo que todas as decisões relacionadas ao ambiente doméstico “...escolhas, negociações, desacordos e compromissos que estão envolvidos na construção, compra e uso de uma casa...” (Wilk, 1990:35) são consideradas em termos de comportamento de consumo. Para este autor, a casa faz parte de um campo social mais amplo, de modo que as decisões relacionadas a ela estão ligadas a outras decisões sociais e pessoais. As colocações de Wilk são importantes neste trabalho, na medida que permitem abordar a casa a partir da mesma perspectiva de comportamento de consumo pela qual serão analisados os artefatos semifixos que, primeiramente utilizados no ambiente doméstico para os mais variados propósitos, foram, após perderem sua funcionalidade, descartados como refugo, vindo a formar o registro arqueológico.

Cabe agora penetrar nas casas de moradia do Brasil no século XIX, a fim de verificar suas características arquitetônicas, o uso do espaço e os possíveis significados de seus cenários.

A casa brasileira oitocentista: comunicação, compartimentação e uso

A arquitetura residencial urbana brasileira, durante o período colonial e na maior parte do século XIX, estava baseada num tipo de lote que apresentava características bem definidas. Fundamentada em antigas tradições urbanísticas de Portugal, as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas, em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade (Reis Filho, 1995:22). Esta uniformidade dos terrenos correspondia à própria uniformidade arquitetônica das casas, a qual era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais que determinavam as dimensões e número de aberturas, a altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas (ibidem:24).

Os principais tipos de habitação urbana eram o sobrado e a casa térrea. Os sobrados diferiam fundamentalmente das casas térreas por apresentarem o piso assoalhado, enquanto aquelas eram de chão batido (ibidem:28). Ficava assim bem definida a diferenciação entre ricos, habitantes de sobrado, e pobres, que ocupavam as casas térreas. Freyre (1940:XVIII) destaca a importância do sobrado na paisagem social brasileira, como a “fortaleza” que resguardava uma classe que, quando não era proprietária de terras, era de escravos, de jóias e moedas. A família ocupava somente os pavimentos assoalhados, prestando o térreo como espaço para o comércio, sendo utilizado como loja, armazém, escritório, depósito ou, quando não cumpria nenhuma dessas funções, deixado para a acomodação dos escravos e animais (Lemos, 1996:32; Reis Filho, op. cit.:28).

As técnicas construtivas dessas casas eram geralmente primitivas, cobertas por telhados de duas águas, com as paredes feitas de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão nas casas mais simples e pedra ou barro, nas mais importantes (Reis Filho, op.cit.:26). Lemos (1993:97) observa que predominava uma “exasperante monotonia edificatória”, com bitolas exageradas de madeira e grossas paredes de grande altura, para absorver o calor. Para aumentar a circulação de ar eram necessários altos pés direitos e paredes internas baixas, inclusive nas casas ricas (ibidem).

No século XIX, surgiu um novo tipo de residência: a casa de porão alto. Considerada uma transição entre os sobrados e as casas térreas, ainda se mantinha de frente para a rua. A presença do porão elevado era indicada pelos óculos ou seteiras com gradis de ferro, sob as janelas dos salões. Essas casas foram geralmente construídas longe do comércio, nos bairros de caráter residencial (Reis Filho, op. cit.:40). Pelas suas características arquitetônicas, o Solar Lopo Gonçalves enquadra-se neste tipo de edificação, o que as torna particularmente importantes neste trabalho.

Pelo fato das casas urbanas serem geminadas e construídas em terrenos estreitos e profundos, apresentavam praticamente a mesma planta por todo o Brasil, com cômodos encarreirados. O cômodo da frente exercia a função de sala de recepção, quando não era ocupado por uma oficina de artesanato ou loja (Lemos, 1996:32). O acesso aos cômodos intermediários, dormitórios, denominados alcovas, se dava por um corredor lateral. Na parte dos fundos localizava-se a varanda, que dava acesso ao quintal (ibidem). A iluminação diurna penetrava pelas aberturas dos cômodos frontais e traseiros, enquanto que as alcovas ficavam quase que totalmente às escuras (Reis Filho, op.cit.:24). Esse tipo de compartimentação foi comum tanto às casas térreas quanto aos sobrados, o que levou o engenheiro francês Vauthier a comentar, na década de 1840, que “...quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (Vauthier, 1975:37).

A cozinha ficava apartada ou totalmente separada da casa, principalmente nos núcleos residenciais das classes abastadas, ao passo que nas habitações mais humildes, se localizava ao lado do dormitório (Lemos, 1993:97). Lemos (1996:20) observa que nas casas remediadas era comum a existência de duas cozinhas, uma simples, em puxado ligado à casa, e outra maior, no fundo do quintal, para os cozimentos mais demorados.

O banheiro somente foi ligado à casa no final do século XIX, localizado no fundo, junto à cozinha, como medida de economia, devido ao alto preço das tubulações de ferro galvanizado importadas (Lemos, 1989:78). Até então a principal função deste recinto, a excreção, era desempenhada pela “casinha” localizada no quintal, construída sobre uma fossa (Lemos,1996:56), ou realizada no interior da residência, utilizando-se para tanto de urinóis, cujos excrementos eram despejados pelos escravos em grandes

barris, denominados “tigres”, que eram, por sua vez, esvaziados em pontos determinados da cidade (Freyre, 1985:197).

A julgar pelas descrições de cronistas e viajantes do século passado, as casas da Porto Alegre oitocentista em nada diferiam daquelas do quadro geral acima esboçado. Descrevendo suas características externas, Achyles Porto Alegre (1920:30) coloca que em geral eram casas acaçapadas, sem platibanda, “...com telhados gotejantes para os passeios...A porta de cada casa viam-se os indispensáveis e previdentes frades de pau, com a inflexível argola de ferro, onde se amarravam as rédeas dos rossinantes...”. As características internas daquelas habitadas pelas famílias de maior poder aquisitivo foram tão eloqüentemente descritas por Ferreira (1940:78-80), que vale a pena transcrever alguns trechos:

Casa de luxo, residência de pessoas de trato era a que dispunha de uma boa sala e de uma ampla varanda.

As demais peças não tinham importância. Ninguém haveria de por-se a examinar...

Os quartos podiam ser escuros e abafados - sem ar e sem luz.

A cozinha, considerada ‘lugar de negros’, nada significava.

E de banheiro e outras instalações sanitárias nem se fale, porque a Cidade não dava água nem esgotos...

É custoso mas deve dizer-se: a casa antiga do porto-alegrense era tudo quanto havia de mais sombrio, de mais triste, de mais anti-higiênico.

As próprias peças em que se punha o maior empenho, o maior interesse, pouco ofereciam de simpático, de agradável, de sedutor.

Em toda a parte a escuridão, o bolor, a umidade, a falta de ar...

Nessa atmosfera de velório, tresandando a lampião apagado, é que viviam os nossos avós, esbarrando nas cômodas, nos cadeirões, nas arcas que se amontoavam, ao acaso, no sobradão rotundo.

Como nas demais partes do país, as casas porto-alegrenses eram espremidas umas contra as outras em terrenos estreitos (Weimer, 1987:92). De acordo com Weimer (ibidem), as pequenas residências apresentavam uma sala na frente e outra nos fundos que servia de copa e cozinha. Esses dois cômodos eram ligados por um estreito corredor que “...passava ao longo de algumas alcovas sem iluminação e ventilação naturais”. Havia nos fundos um pequeno pátio murado no qual se realizavam os serviços domésticos e onde

estava localizada a senzala. A descrição deste autor se assemelha em muito às encontradas nos inventários de Antônio Manuel Teixeira¹⁶ e Luís Pereira da Silva¹⁷, indivíduos de poucas posses que moravam em casas térreas na Rua da Praia. A residência do primeiro, de apenas uma porta e uma janela, continha “...sala, alcova, varanda, passadiço, área, cozinha e pequeno quintal...”; enquanto a do outro, de uma porta e duas janelas, apresentava a seguinte compartimentação: “...corredor, sala e alcova, varanda e um pequeno quarto, pátio passadiço e cozinha...” . A planta baixa dos sobrados pouco diferia dessas descrições, como pode ser verificado no inventário de João Antônio Machado da Rosa¹⁸, proprietário de uma casa de sobrado na Rua Duque de Caxias, a qual continha no andar superior uma sala e duas alcovas e no inferior “...corredor, sala, alcova, contra-alcova, varanda, passadiço, cozinha, um quarto e pátio”.

Saint-Hilaire, na década de 1820, observava que as casas de Porto Alegre eram bem construídas e de aposentos altos. Ele não pôde, porém, deixar de notar a escuridão que reinava no interior dessas habitações, nas quais “...não se consegue procurar um objeto senão abrindo as venezianas e até mesmo as portas” (Saint-Hilaire, op. cit.:35). Surpreendeu-se o naturalista com o grande número de casas de dois andares (sobrados) que havia na cidade, a maior parte das quais com sacadas, embora poucas possuissem jardins ou mesmo quintais(ibidem:28,43,46).

O uso do pavimento térreo desses sobrados para propósitos comerciais está bem expresso nas reminiscências de Coruja (op. cit.:112) nas quais se refere, o autor, a um tal Antônio Pereira da Silva, que morava num sobrado na rua da Igreja (atual Duque de Caxias) “...com uma casa de molhados ao pavimento térreo”. Também deve ter sido uma prática

¹⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°-415, M-24, E-31 E/C, Ano-1872.

¹⁷ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°-315, M-19, E-31 E/C, Ano-1865.

¹⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°-710, M-44, E-31 E/C, Ano-1888.

Foto 5 - Sobrados da Rua da Praia, no final do século XIX. A *Pharmacia Central* e a Joalheria *Leopoldo Masson* demonstram a função comercial do pavimento térreo, comum a muitas dessas edificações.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

comum o aluguel deste pavimento a comerciantes, como aponta Coruja (op.cit.:116) ao se referir ao sobrado de João Coelho, no qual “...tinha a sua loja de fazendas José Gomes de Andrade” (foto 5).

Apesar do apego aos padrões arquitetônicos coloniais, o século XIX trouxe inovações para o exterior e o interior dos lares brasileiros decorrentes da Revolução industrial e da abertura dos portos. A começar pelo vidro plano para as janelas, que possibilitou uma melhor iluminação do ambiente doméstico durante o dia (Lemos, 1996:44). A introdução de novos aparelhos de iluminação artificial, tais como lâmpões de mecha circular, permitiu uma iluminação muito mais intensa durante a noite do que aquela fornecida pelas tradicionais velas e candieiros. De acordo com Lemos (ibidem:45),

essa nova iluminação noturna alterou completamente os hábitos caseiros, permitindo à família não apenas modificar o horário das suas refeições, mas incentivando, inclusive, atividades de socialização com convidados externos ao lar. Assim, “... a luz abriu as salas de jantar, as ‘varandas’ às visitas - os jantares sociais tornando-se moda a partir daí. Não só nas cidades, mas também nas fazendas” (ibidem).

As transformações nos padrões arquitetônicos começaram com a chegada da missão francesa, em 1816, e se acentuaram após 1826, com a fundação da Imperial Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro, que divulgou o estilo neoclássico no Brasil. Durante a maior parte do século XIX, no entanto, as residências continuaram a apresentar características de grande simplicidade, principalmente nas províncias, onde elas eram superficialmente vinculadas à temática do neoclássico, constituindo cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral (Reis Filho, op. cit.:116-124). Assim, as habitações urbanas porto-alegrenses mantiveram influências das plantas coloniais até o final daquele século (Géa, op. cit.:213). De acordo com Géa, ainda na virada do século, nas casas das famílias da elite, os cômodos apresentavam a seguinte disposição: “...sala e gabinete na frente, alcovas ou quartos no meio seguidos pela varanda, e dependências de serviço que podiam estar também no porão” (ibidem:213-214)¹⁹.

Apesar da padronização arquitetônica dos domicílios, a preocupação com a emissão de mensagens sobre a identidade social do grupo doméstico (comunicação indicadora) era denotada a partir do elemento mais público da casa: a fachada. Ferreira (1974:44) destaca os cuidados dos portugueses aqui residentes com esta chamada planta alta de suas residências, “...enfeitada de pinhas e jarras nas cimalthas e engalanada de florões e azulejos ao longo de faixas e barras” (ibidem). Segundo este autor, atenção especial eram dadas às sacadas, aonde se concentravam todo o esmero “...na grade rendilhada desses balcões de ferro... incorrigível anseio de mostrar, ostensivamente, para

¹⁹Maiores detalhes sobre as transformações na arquitetura residencial urbana porto-alegrense no final do século XIX e começo do XX, podem ser encontrados no trabalho de Lúcia Segala Géa - *O Espaço da Casa: Arquitetura Residencial da Elite Porto-Alegrense (1893-1929)*. Porto Alegre, 1995. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

os outros que quem vivia por detrás da parede pomposa era gente de cabedais e, portanto, de respeito” (ibidem) (fotos 6 e 7).

Foto 6 - Sobrados da rua Sete de Setembro, com suas sacadas em destaque (último quartel do século XIX).

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

As sacadas eram, com efeito, um espaço privado que avançava sobre o público. O espaço das casas mais voltados para o exterior, onde os integrantes do grupo doméstico podiam ter um contato quase que direto com a rua, sem abdicar da segurança e conforto do

Foto 7 - Sobrados e sacadas de uma rua central de Porto Alegre (último quartel do século XIX).

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

lar. O fato de constituir-se em um local que também permitia a todos os externos ter contato, pelo menos visual, com os moradores da casa, justifica a preocupação com a elaboração dessas estruturas que indicavam a condição social dos que nelas permaneciam. Kidder (1951:189) observava na cidade de São Paulo, em 1839, que as sacadas eram os lugares preferidos “...tanto dos homens quanto das mulheres que aí vão gozar do frescor

da manhã e da noite ou assistir à passagem de procissões ou ainda qualquer ocorrência que desperte a atenção”.

Apesar desta preocupação com as sacadas e com alguns elementos ornamentais das fachadas, as diferenças na arquitetura residencial eram verdadeiramente expressas, como bem observa Lemos (1996:32), em termos quantitativos antes que qualitativos. Assim, como já referido, os segmentos sociais mais abastados habitavam os sobrados enquanto a população de baixo poder aquisitivo ocupava as casas térreas. A alta condição sócio-econômica de uma família era comumente indicada não somente pelas características arquitetônicas de seu sobrado, mas, principalmente pelas suas dimensões, o que levava, às vezes, à construção de sobrados enormes (ibidem). Não obstante, os elementos comunicativos indicadores estavam presentes não apenas na decoração das fachadas e nas dimensões dos prédios, mas principalmente no espaço de transição entre o público e o privado no interior do ambiente doméstico ao qual os indivíduos externos ao lar tinham acesso: a sala de visitas.

No século XIX este recinto, principalmente nas residências das famílias mais abastadas, passou a receber um tratamento especial, por meio de pinturas nos forros, papéis de paredes, e de um mobiliário mais complexo (Reis Filho, op. cit.:118). Os inventários pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul dão uma idéia dos chamados elementos semifixos que caracterizavam estes cenários na Porto Alegre oitocentista. Enquanto os do começo daquele século descrevem interiores altamente despojados, com seus bancos, baús e catres, nota-se, nas décadas seguintes, uma maior elaboração da mobília nas residências, como bem observado por Saint-Hilaire na cidade de Rio Grande (op.cit.:79,90), indicando mudanças nos padrões de conforto doméstico que vieram a se consolidar nas altas camadas à medida que o século avançava.

Embora, com raríssimas exceções, os inventários pesquisados não especifiquem os recintos nos quais estavam inseridos os móveis arrolados, muitos deles demonstram

listagens realizadas sala por sala, a partir de indicações da própria descrição da mobília como “...um sofá da sala de visitas” ou “...uma mesa da sala de jantar”. Na grande maioria dos casos as listagens se iniciam pela sala de visitas, que era o primeiro recinto ao qual o inventariante tinha acesso.

As salas de visitas das famílias de maior poder aquisitivo, como as pertencentes à nobreza e aos ricos comerciantes, quase sempre apresentavam mobílias de jacarandá, compostas por um sofá, cadeiras de braços (geralmente quatro), cadeiras de encosto (geralmente doze ou vinte e quatro), consolos, aparadores, mesas de meio de sala que podiam ter tampo de mármore, espelhos com molduras douradas, cortinas e tapetes. Este recinto podia ainda ser ornamentado com diversos quadros, vasos de porcelana, e, ladeando os sofás, escarradeiras de porcelana. Apesar de Saint-Hilaire (op.cit.:40) ter registrado sua presença no começo da década de 1820, o piano foi pouco encontrado em inventários da primeira metade do século, se tornando mais popular durante a segunda metade, embora restrito às famílias mais abastadas.

A maior ornamentação da sala de visitas é um fato verificado na grande maioria dos inventários pesquisados, caracterizando-se como o espaço dentro do domicílio no qual as famílias mais empregavam dinheiro. Logicamente todos os elementos semifixos que compunham este cenário transmitiam mensagens do grupo doméstico residente aos indivíduos externos ao lar que nele penetravam. Em primeiro plano as mensagens indicadoras emitidas pela mobília, que indicavam a condição econômica de seus proprietários e sua filiação em um grupo que tinha acesso aos mesmos itens de consumo. A permanência neste recinto também exigia, por parte do visitante, atenção a regras definidas, de modo que o espaço que o cercava determinava o seu comportamento e limitava seus movimentos, pois o acesso não era permitido aos demais cômodos da casa, de uso íntimo da família. A própria distribuição da mobília era realizada de uma forma rigidamente hierarquizada, como bem observa Reis Filho (op.cit:128), com as cadeiras dispostas de um modo formal:

mais
onde

...nas pontas as menores e sem braços, voltadas discretamente para as imponentes, de braços e espaldar alto ou para os sofás, no centro,

deveriam sentar-se as pessoas de maior autoridade.

Kidder (1951:189) observou esse arranjo, na cidade de São Paulo, em 1839. Segundo ele, a mobília da sala de visitas variava de acordo com o maior ou menor luxo da casa, porém o sofá de palhinha e as cadeiras na disposição referida acima eram presença constante em todas as casas. Campos (op. cit.:91) nota que essa disposição sobreviveu até o final do século XIX, nas residências de classe média paulistas.

Sobre as atividades de socialização que transcorriam nesse recinto, para Porto Alegre, a única fonte pesquisada que forneceu informações, ainda que escassas, foi o diário de viagem de Saint-Hilaire (op. cit.:40). Convidado para passar a noite no que ele afirmou ser uma das casas “...mais prestigiosas de Porto Alegre...” o naturalista dá a seguinte descrição:

francês, uma	...encontrei num salão bem mobiliado e forrado de papel
mulheres. Em se	reunião de trinta a quarenta pessoas, entre homens e
nos trajés...	tratando de parentes e amigos íntimos, não havia luxo
algumas senhoras	Danças valsas, contradanças e bailados espanhóis;
acompanhadas	tocaram piano, outras cantaram com muita propriedade,
	ao violão, e o sarau terminou com jogos de salão.

Infelizmente Saint-Hilaire não forneceu o nome de seu anfitrião, o que possibilitaria a busca de seu inventário para obter outras informações sobre este recinto que o autor não julgou importante descrever mais pormenorizadamente face ao evento do qual participava. Tratava-se, por certo, da casa de uma das famílias mais abastadas da cidade, que estava tendo acesso a itens de consumo (o piano) que eram novidade mesmo na capital do Império. Moda que tinha se iniciado na Europa em 1815 (Corbin, 1995:486), o piano, como observa Freyre (1985:44), já estava sendo tocado, pelas moças, nas salas de visitas dos sobrados nobres do Rio de Janeiro, em 1820. Mas foi somente durante o Segundo Reinado que este instrumento veio a popularizar-se junto à classe dominante, se tornando, segundo Freyre (1959:105), um

palacetes
burgueses,
casas

...símbolo de distinção, de gosto e de prestígio social, quer em aristocráticos de subúrbio, quer em sobrados nobres ou distinguindo, também, nas casas grandes de engenhos e fazendas, as das famílias aparentemente mais cultas das mais sincera ou rusticamente rurais²⁰.

Assim, Achylles Porto Alegre (1994:104-105) observa que em meados do século XIX já era comum em Porto Alegre, uma cidade que então dispunha de poucos recursos para o entretenimento, serem feitas reuniões nas casas das famílias mais abastadas, durante as quais eram realizados recitativos ao piano.

Com relação às salas de visitas das famílias menos abastadas²¹, moradoras de casas térreas, as informações são, em todos os inventários pesquisados, menos exatas, pois os móveis arrolados raramente apresentam indicações do seu recinto de uso. Há, assim, uma profusão de objetos listados, muitos dos quais contendo os adjetivos “velho”, “usado” e “em mau estado” para justificar sua baixa avaliação. Observa-se, porém, a presença da mobília característica desse recinto, com cadeiras de palhinha, geralmente em número de seis, um sofá também de palhinha e, em alguns casos, consolos e aparadores.

Um caso atípico foi o encontrado no inventário dos imigrantes alemães Carlos Diehl e sua esposa²², datado de 1856. O monte-mor bruto deste casal totalizou apenas 6.000\$910 (seis contos e novecentos e dez réis). Neste documento, no entanto, a listagem dos móveis e utensílios domésticos contrastou fortemente com aquelas de outros inventariados cujo patrimônio estava no mesmo patamar. Houve uma preocupação, por

²⁰Ainda a esse respeito Freyre (ibidem:138) cita o livro *O Conselheiro da Família Brasileira* (1878), de Filipe Colaço, na qual este autor se refere à indispensabilidade do piano numa residência “...ainda mesmo quando nenhuma pessoa da família o saiba tocar”.

²¹Foram consideradas aquelas cuja soma total dos seus bens (monte-mor bruto) foi inferior a 8.000\$000 (oito contos de réis), possuindo, além da mobília arrolada, no máximo alguns escravos e uma casa térrea.

²²Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°-130, M-9, E-31 E/C, Ano-1856.

parte deste comerciante, em aplicar uma grande quantia de dinheiro no interior de uma residência da qual nem sequer era proprietário. Carlos Dihel possuía, além das tradicionais cadeiras e sofá da sala, quadros, “um relógio de sala”, figuras de gesso e vasos, dentre diversos móveis referentes a outros recintos. Não faltou neste arrolamento a presença de meio aparelho de jantar e de um aparelho de chá²³, além de talheres de prata, itens somente presentes nos inventários dos indivíduos de maior afluência econômica. Embora estas evidências pudessem indicar a preocupação deste casal em emular o padrão de vida das famílias mais abastadas, o fator etnicidade parece ter exercido uma influência maior em suas escolhas de consumo. Naturais de um continente onde, no século XIX, o ideal burguês de domesticidade²⁴ estava atingindo seu auge, este casal trouxe consigo para o Brasil toda uma concepção de vida ligada ao lar que ainda era incipiente mesmo nas camadas mais abastadas da nossa sociedade. Seria interessante pesquisar outros inventários de imigrantes alemães residentes em Porto Alegre, para verificar se esta preocupação em manter determinados padrões de conforto doméstico, em níveis bastante superiores àqueles dos luso-brasileiros de mesma renda, foi uma característica geral deste grupo, relacionado à sua nacionalidade, ou se outras variáveis também exerceram influência em suas escolhas de consumo.

Outro recinto que começou a ganhar importância no século XIX foi aquele localizado no final do corredor, local onde a família fazia suas refeições: a sala de jantar.

²³A questão das louças será tratada pormenorizadamente no capítulo 4.

²⁴De acordo com Schammas (1980) as mudanças de atitude em relação ao ambiente doméstico se iniciaram no final do século XVI, quando a aristocracia da Europa Ocidental começou a retratar seus domicílios em termos de privacidade. Tais mudanças se acentuaram ao longo do século seguinte atingindo, após a metade do século XVIII, a população de menor renda. Schammas (ibidem) enumera como características dessas mudanças a compartimentação dos domicílios, garantindo uma maior privatização para seus ocupantes, ao mesmo tempo em que eram criados espaços específicos para a socialização, como a sala de jantar. Ocorreu, simultaneamente, um investimento maior na mobília e em acessórios para o lar, incluindo itens associados à alimentação, tais como facas e garfos, cristais, porcelanas, aparelhos de chá e café, indicando uma maior elaboração das refeições. O século XIX se caracterizaria, por sua vez, como “a idade do ouro do privado” (Perrot, 1995:10), com a domesticidade se tornando a marca registrada do modo de vida burguês, delineando uma dicotomia entre a esfera masculina, relacionada ao domínio público externo, e a esfera feminina, relacionada ao domínio doméstico privado (Hall, 1995). Queiroz (1978) observa a difusão de um modo de vida burguês no Brasil a partir da década de 1820, bastante anterior, portanto, à instalação de uma ordem burguesa propriamente dita no país, que está relacionada ao processo de industrialização. Segundo esta autora “...o novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos,

Originalmente as refeições eram realizadas na varanda, local alpendrado nos fundos da casa, que era o centro de interesse da família, a sala na qual

a
os
reunida,
Sala íntima,
portanto, local de
excretos noturnos
(Lemos, 1993:103).

...desembocava o corredor vindo da rua, por onde transitava criadação, carregando os potes de água, a lenha dos fogões, mantimentos, os animais domésticos. Sala onde a família ficava nas horas de lazer e nos momentos de trabalho caseiro. antes de tudo, local de acesso às alcovas escuras e, passagem obrigatória dos urinóis peçados dos

A varanda era, portanto, um espaço multifuncional. Lemos (1996:30) nota que, no século XIX, este recinto recebeu um vedado que o transformou em sala. Esta transformação da varanda em sala de jantar provavelmente ocorreu por influência do já referido ideal burguês de privatização doméstica.

No Brasil, como já exposto, as novidades decorrentes da Revolução Industrial, que aqui penetraram após a abertura dos portos, abriram a sala de jantar, nas residências urbanas, à presença de indivíduos externos ao lar. Este recinto transformou-se então, ao lado da sala de visitas, num espaço de exibição “...onde eram expostas as alfaias da família, símbolos de prestígio e superioridade social” (Lima, no prelo:08). Assim, a mobília de jantar

que
coesão,
respeito,
reservados aos mais
nas pratas, cristais e
(ibidem:07).

...passou a simbolizar fortemente o grupo familiar e os valores deveriam cimentar seu membros: ordem, união, harmonia, expressos nas cadeiras perfeitamente alinhadas à volta da mesa; apreço pela hierarquia, nos lugares especialmente proeminentes, assim como pelo patrimônio familiar, porcelanas ostensivamente exibidos à sua volta

Nos inventários pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul este recinto é de identificação mais difícil que a sala de visitas, pois sua mobília está geralmente inserida entre aquela de outros cômodos. As famílias mais abastadas montavam este cenário com uma mesa grande, mais uma ou duas menores, doze, dezoito

porém muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual” (ibidem:57).

ou vinte e quatro cadeiras, dois aparadores, um ou dois guarda-louças, um sofá e um relógio de parede, podendo esta ainda estar ornamentada com quadros.

Nos documentos em que foi possível diferenciar esta sala, observa-se que a aplicação de dinheiro para mobiliá-la apresenta uma grande variação. Há, por exemplo, casos como o do Barão de Cahy²⁵ (1886), que gastou mais com esta mobília do que com a da própria sala de visitas, demonstrando a importância que eventos de socialização relacionados a refeições formais, com convidados externos ao lar, estavam tomando nesta época em que a virada do século se aproximava. Há, por outro lado, o inventário do

Visconde de São Leopoldo²⁶ (1848), um dos indivíduos que mais se preocupou em ostentar seu *status* sócio-econômico através da mobília presente em seu solar, espalhada pela sala de visitas, sala de tocador, “sala grande”, sala de jantar, gabinete, copa e alcovas. Curiosamente, os móveis de sua sala de jantar, composta por “...uma meia cômoda de jacarandá, três mesas de abrir, um canapé de jacarandá, oito cadeiras de pau *ordinárias*, uma mesa de madeira *ordinária* com duas gavetas, três quadros *velhos* de moldura dourada e vinte ditos com moldura de jacaranda”, são os mais simples e de menor valor (49 mil réis) de todos os cômodos arrolados, incluindo as alcovas, espaços privados por excelência. A mobília deste recinto contrasta fortemente com aquela da sala de visitas, na qual não falta o piano, as tradicionais vinte e quatro cadeiras de jacarandá e o sofá, além de mesas, marquesas, diversos quadros, vasos de louça e de porcelana e figuras de louça. É interessante, porém, neste domicílio, a presença de uma “sala grande”, contendo, além de quatro mesas, vinte e quatro cadeiras e um sofá, numa avaliação diversas vezes superior àquela da sala de jantar (somente as cadeiras estão avaliadas em 228 mil réis), além de quadros de molduras douradas, bustos de gesso, e um grande lustre de cristal avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis) .

²⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 3º Cartório de Órfãos, N°- 92, M- 26, E - 31 E/C, Ano - 1886.

²⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes, N°- 1633, M-80, E - 31 E/C, Ano - 1848.

Ao que tudo indica, o Visconde de São Leopoldo estava mantendo em sua casa dois cenários distintos para as refeições: o primeiro mais despojado, de estar íntimo da família, correspondendo à varanda dos tempos coloniais, no qual a simplicidade da mobília e provavelmente da própria louça utilizada realçava valores de “...união, lealdade, fraternidade, partilha e de estímulo ao convívio afetivo no recesso e intimidade do lar” (Lima, no prelo:08); e o segundo, a “sala grande”, relacionado à estrutura das refeições mais formais, aonde ocorriam rituais burgueses de sociabilidade, nos quais a requintada mobília emitia mensagens indicadoras sobre a filiação da família na mais alta esfera social: a nobreza.

Campos (op.cit.:101), ao discorrer sobre a mobília da residência do Barão de Itapetininga (1876), em São Paulo, também verifica a presença de duas salas de jantar, a sala “à européia” e aquela “à brasileira”, onde “...se superpunham a realização de refeições íntimas, o estar familiar e várias atividades domésticas cotidianas”. Lima (no prelo:08) nota

que os itens utilizados nesta segunda sala eram ambíguos, “...um meio termo entre o aparato da sala de jantar formal e a rusticidade da cozinha”.

Sobre as atividades de socialização que se desenrolavam na sala de jantar formal, ainda é Saint-Hilaire o cronista que fornece as informações mais detalhadas, ao se referir a um jantar em Rio Grande, na casa de um Tenente-General:

de uma segundo retiraram a nos da mesa sobremesa sobremesa trocados vários	...Fomos recebidos num lindo salão e, em seguida, levados para uma sala refeições onde nos serviram um esplêndido jantar. A mesa estava coberta de quantidade de travessas, guisados e ensopados de toda a qualidade. Um serviço, composto de assados, saladas e massas, sucedeu ao primeiro; carne e acrescentaram novas massas às primeiras. Depois, levantamo-e fizeram-nos passar a uma outra sala, onde encontramos uma magnífica, composta de uma variedade de bombons e doces...Após a nos serviram café, seguido de licores. Durante o jantar foram brindes, repetidos agora com os licores (Saint-Hilaire, op. cit.:58).
---	---

Observa-se, por sua descrição, que tratava-se de um jantar formal composto por três cobertas, além da sobremesa, adaptado de um clássico modelo português do final do século XVIII (Lima, no prelo:26-29). Certamente, no âmbito familiar, sem a presença de

convidados, as refeições na casa deste anfitrião seriam estruturadas de um modo mais simples, talvez mesmo em outro cenário: na tradicional varanda colonial.

As alcovas, recintos de repouso da família, constituíram, sem dúvida, o espaço mais privado dentro do ambiente doméstico, onde ficavam reclusas as moças solteiras. Este enclausuramento das mulheres dentro da casa, dificilmente aparecendo a estranhos, é uma constante nos depoimentos dos viajantes que passaram pelo Brasil durante a primeira metade do século XIX. Embora Saint-Hilaire (op. cit.:36,66) notasse que aqui elas se escondiam menos do que nas demais províncias do Império, passando por Porto Alegre, na década seguinte, Arsene Isabelle (op. cit.:59) se espantou, talvez exageradamente, com sua reclusão:

dos
tão
de

...Passai ligeiro, passai, contentai-vos em maldizer em segredo a barbárie portuguesas que, fechando suas mulheres em espécies de haréns, as tornam ignorantes, tão ridículas, que a vista de um estrangeiro é para elas uma espécie sombra chinesa, uma fantasmagoria.

Estes quartos, sem ar e sem luz, estavam freqüentemente interligados entre si através de portas, o que não somente facilitava o atendimento aos membros da família em casos de doença, como assinala Gea (op. cit.:161), mas também auxiliava a vigilância do chefe da casa sobre os demais integrantes do grupo doméstico. Eram ainda locais legítimos para uma sexualidade legalizada (Correa, 1992 citado em Gea, op. cit.:161-162), consentida pelo casamento e vigiada pelas normas da Igreja, como atesta a presença de oratórios nesses recintos, verificada em diversos inventários pesquisados.

De acordo com esses documentos, a mobília de alcova, nas residências das famílias mais abastadas, era composta por uma ou mais camas, forradas com ricas colchas de Damasco ou da Índia, cômodas e guarda-roupas de jacarandá, mesas de cabeceira, um *toilette* com espelhos e, atestando as práticas íntimas de higiene pessoal que eram realizadas neste cenário, lavatórios com tampos de mármore acompanhados de aparelhos de louça para infusão.

A cozinha, como já visto, se localizava nos fundos ou fora da residência, no pátio. Segundo Lima (no prelo:08) este ambiente “...sujo, fumarento e mal cheiroso...”, exclusivamente feminino, era um espaço de rejeição que se contrapunha à sala de jantar. Os utensílios nele utilizados eram louças de barro, tachos de cobre, panelas e caldeiras de ferro e alguidares de madeira, objetos grosseiros que contrastavam fortemente com as porcelanas, cristais e pratos da sala de jantar, espaço que, Lima observa (ibidem), era predominantemente masculino. O desprezo por esse ambiente era tanto que, na grande maioria dos inventários pesquisados, não houve preocupação por parte dos inventariantes em arrolar isoladamente os utensílios nele utilizados, que eram agrupados e designados genericamente por “trem de cozinha”, e, mesmo assim, avaliados em preços muito baixos.

O Solar Lopo Gonçalves

A relativamente extensa digressão acima sobre o ambiente doméstico no século XIX foi necessária para permitir compreender as ocupações do domicílio que é objeto deste estudo: o Solar Lopo Gonçalves. Antes de penetrar nesta unidade residencial é necessário, portanto, conhecer um pouco sobre a história dos atores que nela habitaram, ou seja, os dois grupos domésticos que são responsáveis pelos vestígios arqueológicos exumados.

Lopo Gonçalves Bastos nasceu em Portugal, em 1800, na freguesia de São Miguel de Gêmeos de Bastos, arcebispado de Braga (Giacomelli, 1992:29). Em 23 de junho de 1828 casou-se, em Porto Alegre, com Francisca Benfica Rodrigues Teixeira, filha do Sargento Mor João Luís Teixeira²⁷. A partir de então manteve uma sociedade com seu sogro em uma loja de fazendas, localizada no sobrado em que este residia na Rua da Praia, em um armazém de molhados situado na Praça da Alfândega, que funcionou até 1839, e “...em algumas embarcações e seus carregamentos...”²⁸. Antes de seu casamento,

²⁷Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Casamento, Catedral Madre de Deus (1818-1876).

²⁸Inventário de João Luiz Teixeira. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório de Provedoria e Ausente, N°-124, M-08, E-05, Ano-1853.

porém, Lopo já era comerciante, como verificado em um anúncio do jornal *Diário de Porto Alegre*, número 76, de seis de julho de 1827.

Lopo Gonçalves Bastos, na Rua da Praia nº25, tem para vender hum escravo pardo, moço, e muito boa figura; huma escrava mina ainda boça [sic], lava ja soffrivelmente; assim como tem mais para vender os seguintes generos. Vinho de Companhia em pipas, dito de Porto em pipas e barris, dito de Lisboa em pipas, Ancoretas de azeitonas, Passas, Genebra muito bôa, Rapé Princeza de superior qualidade.

O anúncio em questão atesta que ele, além de já possuir um armazém de molhados, atuava também no comércio de escravos, ao qual se dedicou pelo menos até 1845, como comprovam anúncios do jornal *O Imparcial*, levantados por Günter Weimer (1991:49).

Lopo Gonçalves participou também de atividades políticas, exercendo a vereança em dois mandatos eletivos, o primeiro entre 1833 e 1837 e o segundo entre 1845 e 1849, e permanecendo como suplente de vereador entre 1849 e 1852 (Giacomelli, op.cit.:29). Foi ainda um dos fundadores do Banco da Província do Rio Grande do Sul, em 1858, atuando como seu secretário em três períodos: 1858-61, 1862-67 e 1870-72 (ibidem). Franco (1983:46) destaca o seu papel de liderança no processo de fundação e consolidação da Praça do Comércio de Porto Alegre, atual Associação Comercial, da qual foi seu primeiro presidente. Segundo Franco, foi na casa de campo de Lopo (o solar) que esta associação foi fundada, em 14 de fevereiro de 1858, e onde ocorreu também sua primeira reunião, em 09 de maio do mesmo ano (ibidem). O autor porém não cita a fonte de onde retirou esta informação.

Lopo consagrou-se também na atividade filantrópica, como Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1851), tesoureiro da Obra do Seminário Episcopal (atual Cúria Metropolitana) entre 1866 e 1870, tesoureiro do asilo de Santa Leopoldina (1858) e Prior Jubilado da Ordem Terceira das Dores (Giacomelli, op.cit.:29). Foi ainda eleito para os cargos de Juiz de Paz, Juiz Municipal de Orfãos, e membro da Junta para Execução do Código do Processo Criminal (ibidem).

Seu sogro era proprietário de uma chácara situada entre a rua da Olaria (atual Lima e Silva) e a rua da Margem (atual João Alfredo). Foi nos fundos dessa chácara, em

frente à rua da Margem, que Lopo mandou construir sua residência de campo, o Solar que é objeto desta pesquisa, conforme atestado no inventário de João Luiz Teixeira: “...declaro que os fundos desta chácara, do Potreiro até a dita rua da Margem, meu genro Lopo Gonçalves Bastos nele edificou uma propriedade de casas, e ali tem plantado e se acha hoje em estado de uma pequena chácara, tudo feito por ele, por conseguinte deve ser avaliado unicamente o terreno, em separado da chácara”. Este terreno possuía 416 palmos de frente (91m) por 1032 de fundo (227m)²⁹.

Lopo Gonçalves teve quatro filhos: Aurélia, Francisca, Lopo e Maria Luiza, nascidos, respectivamente, em 1829, 1830, 1837 e 1842³⁰ (foto 8) . Morreu em 1872, mas seu patrimônio só foi inventariado após a morte de sua mulher, em 1878. Até a data de sua morte, Lopo acumulou uma fortuna bastante considerável para os padrões da Província. O seu patrimônio foi avaliado em 236.536\$500 (duzentos e trinta e seis contos, quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos réis), distribuídos entre imóveis (194.350\$000), bens móveis e escravos (25.850\$000), móveis e utensílios domésticos (976\$500), ouro e prata (1.154\$000), e apólices do governo e ações (13.300\$000)³¹. Para se ter uma idéia desta quantia, basta levar em conta que ela não foi superada em nenhum dos inventários da nobreza presentes no Arquivo Público. O próprio Visconde de São Leopoldo, que havia sido presidente da Província, teve seu patrimônio avaliado em 67.586\$730. O único inventário no qual foi encontrado um monte-mor bruto superior ao de Lopo foi o do também comerciante Jaime Paradede e sua esposa³² (1867), avaliado em 279.470\$649.

Com a sua morte, ficaram como herdeiras universais suas filhas Maria Luiza, casada com Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, e Aurélia, casada com José Domingos dos Santos³³. A propriedade do solar e sua chácara passou, então, para as mãos do primeiro

²⁹ Inventário de João Luiz Teixeira. Arquivo Público do Estado...

³⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Batismos, Catedral Madre de Deus (1829-1879).

³¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1º Cartório Cível, Nº- 429, M-19, E-27 E/C, Ano-1878.

³² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, Nº-344, M-21, E-31E/C, Ano-1867.

³³ Constata-se, assim, que Lopo Gonçalves não deixou nada para seu único filho do sexo masculino. Embora pareça estranho, este era um costume comum entre os comerciantes portugueses que viviam no

Foto 8 - Lopo Gonçalves (ao centro, sentado) e família. Os três homens em pé são, provavelmente, (da esquerda para a direita) seu filho Lopo e seus dois genros que repartiram a herança, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro e José Domingos dos Santos.

Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre - RS.

Brasil, como coloca Freyre (1985:270). Este autor se refere a um editorial do jornal *A Gazeta de Novembro*, de Recife, datado de 29 de setembro de 1850, no qual era discutido o problema dos “filhos de portugueses” serem pelos pais considerados como inimigos e “...substituídos em suas casas, em seus lugares, em suas riquezas, por outros portugueses, por meio de casamentos com suas filhas”. Lopo Gonçalves, portanto, não fugiu à regra, deixando a maior parte de sua fortuna para a filha casada com o sobrinho português (Joaquim Gonçalves), enquanto seu filho nada recebeu.

casal, o que foi oficializado em 1878, após a morte da viúva de Lopo, Francisca Benfica. É iniciada então, a segunda etapa da ocupação deste sítio, que se prolonga até o começo do século XX.

Com relação a Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, há um menor número de dados disponíveis. Sabe-se que também nasceu em São Miguel, bispado de Braga, em 1829, vindo para o Brasil na idade de 14 anos, para viver na companhia de Lopo Gonçalves, de quem era sobrinho. Em 1858 casou-se com sua prima Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, em altar ereto na residência de seu tio³⁴. Teve com ela os seguintes filhos: Lopo, Aurélia, Francisca, Joaquim e Maria Luiza, nascidos, respectivamente, em 1859, 1864, 1867, 1868 e 1870³⁵.

Joaquim Gonçalves também dedicou-se ao comércio, atividade na qual, a exemplo de seu tio, obteve algum destaque, pois, em 1873, de acordo com o *Almanak Administrativo, Comercial e Industrial Rio-Grandense*, de Lima e Ferreira (1873), era ele o diretor da Praça do Comércio de Porto Alegre. Além do solar, herdou de Lopo Gonçalves diversos outros imóveis, muitos dos quais localizados na rua da Margem. Em 1894, em ofício enviado à Diretoria de Obras do Município, solicitou um engenheiro para verificar o alinhamento do muro com o qual pretendia cercar a frente de sua chácara "...a rua João Alfredo e Lopo Gonçalves"³⁶. Esta segunda rua, segundo Felicíssimo de Azevedo em uma de suas crônicas incluídas em "Cousas Municipais" (1884), tinha sido aberta em terreno doado pelos descendentes de Lopo, posto que as águas do Campo da Redenção, então uma várzea alagadiça, depositavam-se em seus terrenos, onde formavam sangas. Com sua abertura, as águas poderiam correr da Várzea até o Riacho.

Ainda há notícias de Joaquim Gonçalves em 1907, quando enviou outro ofício para a Diretoria de Obras do Município pedindo licença para construir em sua chácara um galpão de madeira para sua carroça "...em substituição a um em ruínas que demoliu"³⁷. Em 1915 morreu sua mulher, vítima de câncer, já então viúva, encerrando assim, o segundo período de ocupação deste sítio³⁸. Infelizmente o inventário de Joaquim

³⁴Arquivo da Cúria Metropolitana, Registros de Casamentos, Madre de Deus (1818-1876).

³⁵Arquivo da Cúria Metropoliatan, Livros de Batismos, Madre de Deus (1829-1870).

³⁶Arquivo Municipal, Livros de Imóveis Urbanos (1894).

³⁷Arquivo Municipal, Livros de Imóveis Urbanos (1907).

³⁸Arquivo da Cúria Metropolitana, Registros de Óbitos, Madre de Deus (1911-1917).

Gonçalves, datado de 1919, foi queimado em um incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948, perdendo-se, desta forma, informações que seriam valiosas para esta pesquisa, como o arrolamento da tralha doméstica existente no solar naquela época.

Agora que já se conhece alguns dados sobre as duas famílias que ocuparam o solar é o momento de analisar mais detalhadamente esta unidade doméstica, suas características e a natureza de suas ocupações. Para tanto será necessário discorrer também sobre o sobrado que Lopo mantinha na Rua da Praia, assim como penetrar em outras edificações da época, visando comparações que permitam fazer um esboço do comportamento de consumo de Lopo em seus aspectos idiossincrásicos e naqueles relacionados ao segmento social do qual ele fazia parte.

Baseado em dados presentes no inventário e no testamento de João Luiz Teixeira, Giacomelli (op. cit.:12-13) concluiu que o solar foi construído, a mando de Lopo, entre 1845 e 1855. Esta casa, que servia de sede de uma chácara, ficava de frente à rua da Margem (atual João Alfredo), assim denominada por margear o Riacho (arroyo Dilúvio), antes deste ter seu curso modificado.

As casas de chácara foram um tipo característico de habitação durante o período colonial e mesmo no Império e República (Reis Filho, op. cit.:30). Elas eram localizadas, geralmente, na periferia dos centros urbanos, e tidas como a solução preferida das famílias mais abastadas, pois dispunham de vantagens não encontradas nas residências da cidade, relacionadas, sobretudo, à higiene e produção. A proximidade de cursos de água sanava as deficiências hidráulicas, possibilitando o acesso rápido a um líquido que, nas residências urbanas, tinha que ser estocado. Por outro lado, seus terrenos permitiam a produção de alimentos através do cultivo e da criação de pequenos animais, garantindo, assim, a subsistência da família numa época em que eram comuns as crises de abastecimento nas cidades, devido à agricultura monocultora (ibidem).

No começo do século XIX, Porto Alegre, como observa Macedo (1968:70), era cercada de chácaras em sua área fora das muralhas que delimitavam o espaço urbano. É certo que, pelo menos algumas delas, eram propriedade de famílias bastadas que viviam na cidade. Saint Hilaire (op. cit.:131), por exemplo, se refere ao Conde da Figueira, que costumava passar as tardes em sua casa de campo no Caminho Novo (atual avenida

Voluntários da Pátria). Nicolau Dreys (op. cit.:100), que residiu em Porto Alegre entre 1817 e 1825, atuando como comerciante, se encantou com essas chácaras, assim as descrevendo:

jardins
na
mais
pêssegos,
a banana,

O lado oposto do rio está bordado por ricas chácaras, de aparatosos, abundantes de flores, e de frutos, cujos aromas misturado atmosfera suavizam o olfato, e despertam o apetite; as uvas (as deliciosas que se pode encontrar no continente americano...), os os figos, as peras, os marmelos, juntos com a laranja, a lima, crescem na mesma latada.

A função produtiva da chácara de Lopo pode ser verificada no já referido inventário de João Luiz Teixeira, no qual está especificado que o primeiro estava plantando nos fundos da chácara deste, onde edificou o solar. No inventário de Lopo, por sua vez, na relação dos escravos, observa-se que três exerciam a função de roceiros, trabalhando, provavelmente, nesta propriedade.

Como já discutido, o solar pode ser classificado como uma casa de porão alto, tipo de habitação que começou a ser construída no século XIX, nos bairros de caráter residencial. Essas casas, ao mesmo tempo que mantinham pisos assoalhados e acima do nível da rua, diferindo-se, dessa forma, das casas térreas ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, tinham excluído de seu programa o primeiro pavimento, utilizado principalmente para fins comerciais nos sobrados. De acordo com Reis Filho (op. cit.:127), esse novo modelo, assim, evidenciava uma nítida diferenciação entre os edifícios destinados para domicílio e os locais de trabalho, pois não podiam ser ocupados por lojas. Torna-se clara, portanto, a opção de Lopo por este tipo de habitação em sua chácara, pois esta comunicava, da mesma forma que um sobrado, a filiação social de seus residentes, ao mesmo tempo que não exercia uma função comercial.

No inventário de Lopo verifica-se que, além do solar, ele era proprietário de inúmeros outros imóveis, dentre casas térreas, assobradadas (porão alto) e sobrados. Esses imóveis, aliados a alguns terrenos, perfaziam mais da metade do seu patrimônio, como visto acima. Na listagem em questão destaca-se um sobrado localizado na Rua da Praia, avaliado em 33.000\$000 (trinta e três contos de réis). Já a sua casa da chácara (o

solar) e a estrebaria presente na mesma propriedade foram, por sua vez, avaliadas em conjunto por 10.000\$000 (dez contos de réis), enquanto que o terreno que a cercava foi avaliado em 20.000\$800 (vinte contos e oitocentos réis). No inventário estão listados os móveis e utensílios domésticos dessas duas casas, designada como “residência da cidade” e “residência da chácara”. Pelo que as evidências indicam, provavelmente houve uma ocupação simultânea das duas habitações, com o sobrado da cidade exercendo a função de domicílio oficial da família, enquanto o solar, devido à sua localização em ambiente semi-rural, poderia servir para seu descanso nos fins de semana e feriados. Este era um hábito comum das famílias mais abastadas, como nota Mazon (s.d.:78-79), que mandavam construir, nas margens do Guaíba, tanto no Caminho Novo quanto na Praia de Belas, “...suas confortáveis residências de verão”.

O sobrado de Lopo da Rua da Praia tinha dois andares e, em sua parte térrea funcionava um armazém, “...com três portas de frente...”, certamente relacionado às atividades comerciais de seu proprietário. Esta edificação estava, provavelmente, dentre as unidades residenciais de maior valor até então construídas em Porto Alegre, pois, nos inventários levantados, os sobrados são avaliados em preços que variam, geralmente, entre 5 e 15 contos de réis. O próprio Lopo possuía outro sobrado na Duque de Caxias, avaliado em 9 contos de réis. Mesmo a casa do já citado Presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, com seu belo jardim, algo atípico nas residências porto-alegrense oitocentistas, foi avaliada em 22 contos de réis. Embora o inventário do Visconde date de 1848, deve ser levado em conta que a inflação, naquele período, era muito baixa, a ponto de empréstimos serem feitos com taxas de 12% ao ano, conforme verificado na seção de dívidas de diversos inventários³⁹.

Como já foi visto, durante a maior parte do século XIX, as diferenças entre as residências eram quantitativas antes que qualitativas, de modo que, pelo seu alto valor, o sobrado da Rua da Praia deveria possuir grandes dimensões, o que comunicava, a todos que por ele passavam, a filiação social de seus residentes (comunicação indicadora). Como será discutido adiante, as evidências indicam que Lopo preocupou-se mais em

³⁹Jean Roche (1969:404) observa que o preço dos produtos agrícolas na praça de Porto Alegre se elevou muito pouco entre 1824 e 1914. O milho, por exemplo, aumentou somente 50%; a mandioca, 80%; e o feijão 110%.

emitir este tipo de mensagem através da própria edificação do que pela mobília nela presente.

O solar, por sua vez, na época em que foi construído, apresentava o programa de uma típica residência colonial, com uma sala de visitas, dois dormitórios, e uma sala de jantar (Torelly, 1987:34), igual, portanto, ao das casas térreas já descritas. O banheiro inexistia e,

segundo Torelly (ibidem), a cozinha provavelmente localizava-se em um anexo. Apesar de haver suposições de que os escravos ocupassem a parte térrea da casa, durante a restauração não foi encontrado nenhum elemento que comprovasse esta conjetura, de modo que é mais provável, como observa Torelly (ibidem), que o alojamento deles também se situasse em um anexo ou mesmo em outro ponto do terreno.

Apesar de, em sua primeira etapa, o solar manter uma compartimentação igual a das casas térreas urbanas (planta 1), ao contrário dessas, que eram geminadas e desenvolvidas da frente para os fundos em terrenos estreitos, esta edificação foi implantada no terreno da frente para os lados, com sua entrada, também lateral, dando acesso à sala de visitas (foto 9). Pelo fato de não estar geminada a outras casas, o solar dispunha de janelas para suas alcovas, o que garantia uma razoável iluminação durante o dia nesses recintos.

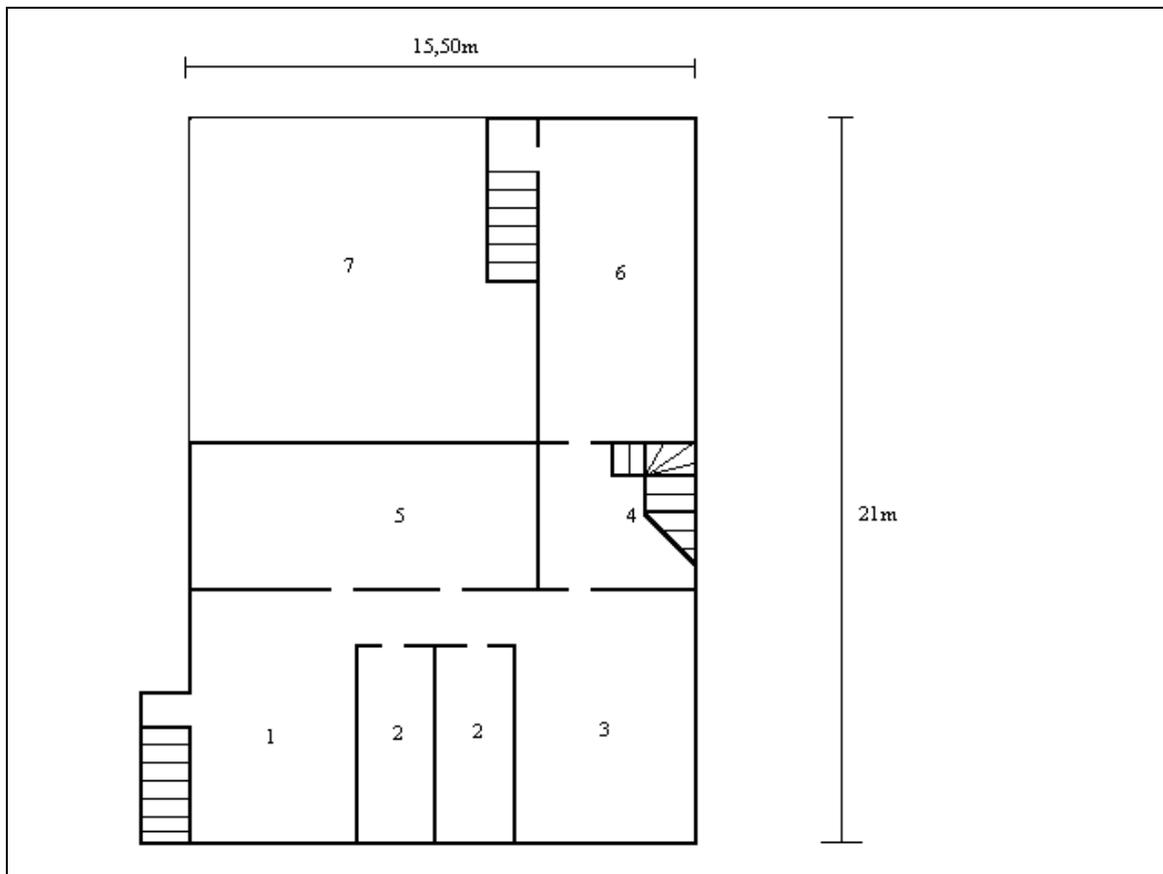
Pelo fato de não haver datações conhecidas para as ampliações posteriores do solar (com exceção da última, em 1938, a qual não interessa aos propósitos deste trabalho), torna-se difícil determinar a qual das duas famílias elas estão relacionadas. Entretanto, sua seqüência, aliada a alguns dados presentes no inventário de Lopo, permite inferir os recintos existentes durante a primeira ocupação⁴⁰.

A primeira etapa de ampliação é referente a um recinto, localizado ao lado da sala de jantar, construído com o propósito de dar acesso a um torreão (planta 1, foto 10). Pelo fato desta ter sido a primeira ampliação, é bastante provável que tenha ocorrido durante a ocupação de Lopo, o que explicaria a presença de “...um óculos de alcance” no

⁴⁰As informações sobre a seqüência de ampliações desta residência foram fornecidas pelo arquiteto responsável por sua restauração, Nestor Torelly (com. pes.). Já a relação dessas ampliações com os grupos domésticos que ocuparam a edificação são responsabilidade do autor.

arrolamento da tralha doméstica dessa residência. A segunda ampliação corresponde à construção de um terraço, ao lado da sala de visitas e do corredor que dava acesso às alcovas e à sala de jantar (ibidem). Esta ampliação, unida ao recito que dava acesso ao torreão, fechou a edificação em um quadrado.

Este novo recinto, provavelmente alpendrado, pode ter correspondido à tradicional varanda colonial, a qual, como já foi discutido, ficava atrás da casa e era aberta. Apesar de estar localizada ao lado da sala de visitas, deve ser lembrado que este novo espaço ficava nos fundos para quem passava pela rua da Margem, devido à implantação lateral dessa edificação no terreno. A construção desse novo recinto também está mais explicitamente



Planta 1 - Compartimentação do Solar Lopo Gonçalves e suas etapas de ampliação: 1- sala de visitas, 2- alcovas, 3- sala de jantar (construção original); 4- recinto que dá acesso ao torreão (primeira etapa de ampliação); 5- varanda (segunda etapa de ampliação); 6- recinto transversal (terceira etapa de ampliação); 7- pátio interno.

Foto 9 - Solar Lopo Gonçalves, avistado de seu pátio frontal (foto recente).

Foto 10 - Solar Lopo Gonçalves (foto recente). Vista lateral da edificação, na qual destaca-se o torreão, o recinto transversal e o pátio interno. A varanda fechada está encoberta pela palmeira.

indicada no inventário de Lopo através do arrolamento da mobília, com a referência “...doze cadeiras de palhinha *da varanda* [grifo nosso]”.

No inventário de Lopo estão arrolados os seguintes móveis e utensílios domésticos referentes a esta residência: uma mobília de sala representada por doze cadeiras de palhinha, quatro cadeiras de braço, um sofá e dois aparadores (120\$000); doze cadeiras de palhinha da varanda (12\$000); um guarda-louça (25\$000); um armário para louça (4\$000); uma mesa para jantar (16\$000); um sofá da sala de jantar (4\$000); uma mesa pequena com abas (4\$000), três mesas usadas (3\$000); uma cômoda com estante (25\$000); uma cômoda pequena (10\$000); duas marquesas de madeira (2\$000); três marquesas de ferro (15\$000); um relógio americano (10\$000); dois lavatórios de madeira (5\$000); um lavatório de ferro (1\$000); um relógio de porcelana com lamparina (10\$000); três bandejas (1\$500); uma bengala de ... (ilegível) (10\$000); uma bengala de madeira (1\$000); duas bengalas de junco (1\$000); um vidro de aumento (2\$000); um óculos de alcance (10\$000); um jogo de gamão (5\$000); nove quadros representando a escritura sagrada (22\$000); e um trem de cozinha (16\$000).

Pode se observar nesta listagem que há uma certa ordem na distribuição dos objetos, a qual demonstra que, pelo menos em parte, a mobília foi inventariada sala por sala. O mesmo ocorre na residência da cidade.

O primeiro grupo de objetos listados (doze cadeiras de palhinha, quatro cadeiras de braço, um sofá e dois aparadores) corresponde ao recinto de entrada desta residência: a sala de visitas. Isto é corroborado pela designação “mobília de sala” e a avaliação de suas peças em conjunto. Não fugindo à regra já observada, os móveis mais caros da residência, que seguiam um padrão comum à mobília de sala presente na grande maioria dos inventários, estavam dispostos neste recinto. Além do mobiliário, mensagens indicadoras eram também transmitidas através de outro elemento presente neste recinto: o próprio forro do teto, de acabamento mais elaborado que aquele dos demais cômodos desta casa.

A sala de jantar também está especificada pelo “sofá da sala de jantar” e pela “mesa de jantar”. Provavelmente era neste recinto que ficavam as quatro outras mesas pequenas listadas, o guarda-louças e o armário para a mesma.

A mobília dos quartos de dormir está representada pelas três cômodas, duas marquesas de madeira e três marquesas de ferro. Os lavatórios descritos, destinados à higiene íntima da família, provavelmente também ficavam nesses cômodos, como observado em outros inventários nos quais estes quartos estão definidos.

O torreão (foto 10) foi, sem dúvida, um espaço para a vigilância externa ao lar. Considerando que o solar estava localizado numa planície, daquele recinto era possível, com o auxílio do “óculos de alcance” presente na listagem do inventário, visualizar uma extensa área, a começar pelo interior da chácara, onde estava sendo realizado o trabalho escravo. De lá podiam ser observadas ainda as diversas casas de aluguel que Lopo mantinha na rua da Margem, que, da mesma forma que os escravos, também deviam exigir uma atenção constante. Por fim, o rio Guaíba, a oeste, por onde navegavam as diversas embarcações que traziam gêneros comerciais para Porto Alegre, dentre as quais, aquelas que eram propriedade de Lopo⁴¹.

⁴¹ Interpretação baseada nos textos da exposição de longa duração “Um lugar...outro tempo”, realizada no Museu Joaquim José Felizardo.

O grande número de “...quadros representando a escritura sagrada”(09), os quais, infelizmente, não têm sua localização indicada na casa, devia dar ao ambiente uma atmosfera de veneração e respeito, demonstrando a religiosidade de Lopo e sua família. Esses elementos semifixos, assim, emitiam mensagens canônicas, demonstrando, aos ocupantes do domicílio, a sacralidade da vida em família. Na listagem da tralha doméstica do sobrado da cidade, também há referência a quadros, em número de dez, porém, “...representando diversos indivíduos e vistas”, e com uma avaliação bastante inferior aos da chácara (5\$000 o conjunto). Embora também neste caso não esteja especificado o recinto no qual eles se encontravam, é bastante provável que estivessem nas áreas públicas do sobrado, como o escritório ou a sala de visitas. Logicamente esses quadros também emitiam mensagens, embora com uma temática oposta à dos religiosos, retratando uma elite que se auto promovia, caso do próprio retrato de Lopo (foto 11). Nesse sentido, esses objetos exerceram uma comunicação indicadora, direcionada para os indivíduos não integrantes do grupo doméstico.

Como se pode observar na listagem transcrita acima, não há nada que chame a atenção quanto à suntuosidade na mobília da residência da chácara. Em vista disso, seria de se supor que a residência de Lopo na cidade fosse mais ricamente mobiliada, demonstrando

Foto 11 - Retrato pintado de Lopo Gonçalves. Homenagem da Praça do Comércio de Porto Alegre ao seu fundador e primeiro presidente.

Fonte: Acervo do Museu Joaquim José Felizardo. Porto Alegre-RS.

a alta condição sócio-econômica de seu proprietário. Tal fato, porém, não ocorre. A distribuição da mobília em seu sobrado indica a presença de uma sala de visitas, um escritório, uma sala de jantar e, pelo menos três dormitórios. Contudo, há poucas diferenças, tanto tipológicas quanto de valor, entre a mobília presente nesses recintos e aquela da chácara. A distinção se encontra na presença, no sobrado, de um piano, avaliado

em 100\$000 (cem mil réis) e de dois espelhos dourados, avaliados em 80\$000 (oitenta mil réis). Estes objetos estão complementando a mobília da sala de visitas, que é composta por dezoito cadeiras de jacarandá, quatro aparadores, uma mesa redonda e um sofá, avaliados em conjunto pela quantia de 35\$000 (trinta e cinco mil réis), com a seguinte observação abaixo da listagem: “Esta mobília se acha em mal estado”. Chama a atenção o fato da mobília em questão ter um valor bastante inferior àquela do mesmo recinto da residência da chácara, avaliada, como já foi visto, em 120\$000 (cento e vinte mil réis). Isto indica que o mobiliário da sala de visitas do solar era mais novo ou de acabamento mais elaborado e de composição material mais nobre que aquele da

residência da cidade. Este fato é contraditório na medida que demonstra um certo desleixo da família de Lopo pela ostentação na sua principal residência. O cenário da sala de visitas desse sobrado apresentava uma situação realmente paradoxal, com um piano, instrumento típico de residências burguesas, e dois luxuosos espelhos de molduras douradas contrastando vivamente com um mobiliário velho e “...em mau estado”. Esses elementos semifixos, assim, transmitiam mensagens antagônicas, com o primeiro indicando a filiação social da família num grupo restrito enquanto os demais demonstravam uma simplicidade não condizente com a sua situação econômica.

Como será discutido no capítulo 4, era comum proprietários rurais residentes na cidade terem, em suas casas de campo, mobílias velhas e de baixo valor, fato verificado nos inventários e confirmado em anúncios de jornais da época. A mobília da sala de visitas do sobrado, portanto, seria mais condizente com a casa da chácara, combinando, desse modo, com aquela da sala de jantar desta segunda residência, mais simples que a do mesmo recinto listada no sobrado⁴². Uma possível explicação para esta discrepância é que, durante a ocupação de Lopo, a mobília de sala de maior valor estava em seu sobrado, combinando com os espelhos e o piano, enquanto a mais simples estava na chácara. O material arqueológico recuperado no solar referente ao período de Lopo parece confirmar essa suposição, dada a sua simplicidade, como será discutido no capítulo 4. Lopo morreu em 1872, mas os seus bens só foram inventariados em 1878, após a morte de sua mulher. Nesta época, conforme o seu inventário, o sobrado da Rua da Praia estava alugado a Carlos Delagrange, pela significativa quantia de 60\$000 (sessenta mil réis) por mês. Assim, é possível que, antes desta residência ser alugada, tivessem retirado a mobília de sala mais cara e a transportado para o solar onde, provavelmente, a viúva de Lopo deve ter passado os anos finais de sua vida. Outra explicação possível seria que, na época em que foi feito o inventário, Joaquim Gonçalves Bastos, que herdou todo o mobiliário de Lopo, estivesse transferindo os móveis mais caros para o solar, onde provavelmente residiu com sua família. Como será visto no capítulo 4, o material arqueológico referente à ocupação de Joaquim Gonçalves é mais caro e de melhor qualidade que aquele

⁴²Para se ter uma idéia, basta levar em conta que a mesa de jantar e o sofá da sala de jantar do sobrado estão avaliadas, respectivamente, em 40\$000 e 8\$000, enquanto que os mesmos móveis, na chácara, estão avaliados em 16\$000 e 4\$000.

relacionado ao período anterior, demonstrando, assim, uma maior preocupação com a ostentação sua condição econômica nesta residência.

Ao se comparar os itens domésticos presentes no inventário de Lopo Gonçalves com aqueles de outros inventários referentes à nobreza e a ricos comerciantes constata-se que ele estava investindo bem menos na ornamentação e no conforto doméstico do que indivíduos cujo patrimônio era, em alguns casos, muitas vezes menor que o seu. Mesmo os itens mais caros constantes nas listagens das suas duas residências, como o piano e os espelhos dourados do sobrado e a mobília de sala do solar encontram-se em um nível de preço bastante baixo em relação a objetos similares arrolados em outros documentos. Apenas para se ter uma idéia, no inventário do Dr.Thimoteo Pereira da Rosa⁴³, datado de 1877, está listada uma mobília de sala de visitas, de peroba, composta por um sofá, cadeiras de braços, cadeiras simples e consolos (objetos não quantificados pelo inventariante), avaliada em duzentos e cinqüenta mil réis (250\$000); e um piano, avaliado em duzentos mil réis (200\$000). O que chama a atenção nesta listagem não é somente o valor desses itens de consumo, mas a avaliação do patrimônio do Dr.Thimoteo: somente 19.790\$300 (dezenove contos, setecentos e noventa mil e trezentos réis). Uma quantia mísera quando comparada aos mais de duzentos e trinta e seis contos de réis do monte-mor bruto de Lopo.

Buscando um parâmetro economicamente mais próximo, outro rico comerciante, o já citado Jaime Paradedá (1867), cujo monte-mor (279.470\$000) foi o único que superou o de Lopo, dentre todos os inventários pesquisados, aplicou, no mobiliário de sua residência, a quantia de três contos e oitocentos e oitenta e um mil réis (3.881\$000), excluindo a prataria.

Já a soma dos móveis e utensílios domésticos das duas residências de Lopo deu o total de novecentos e setenta e seis mil e quinhentos réis (976\$500), uma quantia quase quatro vezes inferior à primeira, também excluídos os objetos de ouro e prata, que são avaliados separadamente dos demais itens domésticos nesses documentos. Somente a mobília básica, de jacarandá, da sala de visitas de Jaime Paradedá, composta por 18 cadeiras

simples, 4 de braços e consolos com tampo de mármore foi avaliada em setecentos e cinqüenta mil réis (750\$000), lembrando que este cenário ainda era composto por diversos outros móveis, tapetes, cortinas, espelhos e vasos de porcelana. Ainda está presente nesta listagem um piano, avaliado em seiscentos mil réis (600\$000), seis vezes, portanto, o valor daquele do sobrado de Lopo.

A exemplo das demais famílias abastadas, consta, no inventário de Lopo, uma razoável quantidade de objetos de prata: um par de estribos, uma bacia e jarro, duas salvas pequenas, dez castiçais, duas bandejas e tesouras, um paliteiro, dezessete garfos, dezesseis cabos de faca, quarenta e quatro colheres para sopa, vinte e duas colheres para chá, duas conchas para açúcar, duas conchas para sopa, um trinchante e colher, um rebenque prateado, dois relógios, duas caixas para rapé, duas bombas para mate e duas cuias prateadas, e cento e setenta gramas de prata velha. Infelizmente não está indicado, neste documento, a residência na qual se encontravam esses objetos, os quais, avaliados por 681\$400 (seiscentos e oitenta e um mil e quatrocentos réis), deviam atenuar um pouco o despojamento do ambiente doméstico. Deve ser observada, porém, a função utilitária da grande maioria dessas peças, relacionadas à higiene corporal, iluminação e, sobretudo, alimentação. Entretanto, sua composição material demonstra que, ao mesmo tempo que elas exerciam funções utilitárias, atuavam também como indicadores da posição sócio-econômica de seus proprietários. Assim pode se deduzir que, principalmente à mesa, houve uma maior preocupação com a ostentação dos bens materiais pela família Bastos. É necessário lembrar, contudo, que a aplicação de dinheiro em objetos de prata era uma forma tradicional de acumular riqueza, realizada numa época em que as possibilidades de aplicação dos excedentes financeiros eram por demais limitadas, de modo que estes eram convertidos em trabalhos de metal precioso (Machado, 1980:02, citado em Campos, 1995:94). Dessa forma, tais utensílios, apesar de apontarem o *status* sócio-econômico de seus proprietários, não atuaram como marcadores de um ideal burguês de domesticidade, que estava mais relacionado a móveis luxuosos, cristais e porcelanas do que a antigas práticas coloniais.

⁴³Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°-556, M-35, E-31E/C, ano-1877.

Ao se traçar, a partir dos itens materiais presentes nos inventários pesquisados, um quadro do comportamento de consumo de uma classe dominante, composta por ricos comerciantes e proprietários de grandes extensões de terras, muitos dos quais ostentando títulos de nobreza, observa-se que Lopo, não obstante sua alta condição econômica, levava um cotidiano modesto para os padrões já mantidos por esta classe durante a segunda metade do século XIX. O *status* deste bem sucedido comerciante estava verdadeiramente exposto através de sua vida pública, como primeiro presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre, secretário do Banco da Província, provedor da Santa Casa de Misericórdia, etc. Da mesma forma sua condição econômica, antes de ser demonstrada pelos itens presentes no interior de seus domicílios, estava exposta através de seu caríssimo sobrado da Rua da Praia, um artefato que, mais do que qualquer outro, indicava sua filiação em um grupo restrito, que tinha acesso ao mais caro item de consumo.

Lopo se preocupou, portanto, com a ostentação de sua condição econômica muito mais no domínio público externo do que no domínio doméstico privado. Isto está exposto não apenas no seu sobrado, um megaartefato cuja fachada era exibida a todos que passavam pela principal rua de Porto Alegre (Rua da Praia), mas também nos artefatos semifixos que ele levava consigo quando transitava pelo ambiente público ou participava de atividades de socialização em residências e outros espaços de sociabilidade. As caixas para rapé presentes em seu inventário são um exemplo. Há, na listagem, quatro caixas para rapé, duas de prata e duas de ouro. Além de demonstrarem que Lopo e talvez outros membros de sua família foram adeptos do hábito de aspirar tabaco em pó, bastante difundido no Brasil oitocentista (ver Lima, 1996), a composição material desses artefatos, que eram carregados por seus usuários e expostos a todo o momento para o consumo do rapé, transmitia mensagens indicadoras sobre a filiação social de Lopo em uma classe cuja renda era suficientemente abundante para gastar com itens supérfluos de alto valor, acessórios que tinham por finalidade principal exibir o *status* sócio-econômico de seus proprietários, não apenas no ambiente doméstico, mas em qualquer cenário por onde eles transitassem.

Sobre esta função sócio-técnica das caixas de rapé de ouro, Helena Morley (citada em Lima, 1996:75), filha de pai inglês, relata em seu livro *Minha Vida de Menina*, um diário escrito em Diamantina (MG), no final do século XIX:

Há na família um vício de todos e eu também gosto, e estou aflita para crescer e tomá-lo, apesar de meu pai dizer que é feio. É o rapé. Quando estou endefluxada com o nariz entupido e mamãe me dá uma pitada, eu gosto muito. Acho também bonito uma pessoa encontrar com outra, abrir a caixa de rapé e oferecer uma pitada. Na minha família só a Dindinha e o tio Geraldo têm caixa de rapé, de ouro. A de tio Conrado é de prata. A dos outros é de uma coisa preta parecendo chifre.

Já notei que Dindinha não perde ocasião de oferecer uma pitada aos outros só para mostrar a caixa de ouro e por isso quase a perdeu ontem na benção do Santíssimo.

É difícil, no entanto, descobrir as razões que levaram Lopo a manter um modo de vida modesto em suas residências, como atesta a simplicidade de seus itens de consumo domésticos. Talvez seja possível buscar uma explicação na própria origem de Lopo. Natural de São Miguel de Gêmeos de Bastos, um pequeno povoado português, é provável que ele fosse membro de uma família com recursos financeiros limitados, não habituada ao ideal de domesticidade que estava se consolidando nos grandes centros urbanos da Europa Ocidental no começo do século XIX. Guerrand (1995), observa que os camponeses europeus, no século XIX, viviam em moradias extremamente humildes, com espaços multifuncionais que serviam como cozinha, sala de jantar e dormitório para todos os membros do grupo doméstico.

Deve ser levado em conta, ainda, que a esposa de Lopo, Francisca Rodrigues Benfica Teixeira, era natural de Porto Alegre e, conforme verificado no arrolamento dos itens domésticos citados no já referido inventário de seu pai (1853), o Sargento-Mor João Luiz Teixeira, também não estava habituada a levar uma vida doméstica requintada. Apesar do monte-mor bruto de João Luiz Teixeira ter totalizado 80.741\$500 (oitenta contos, setecentos e quarenta e um mil e quinhentos réis), patrimônio que foi herdado por Lopo e sua esposa, ele se preocupou menos ainda do que Lopo em aplicar somas vultuosas nos itens de consumo doméstico. Não há na listagem referente à mobília de sua residência, um caro sobrado localizado na Praça da Alfândega, avaliado em 22.000\$000 (vinte e dois contos de réis), menção a pianos ou espelhos dourados, apenas um repertório

tradicional da sala de visitas composta por quinze cadeiras de palhinha “bastante usadas”, um sofá de palhinha e dois aparadores, avaliados em conjunto por 40\$000 (quarenta mil réis).

Porém, mesmo que a origem de Lopo fosse humilde, a posição social que ele atingiu em Porto Alegre lhe possibilitava o convívio em um grupo que, no geral, manteve níveis mais elevados de conforto doméstico. O fato de ele, a exemplo de seu sogro, não ter adotado, com a intensidade que seria esperada, os padrões de comportamento de consumo exibidos pela classe na qual estava social e economicamente situado, preferindo uma maior simplicidade no interior de seu lar, denota o apego a um modo de vida mais austero e a preocupação em aplicar seu dinheiro em itens de valor mais duráveis e de maior facilidade de negociação que os que estavam presentes nas casas de outras famílias abastadas. Assim, ele optou por pratas ao invés de porcelanas e por uma residência de alto valor que, por si só, já transmitia eficazmente mensagens indicadoras da sua filiação social.

Pela ausência de referências no inventário de Lopo, deduz-se que a última ampliação do solar durante o século XIX, a construção de um amplo cômodo ao lado do recinto que dava acesso ao torreão, transversal, portanto, ao restante da edificação, ocorreu durante a ocupação de Joaquim Gonçalves (planta 1, foto 10). Foi também provavelmente neste período que o terraço (varanda) localizado ao lado da sala de visitas foi fechado. O fechamento desta varanda, numa época em que a ocupação da região estava se intensificando, denota a maior necessidade de privacidade da família. É possível que este evento tenha sido simultâneo à última etapa de ampliação da casa, a qual se deu uma forma de L à sua planta. Esta nova forma da planta possibilitou o fechamento de um pátio interno, através de um muro que uniu a extremidade desta nova ala à construção principal (foto 10). Assim, o Solar Lopo Gonçalves fechou o século XIX com uma aparência radicalmente diferente daquela edificação inicial de quatro cômodos.

A preocupação com essas ampliações durante a segunda ocupação demonstra uma mudança de concepção em relação a esta residência, por parte de seus proprietários, que merece uma reflexão mais profunda. A transformação de uma casa de porão alto simples em uma residência grande, adornada com um pátio interno indica, em primeiro lugar, que

houve uma intensificação das mensagens indicadoras que essa edificação transmitia aos que por ela passavam. Como referido acima, isto ocorreu numa época de expansão urbana e conseqüente densificação populacional da região na qual ela estava inserida. Durante este período começava a se desenvolver o primeiro bairro residencial aristocrático de Porto Alegre, o Menino Deus, que era ligado à cidade por bondes movidos à tração animal. As famílias mais abastadas, portanto, estavam optando por se afastarem do núcleo urbano e, dessa forma, separarem o local de trabalho do espaço residencial, os quais eram tradicionalmente unidos nos sobrados urbanos.

As ampliações no solar referentes ao período de Joaquim Gonçalves parecem indicar, portanto, que esta edificação tinha deixado de ser simplesmente uma sede de chácara para se transformar no domicílio principal da família, seguindo, dessa forma, a tendência recém iniciada de afastar o domicílio do local de trabalho. Infelizmente, como já mencionado, o seu inventário foi queimado num incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948, perdendo-se, assim, as informações sobre a mobília presente no solar durante esta segunda ocupação, a qual poderia demonstrar que as ampliações dessa residência corresponderam a mudanças nos padrões de conforto doméstico que seriam mais condizentes com a função de domicílio que esta casa passou a exercer. A única fonte, portanto, passível de fornecer informações sobre uma possível mudança nesses padrões de conforto doméstico durante a ocupação de Joaquim Gonçalves é o registro arqueológico, como será visto no capítulo 4.

O material arqueológico, além de elucidar as lacunas relacionadas à natureza da segunda ocupação deste sítio, complementa com muitos dados o quadro do ambiente doméstico esboçado pelo inventário de Lopo. Há evidentes distinções entre a tralha doméstica descrita em inventários e aquilo que é comumente encontrado no registro arqueológico. Em primeiro lugar, os inventários fornecem listagens de objetos que estavam presentes no domicílio na época da morte de seu proprietário. Já o registro arqueológico é composto por itens de consumo que foram descartados, na grande maioria dos casos, enquanto seus usuários ainda estavam vivos. Por outro lado, os inventários geralmente descrevem itens duráveis, que são utilizados por vários anos, alguns dos quais, como os objetos de ouro e prata, raramente vão ocorrer no registro arqueológico,

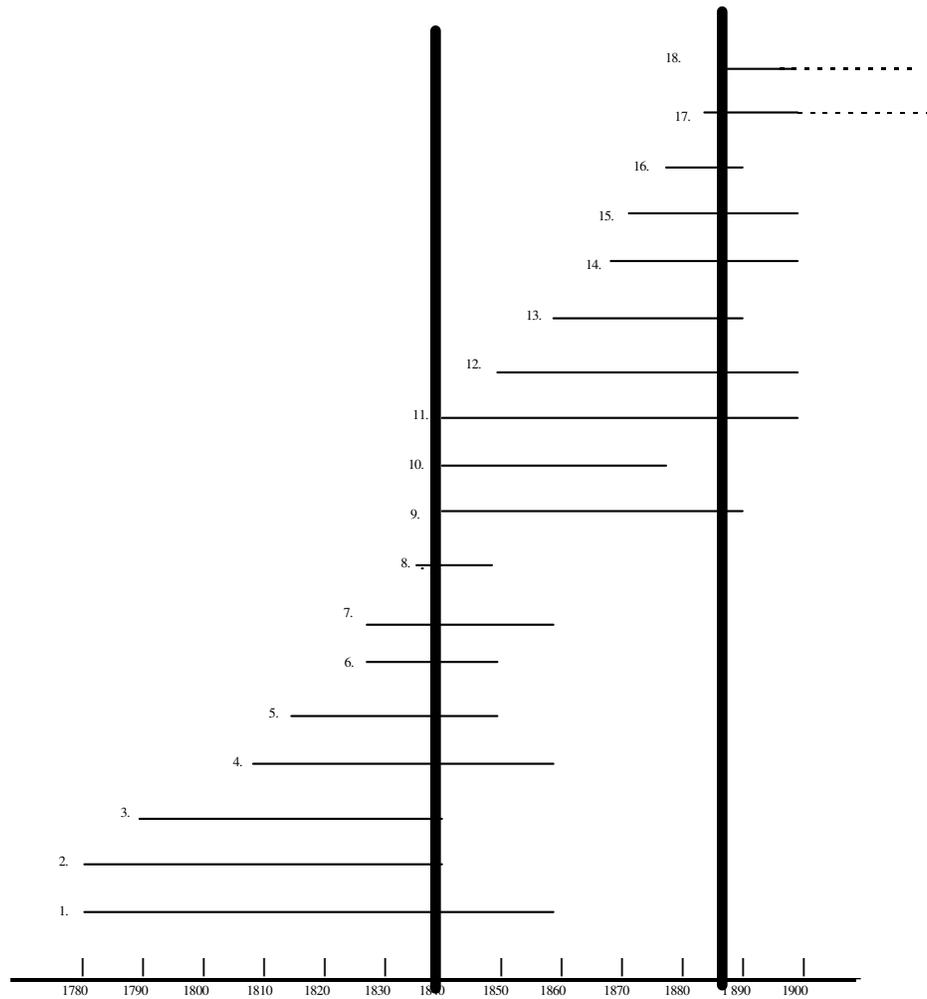
enquanto outros, devido à sua composição material, a exemplo de móveis de madeira, só estarão indicados por suas partes mais duráveis, como dobradiças, puxadores, espelhos de fechaduras, etc. A maioria do material encontrado no registro arqueológico, por sua vez, ou não é listado nos inventários ou, quando arrolado, sua descrição é tão superficial que dificilmente permite uma identificação que seja válida para os propósitos de pesquisa dos arqueólogos. Tratam-se, principalmente, de itens de baixo valor e intenso uso cotidiano, a exemplo da louça; itens que exercem apenas a função de *containers* para produtos específicos, como os recipientes de vidro e latas; e restos de alimentação, representados sobretudo pelo material ósseo. Serão, em suma, materiais que constituem o lixo diário descartado por um grupo, muito podendo informar, portanto, sobre seus hábitos alimentares, padrões de consumo, comportamento social e suas mudanças com o decorrer do tempo.

Antes, porém, de abordar essas questões é importante compreender a relação desta sociedade com o seu lixo, os espaços a ele destinados e a forma como era descartado. Para tanto é necessário, além da pesquisa em fontes históricas, analisar a própria disposição desse material no sítio arqueológico, tema do próximo capítulo.

Foto 22 - Material arqueológico evidenciado na camada II da principal área escavada. A quadrícula inferior apresenta uma concentração de ossos, aglutinados pelo sedimento argiloso. Na quadrícula superior a peça em questão é uma garrafa, quase inteira, de óleo de fígado, procedente dos Estados Unidos.

FIGURA 8

GRÁFICO DE BARRAS



- 1- *Shell Edged* azul inciso (1780-1860)
- 2- *Shell Edged* verde inciso (1780-1840)
- 3- *Dipped Ware*, padrão *Wave* (1790-1840)
- 4- *Peasant Style* azul (1810-1860)
- 5- Padrão Oriental (1815-50)
- 6- *Transfer-printed verde, rosa e marron*(1828-1850)
- 7- *Transfer-printed preto*(1830-1860)
- 8- Borrão Azul,*Early* (1835-1850)
- 9- *Willow Pattern*, fabricante Baker & Co(1839-1893)

- 10- *Spatterware* (1840-1850)
- 11- *Blue Banded* (1840-1900)
- 12- Borrão Azul, outros(1850-1900)
- 13- *Shell Edged* azul, pintado (1860-1890)
- 14- Carimbada(1870-1900)
- 15- Faixas e frisos (1875-1900)
- 16- Branca, marca *Adams* (1879-1891)
- 17- Decalcomania (a partir de 1885)
- 18- Branca, marca *Société Céramique Maastricht*(a partir de 1887)

verifica-se que há uma forte aproximação entre a data inicial de ocupação deste sítio fornecida pelas fontes documentais e aquela obtida pela arqueologia.

Pode ser considerado, por conseguinte, que o início de formação da camada I é posterior a 1887. Embora não seja possível utilizar para esta camada o princípio do *terminus post-quem*⁴⁴ (o limite depois do qual), devido aos já citados revolvimentos do solo que inseriram material da camada II neste estrato superior, foi nele verificada a presença de um tipo de louça que começou a ser produzido em 1890 (faiança-fina branca, inglesa, marca *J & G Meakin*) a qual está completamente ausente da camada II. Estes fragmentos fornecem, portanto, para a camada II um *terminus ante-quem*⁴⁵ (o limite antes do qual). Esta data, assim, está bastante próxima daquela obtida para o final da acumulação da amostra da camada II através do diagrama de barras de South e, ao mesmo tempo que atua como um marcador cronológico final da camada arqueológica do século XIX, aponta uma data inicial para a formação do estrato superior. Logicamente, seria por demais arbitrário estabelecer uma data limite exata entre as duas camadas, posto que os sedimentos que as compõem foram naturalmente depositados, não constituindo, portanto, aterros. Com base nos dados expostos acima o que pode ser assumido é que a década de 1890 marcou o início da formação da camada I.

Os dados referentes à frequência do material das tradagens foram trabalhados utilizando um programa estatístico para ambiente gráfico. Este programa é baseado num método de interpolação linear que estabelece curvas de nível considerando o número de elementos presentes em cada unidade espacialmente delimitada (no caso em questão as tradagens e as quadrículas da principal área escavada), fornecendo, assim, um mapa de densidade do material no sítio arqueológico pesquisado. Como já discutido, para aplicar este programa às tradagens partiu-se da premissa de que cada uma delas representava o centro de uma quadra de 4m², constituindo, assim, uma estratégia de amostragem sistemática geométrica. Foi possível trabalhar, desse modo, a espacialidade das evidências arqueológicas numa escala bem mais ampla que aquela da escavação.

⁴⁴ O princípio do *terminus post-quem* (o limite depois do qual), consiste em considerar o ano inicial do artefato de produção mais antiga presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito arqueológico (Deetz, 1977:16).

⁴⁵ Gênero de datação que consiste em atribuir ao depósito arqueológico uma data terminal baseada na ausência de artefatos típicos de uma época posterior aqueles encontrados (Deetz, 1977:16-17).

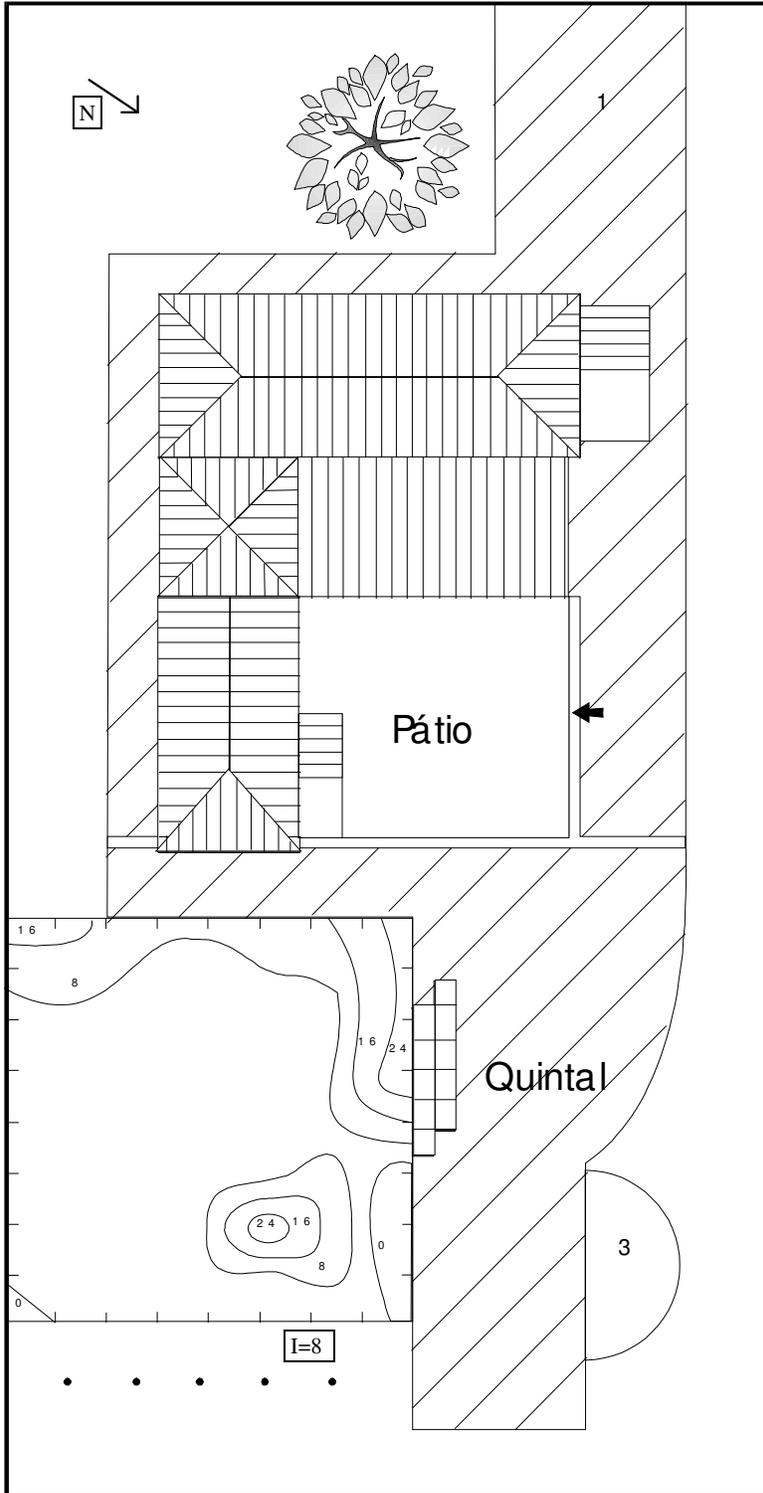
O mapa de densidade da camada II, realizado com os dados das tradagens, pode ser observado na planta 3. A configuração obtida é bastante interessante pois indica a presença de dois pontos preferenciais de deposição de refugo nesta área. O primeiro ponto está localizado próximo da estrutura de habitação e demonstra que, durante o século XIX, o lixo produzido pelos ocupantes do solar estava sendo depositado adjacente a esta residência. Pode ser observado que houve uma maior intensidade de deposição na área representada pela porção direita superior deste mapa, que corresponde à principal área escavada. O segundo ponto de concentração de refugo, referente a um buraco de lixo, localizado na porção inferior direita do mapa, situa-se em uma área não só mais distante da estrutura de habitação, mas também mais limitada espacialmente.

O espaço mais amplo deste mapa apresentou uma menor densidade de material que variou entre zero e oito artefatos por tradagem executada. Constata-se, assim, que houve uma ampla dispersão das evidências arqueológicas no terreno do solar, ocorrendo, porém, uma maior densidade em pontos definidos, o que indica que, embora o refugo doméstico estivesse sendo aleatoriamente depositado no terreno, houve dois pontos preferenciais para seu despejo, que podem ser caracterizados como lixeiras. O material arqueológico que foi aleatoriamente despejado apresenta-se, em todos os casos, em fragmentos minúsculos, o que indica que, após a deposição, esses objetos possivelmente foram pisoteados por pessoas e animais. Já a amostra recuperada nos pontos de maior densidade caracteriza-se por uma maior proporção de fragmentos grandes que, em alguns casos, recompõem peças quase inteiras. Essas evidências indicam que tais pontos serviram exclusivamente para a deposição de lixo, provavelmente não ocorrendo neles outras atividades, nem sendo locais de trânsito contínuo dos ocupantes do solar.

O caráter de deposição secundária dessas evidências já foi discutido. Há, no entanto, duas categorias de refugo secundário: refugo secundário adjacente e refugo secundário periférico (South, 1977). Na primeira categoria enquadra-se o material que é descartado próximo às estruturas de habitação de um sítio, caso que está bem caracterizado neste sítio pelas curvas de nível da porção superior da planta 3, as quais

também enquadram a principal área que foi escavada. Como refugio secundário periférico classifica-

PLANTA 3

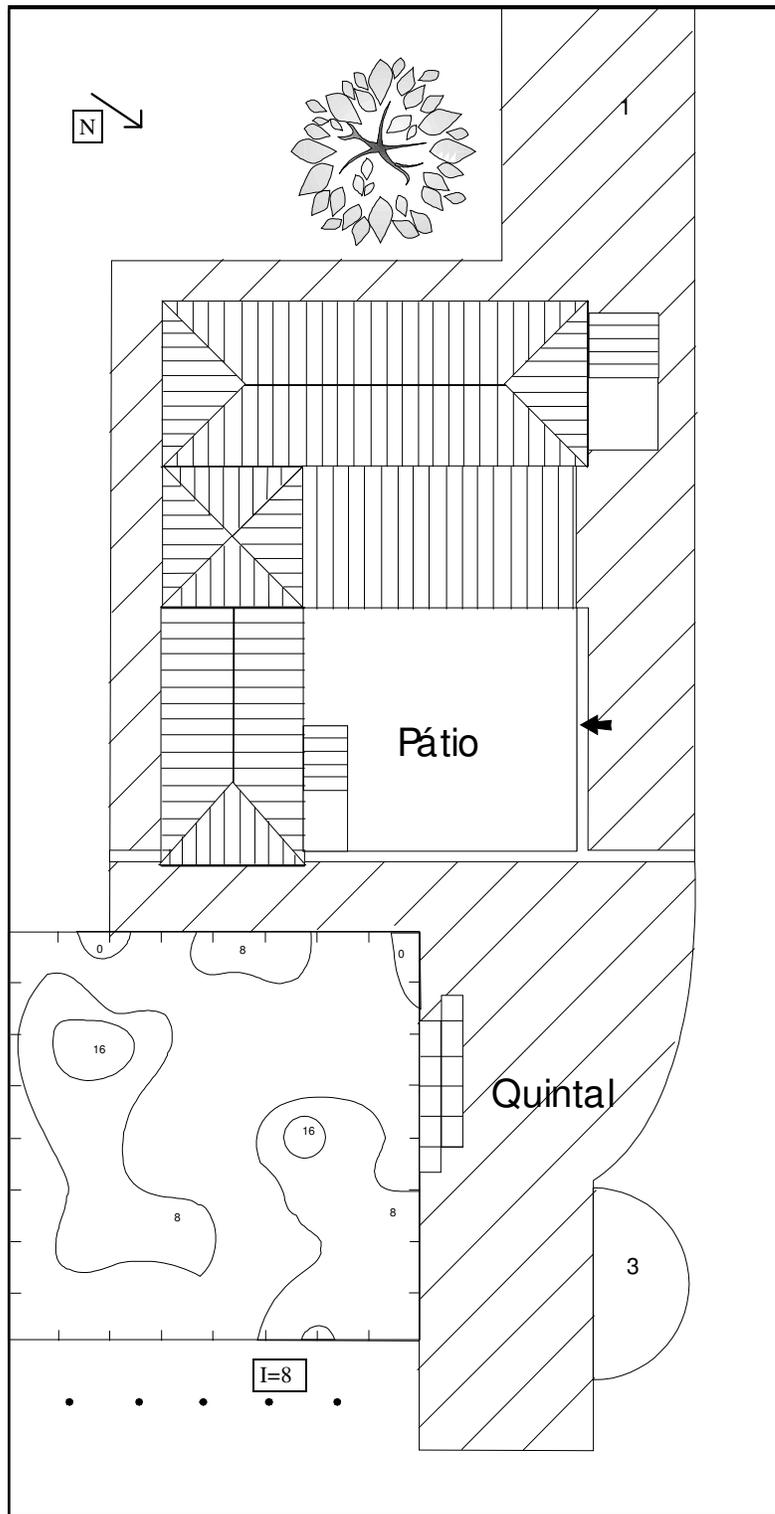


se todo o material que foi depositado em locais distantes dessas estruturas, caso das curvas de nível situadas na porção inferior direita desta planta, que são referentes a um buraco de lixo. South (op. cit.:179) observa que o refugio secundário adjacente é caracterizado por uma baixa proporção de ossos, os quais, por sua vez, ocorrem em grandes quantidades nos depósitos de refugio secundário periférico. No caso do Solar Lopo Gonçalves, porém, os ossos constituíram o material mais abundante encontrado no registro arqueológico e, conseqüentemente, na área adjacente ao solar (foto 22). Logicamente, a prática de descartar o material ósseo, assim como os demais restos de alimentação, em locais distantes da casa está relacionada a questões óbvias de higiene doméstica. Para o solar, essas evidências indicam que os seus ocupantes não estavam preocupados com tais concepções de higiene, apesar dos maus odores gerados e de toda a sorte de insetos, como moscas e baratas, e de animais, como ratos, que a deposição desse material pudesse atrair para o ambiente doméstico.

O buraco de lixo, ponto de deposição de refugio secundário periférico, no entanto, caracterizou-se por uma altíssima incidência de ossos, enquanto as demais evidências materiais, como louças, vidros e ferro, estiveram quase que completamente ausentes. Só foram exumados dois fragmentos de louça, grandes, de um tipo (*ironstone* branco sem decoração) que, como será visto no próximo capítulo, embora tenha como começo de produção a década de 1850, adquiriu popularidade somente após 1870 (Majewski & O'Brien, 1987:120). É provável, portanto, que este ponto de deposição de refugio esteja relacionado à segunda ocupação do solar. Esta área não chegou, contudo, a ser escavada, devido às limitações de tempo e pessoal.

A planta 4 representa o mapa de densidade das tradagens referentes à camada I. Esta configuração indica que, durante o século XX, mudaram os pontos preferenciais de descarte de refugio neste terreno. Já não se observa, neste mapa, uma alta freqüência de material espalhado próximo à estrutura de habitação, como ocorreu no caso anterior.

PLANTA 4

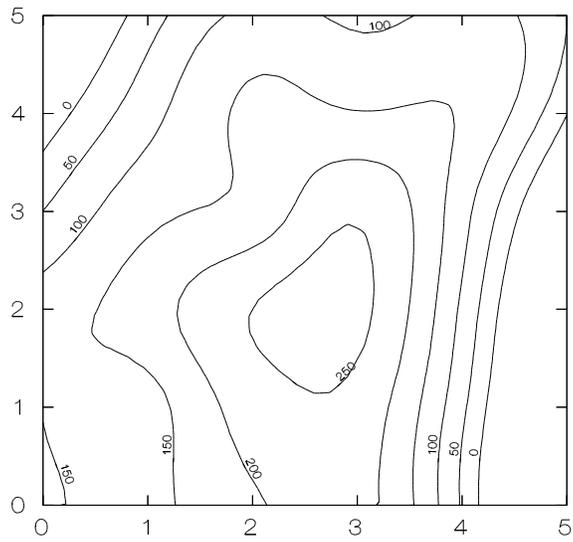


Houve, pelo contrário, uma maior tendência em acumular o refugo doméstico em buracos, caso dos dois bolsões delineados no mapa. Durante as escavações foram detectados outros buracos de lixo referentes ao século XX, como já foi exposto acima. Essas evidências demonstram que, neste século, houve uma mudança nas práticas de descarte de refugo dos ocupantes do solar. Enquanto no século anterior ele estava sendo depositado em áreas abertas próximas à casa, já no começo deste houve uma maior preocupação em enterrá-lo. Assim, uma tendência que, neste sítio, foi provavelmente iniciada nas últimas décadas do século XIX, como atesta o buraco de lixo periférico da planta 3, consolidou-se no século XX.

Esta preocupação com o enterramento do lixo demonstra que novos preceitos de higiene e salubridade foram adotados pelos ocupantes do solar no começo deste século, época em que a Cidade Baixa já estava completamente urbanizada. Como observa Géa (op. cit.:140-143) as preocupações com a higiene, por parte do governo municipal, se acentuaram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, com regulamentos determinando dimensões mínimas dos poços e pátios de ventilação das residências construídas a partir de então, bem como mudanças no planejamento urbano, como limites mínimos de largura para as ruas, a fim de obter ambientes mais higiênicos e, portanto, de maior salubridade nas habitações. Tais preceitos de higiene também se estenderam ao lixo doméstico, pois, como nota Monteiro (op. cit.:106), houve uma preocupação por parte do governo municipal, na virada do século, em erradicar o problema da deposição de refugo nos pátios, principalmente na área sub-urbana. As evidências arqueológicas indicam, no entanto, que os ocupantes do solar não se preocuparam em seguir tais imposições, de modo que a prática de descarte de lixo em seu pátio adentrou as primeiras décadas do século XX, ainda que este não mais se mantivesse exposto no terreno, mas depositado em buracos que o ocultavam da vista e de uma possível fiscalização.

O mesmo método de interpolação linear foi aplicado à camada II da principal área escavada, visando determinar os pontos de maior densidade de material dentro dela. A figura 9 representa a densidade total de material desta área. Observa-se que o ponto central foi o mais visado para a deposição do refugo doméstico.

FIGURA 9 - DENSIDADE TOTAL DE ARTEFATOS - CAMADA II



escala 1-75

I = 50
N ↗

FIGURA 10 - DENSIDADE DA LOUÇA - CAMADA II

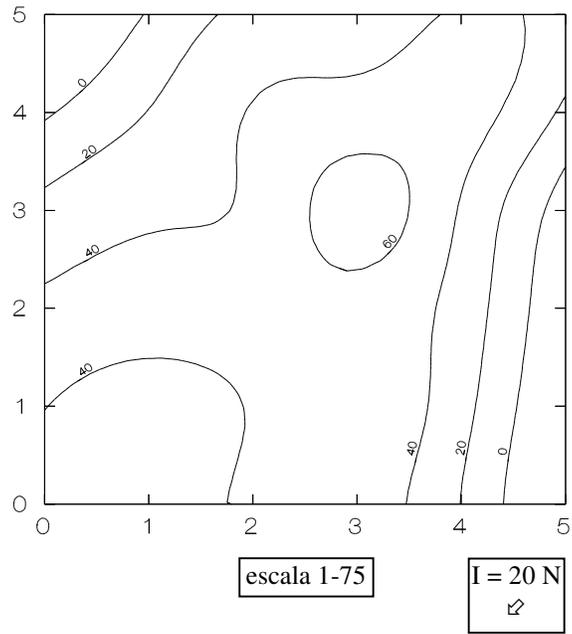


FIGURA 11 - DENSIDADE DO VIDRO - CAMADA II

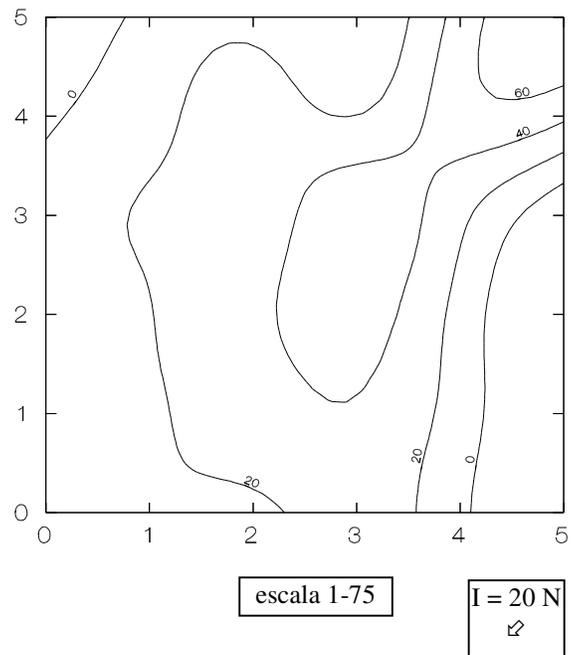


FIGURA 12 - DENSIDADE DOS OSSOS - CAMADA II

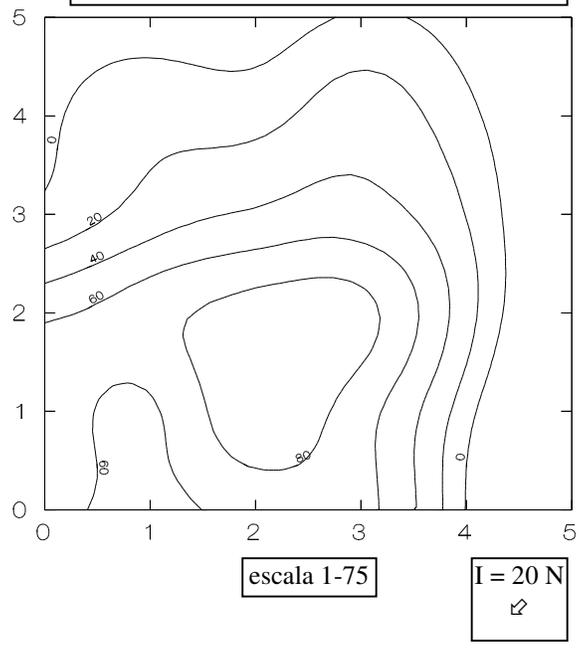
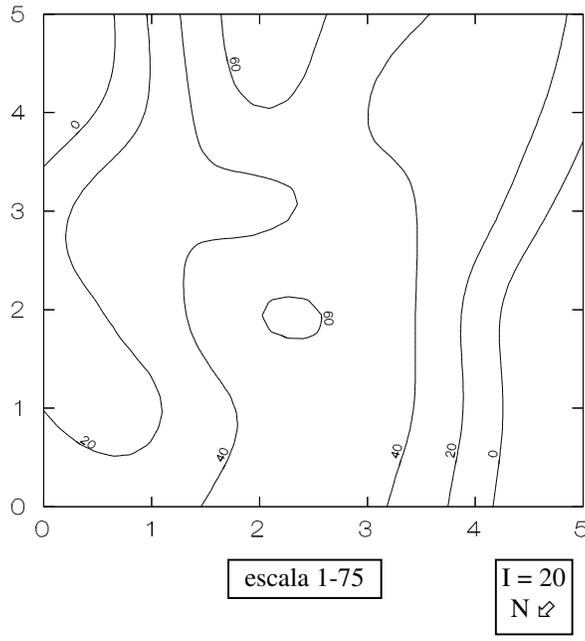


FIGURA 13 - DENSIDADE DO FERRO - CAMADA II

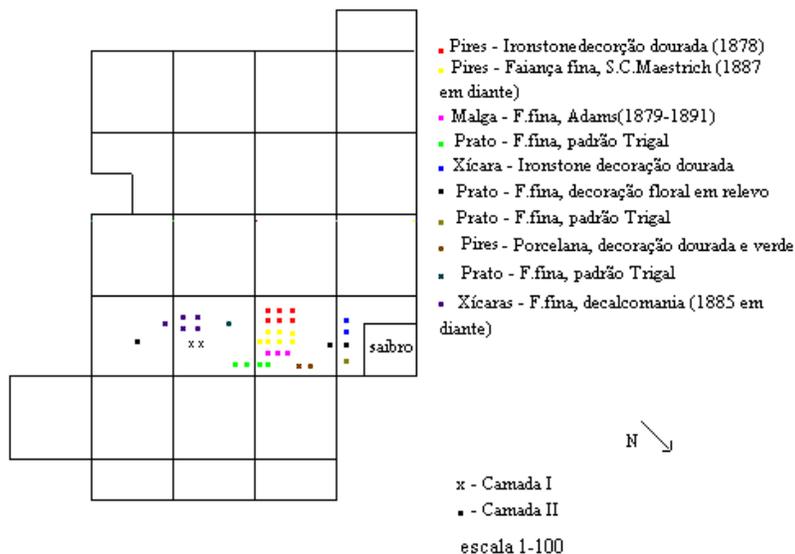


A fim de verificar se houve um comportamento de descarte diferenciado de acordo com o tipo de material que era depositado foram feitos mapas representando a distribuição das categorias louça, vidro, ossos e ferro (figuras 10, 11, 12 e 13).

Ao comparar os mapas referentes ao vidro, louça e ossos nota-se que houve uma variação no local de maior densidade de cada categoria material, localizando-se o ponto principal do vidro no canto superior à direita do mapa, o da louça logo mais abaixo e o dos ossos tendendo mais para o canto inferior esquerdo. Os três pontos em questão, no entanto, apontam para uma distribuição em diagonal das evidências dentro desta área. A configuração do ferro, por outro lado, apresentou uma situação menos definida, a qual pode ser explicada considerando a funcionalidade desses objetos. Enquanto as três primeiras categorias estão sobretudo relacionadas à alimentação, seja seu preparo, estoque ou consumo, esta última é referente principalmente a materiais construtivos, como cravos, parafusos, espelhos de fechadura etc., os quais estavam, em sua maioria, associados a materiais orgânicos, como móveis de madeira, representando, portanto, vestígios de objetos que dificilmente são recuperados em sítios arqueológicos.

A fim de trabalhar mais detalhadamente a espacialidade da louça dentro desta área, os fragmentos recuperados referentes ao século XIX, após terem sido separados por tipo de pasta e decoração, foram agrupados, segundo sua referência espacial e estratigráfica (quadrícula e camada), em plantas, visando verificar, por um lado, a distribuição daqueles que reconstituíram peças e, por outro, se as referências cronológicas das peças passíveis de datação poderiam indicar pontos de deposição que foram utilizados em intervalos mais

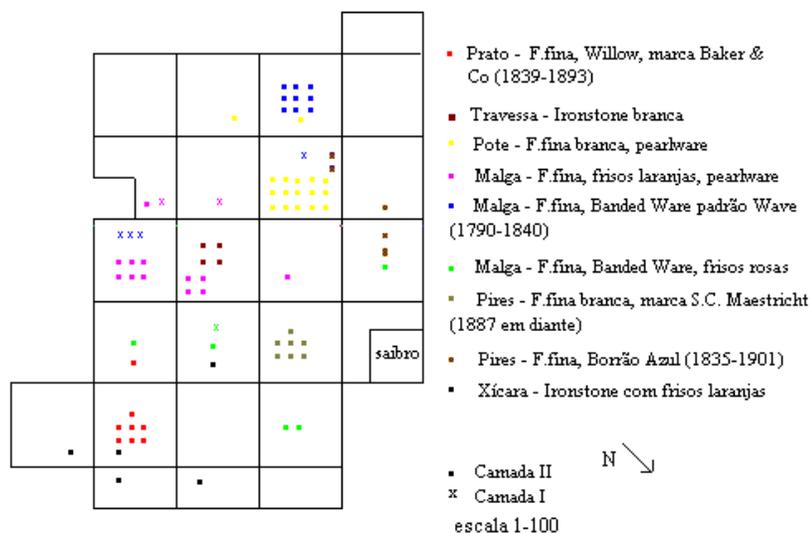
**FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DE
FRAGMENTOS POSTERIORES A
1877**



estritos que o de formação do depósito arqueológico. Este procedimento permitiu detectar um espaço nessa área que foi de deposição preferencial de refugo durante o último quartel do século XIX, conforme pode ser observado na quarta linha de quadrículas horizontais da figura 14. Todos os fragmentos passíveis de datação presentes nesse agrupamento são posteriores a 1877, pois a louça mais antiga nele encontrada tem como data de produção o ano de 1878. Assim, foi possível datar mesmo os fragmentos que não apresentaram referências cronológicas neste agrupamento, por estarem situados no mesmo contexto de deposição das peças datáveis. A deposição preferencial de refugo neste espaço não impediu, porém, que o material referente a este período fosse também depositado, embora de forma mais aleatória, em outros pontos da área escavada.

A distribuição dos fragmentos das principais peças reconstituídas pode ser visualizada na figura 15. Observa-se que, na maioria dos casos, os fragmentos referentes a uma mesma peça se mantiveram agrupados na mesma quadrícula ou localizados em

FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS QUE RECOMPÕEM PEÇAS

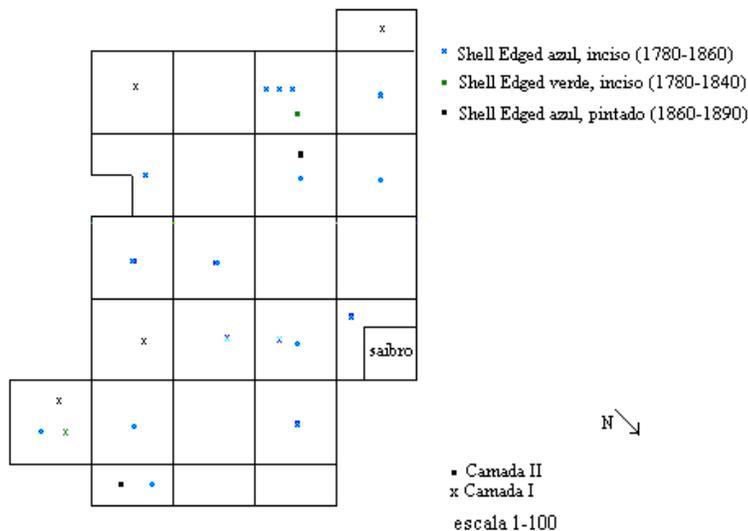


quadrículas próximas, o que indica que, após o descarte, o lixo depositado nesta área, apesar de não ser enterrado, não sofreu ações de espalhamento ou revolvimento que fossem significativas. Essas evidências demonstram que esta área, apesar de se localizar próxima da estrutura de habitação, não foi utilizada nem para o trânsito dos ocupantes do solar nem para qualquer outra atividade, com exceção do descarte de lixo. É interessante notar que, em algumas das situações de refugio deslocado, se manteve uma aproximação entre os fragmentos da camada I e aqueles aos quais eles correspondem da camada II, demonstrando uma baixa intensidade de revolvimento do estrato arqueológico.

Por outro lado, ao mesmo tempo que ocorre este agrupamento dos fragmentos referentes a uma mesma peça, observa-se também uma dispersão daqueles que apresentam o mesmo padrão decorativo, mas são referentes a peças distintas, como pode ser observado

na figura 16, na qual estão representados todos os fragmentos do padrão *Shell Edged*. Esta dispersão demonstra que, apesar do já referido espaço de deposição preferencial do último quartel do século XIX, houve uma predominância do descarte aleatório do lixo dentro desta área.

FIGURA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS DE SHELL EDGED



A aplicação do método de interpolação linear à principal área escavada serviu para indicar seus pontos de maior densidade de material, mas abrangeu somente uma pequena extensão de 22m². A fim de realizar uma análise espacial numa escala mais ampla foram utilizados os dados quantitativos das tradagens, que abrangeram uma área de 216m², suficientemente extensa, portanto, para fornecer informações mais detalhadas sobre a espacialidade das evidências arqueológicas neste sítio e, conseqüentemente, sobre as práticas de deposição de refugio de seus ocupantes. Tais informações não seriam obtidas se o trabalho de campo tivesse sido limitado somente às quadrículas que foram abertas. Deve ser lembrado, porém, que as configurações representadas nos mapas referentes às tradagens são o resultado do emprego de uma estratégia de amostragem e, como tais, constituem somente um modelo da distribuição de material nesta área. Uma premissa mantida nos estudos de amostragem é que, quanto maior a amostra, maior a

confiabilidade dos resultados obtidos (Redman, op. cit.). Assim, uma forma de aumentar a confiabilidade do método que foi empregado neste trabalho poderia ser através da diminuição da distância entre os pontos tradados, de 2 em 2 metros para, por exemplo, 1 em 1 metro. Outra forma seria através da abertura de quadrículas de 1m² localizadas em pontos equidistantes. Em condições ideais de trabalho, contando com uma boa disponibilidade de tempo, pessoal e verbas, a aplicabilidade deste método poderia ser confirmada pela realização de uma escavação em superfície ampla, que cobrisse toda a área amostrada, a fim de confrontar os resultados assim obtidos com aqueles fornecidos pelas tradagens.

Agora que já foram fornecidas as informações cronológicas e espaciais sobre a situação do material arqueológico resgatado, bem como discutidas as principais práticas de sua deposição no pátio do solar, é o momento de abandonar este espaço e penetrar novamente no ambiente doméstico, buscando, através da análise desses elementos semifixos, obter informações sobre o contexto sistêmico do qual eles participaram, e no qual eles cumpriram funções que, muitas vezes, estavam além de sua simples utilidade.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS DE DEPOSIÇÃO DO REFUGO DOMÉSTICO E O SOLAR LOPO GONÇALVES

Os artefatos têm um ciclo de vida que pode ser dividido, segundo Schiffer (1972:03), em cinco etapas: manufatura, aquisição, uso, manutenção e descarte. Os itens materiais, nas sociedades pré-industriais e industriais, geralmente penetram o ambiente doméstico pela via da aquisição, seja através da compra, troca, ganho, caça e coleta, ou roubo; embora também seja possível a sua produção caseira (Henry, 1992:10). Dentro do ambiente doméstico eles são utilizados e mantidos até perderem sua funcionalidade. Se o reuso ou reciclagem não são convenientes para seus usuários, ocorre, então, o descarte. Com o descarte os itens materiais deixam de fazer parte do contexto sistêmico,

relacionado ao seu ciclo de vida dentro de um sistema cultural, e passam para o contexto arqueológico, tornando-se, assim, objetos de investigação do arqueólogo (Schiffer, op. cit.:03).

A grande maioria do material exumado de sítios domésticos históricos está relacionada a atividades que transcorreram dentro das estruturas de habitação, tais como alimentação, higiene, lazer, e, em alguns casos, trabalho. Os itens materiais, elementos semi-fixos utilizados nessas diversas atividades, não eram, no entanto, descartados no mesmo local de uso, mas transportados para locais específicos de deposição de refugo externos às estruturas de habitação. Assim, uma das características desses sítios, é o caráter de deposição secundária da maior parte do refugo produzido dentro da casa.

Schiffer (op. cit.:07-09) considera como refugo secundário todo o material de um sítio cujo local de descarte final não é o mesmo do local de uso. Já o material descartado em seu contexto original de uso é designado refugo primário. Há, por fim, uma terceira categoria de refugo, concebida como refugo de fato, a qual estão relacionados todos os elementos que alcançam o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte, como, por exemplo, o material que permaneceu sobre o pavimento de uma estrutura após o seu abandono.

Antes, portanto, de analisar os artefatos provenientes de um dado sítio arqueológico é necessário compreender sua situação de descarte. Para tanto é preciso não somente verificar em qual categoria se enquadra o refugo que está sendo exumado, mas também a sua situação espacial no sítio em relação às estruturas de habitação e outras que porventura tenham sido identificadas, a fim de determinar as áreas preferenciais de descarte e sua variação através do tempo.

A situação do lixo na Porto Alegre oitocentista

Ao passar por Porto Alegre no começo da década de 1820, Saint-Hilaire, apesar de se encantar com a beleza da cidade, se espantou com sua sujeira, considerando-a tão imunda quanto a capital do Império (Saint-Hilaire, op. cit.:28). Segundo o naturalista, este problema era ocasionado pela ausência de quintais na maioria das casas, o que gerava

o grave inconveniente de seus ocupantes “...atirarem à rua todo o lixo, tornando-as imundas” (ibidem:46). Os locais mais visados para essa deposição desenfreada de lixo eram as “...encruzilhadas, os terrenos baldios e, principalmente, as margens da lagoa [rio Guaíba]” (ibidem).

A deposição de lixo realizada nas margens do Rio Guaíba foi arqueologicamente confirmada pela equipe de pesquisadores do Museu Joaquim José Felizardo que realizou, em 1994 e 1995, intervenções arqueológicas em duas lixeiras de caráter coletivo (os sítios RS-JA 05, Mercado Público e RS-JA 07, Praça Rui Barbosa), localizadas em pontos do centro originalmente situados à beira do rio, que foram posteriormente aterrados para permitir a expansão da cidade. O material resgatado desses dois sítios, que está sendo atualmente analisado, deverá fornecer novas informações sobre as práticas de descarte de refugo da população do núcleo urbano de Porto Alegre, durante o século XIX.

A imundície da cidade foi um dos problemas constantes durante a maior parte daquele século. Mesmo em suas décadas finais, Achyles Porto Alegre (1920:29-30) nota que as ruas não eram limpas “...com imundas calhas de água servidas, fétidas, infectas”. Segundo Weber (op. cit.:69), o problema da deposição do lixo só veio à tona entre 1837 e 1838, durante a Revolução Farroupilha, com o sitiamento de Porto Alegre. Foram então regulamentados lugares para o lançamento de detritos. Em 1842, no entanto, o artigo que regulamentava os pontos de deposição de lixo foi revogado. As preocupações com a salubridade da cidade prosseguiram, porém, durante a segunda metade do século, com o discurso médico apregoando providências quanto ao asseio das ruas através da retirada de seu lixo e da demarcação de lugares apropriados para o seu despejo⁴⁶. Era também

⁴⁶ Este discurso médico, que visava a erradicação dos chamados “miasmas”, pestilências carregadas pelo ar originadas da matéria orgânica em decomposição, foi comum durante a segunda metade do século XIX em todas as regiões do país. Segundo Lima (1996:83-84), esse combate sistemático da medicina à insalubridade generalizada teve um extraordinário poder de penetração, introduzindo-se em “...todos os domínios da esfera social, tendo como alvo não mais o indivíduo, mas a coletividade...”. Era proposto, principalmente, o planejamento e a reforma do espaço urbano “...entendendo-os como fundamentais na luta contra a insalubridade, [esse discurso] passou a recomendar enfaticamente medidas como o aterro de áreas alagadas, a dessecação de pântanos, charcos e águas paradas...; o alargamento, abertura e calçamento de ruas; o plantio de árvores, a limpeza de praias e praças; a remoção do lixo aí despejado regularmente, para áreas periféricas; a inspeção constante de abatedouros, feiras e mercados; a canalização e o controle da qualidade da água; a transferência de cemitérios; a reformulação da arquitetura colonial, de compartimentação inadequada...; o direcionamento da expansão urbana para áreas mais saudáveis e arejadas, criando novos bairros, entre outras”. Lima (ibidem) nota que essa minuciosa inspeção “...pretendia transformar a cidade doente em uma cidade sadia, limpa e ordenada, requisito fundamental para a

destacada a necessidade de “...se estender a vigilância ao asseio dos pátios e quintais, casas públicas e às substâncias alimentícias expostas a venda, principalmente as frutas verdes”⁴⁷ (ibidem:96).

Ao inserir os pátios e quintais como espaços, ao lado da via pública, que também deveriam ser vigiados, a fim de manterem condições mínimas de higiene, o discurso médico da época demonstra que, da mesma forma que as ruas, terrenos baldios e locais a beira rio, também os espaços referentes ao ambiente doméstico eram utilizados para o descarte de refugo. Esta deposição de lixo nos pátios, muitas vezes realizada bastante próxima das estruturas de habitação, foi comum no Brasil oitocentista e, como será visto adiante, foi a principal prática de descarte adotada pelos ocupantes do Solar Lopo Gonçalves durante todo o século XIX.

Somente na década de 1870, é que foram aprovados artigos obrigando a todos os moradores de Porto Alegre a colocar o lixo em vasilhas, na frente de suas casas, para ser coletado por carroças de limpeza pública (Weber, op.cit.:103)⁴⁸. Segundo Mazon (s.d.) essas carroças eram puxadas por burros com campainhas nos pescoços, as quais eram soadas quando esqueciam de colocar a lata de lixo na porta. Embora Weber não especifique a área abrangida por esta medida, é bastante provável que ela tenha se limitado ao núcleo urbano. Nas áreas semi-rurais adjacentes à cidade, como a Cidade Baixa, que ainda não estavam densamente povoadas, tais artigos não devem ter vigorado, pois as evidências arqueológicas, como será visto adiante, demonstram que o lixo doméstico do solar Lopo Gonçalves continuou a ser depositado em seu pátio até o final do século XIX e durante boa parte do XX. Escavações em sítios domésticos do centro urbano poderiam, por outro lado, informar em que medida a população de Porto Alegre acatou essas leis que estavam lhe sendo impostas, as quais pretendiam alterar hábitos de descarte de refugo há muito vigentes. Se elas foram espontaneamente obedecidas, é de se

implantação e consolidação de uma sociedade ‘moderna’, comprometida principalmente com o liberalismo europeu”.

⁴⁷ Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Livro 23. 19 de Dezembro de 1853. Arquivo Histórico de Porto Alegre (citado em Weber, 1992).

⁴⁸ Também no Rio de Janeiro, foi somente na década de 1870 que começou a funcionar um serviço de limpeza pública. Até esta época o lixo da capital do Império era depositado na orla marítima, nas ruas e quintais das casas (Lima, 1989a:206-297).

esperar nesses sítios uma baixa incidência de material arqueológico posterior à década de 1870.

A partir de 1887, o lixo da cidade começou a ser depositado em valas de dois metros de profundidade por dois metros de largura, abertas na Várzea (atual Parque da Redenção). A deposição do lixo urbano em tais valas prosseguiu durante a última década do século XIX (Franco, 1992:165-166). O final do século marca, portanto, em Porto Alegre, uma mudança de concepção em relação ao lixo. Antes exposto nas ruas e na margem do Rio Guaíba e, assim, à vista de todos, este começa a ser depositado numa área que, embora já praticamente envolvida pelo núcleo urbano, se mantinha aberta e sem edificações. Seu enterramento, uma forma de ocultar a sujeira produzida pela cidade, denota bem o esforço realizado pelo governo municipal para transformar, nas palavras de Lima (1996:84) “...a cidade doente numa cidade sadia, limpa e ordenada”.

Sob o ponto de vista arqueológico, as estruturas abertas na Várzea para a deposição de refugo, que ainda devem estar relativamente bem conservadas devido às poucas intervenções de natureza urbanística que esta área sofreu, representam episódios deposicionais curtos e bem delimitados cronologicamente, que foram controlados por uma autoridade centralizada (o governo municipal). Tais episódios, como asseveram Praetzellis et alii (op. cit.:202), podem fornecer um corpo de dados arqueológicos extremamente valioso para o estudo sincrônico e comparativo da população urbana.

A evidência arqueológica

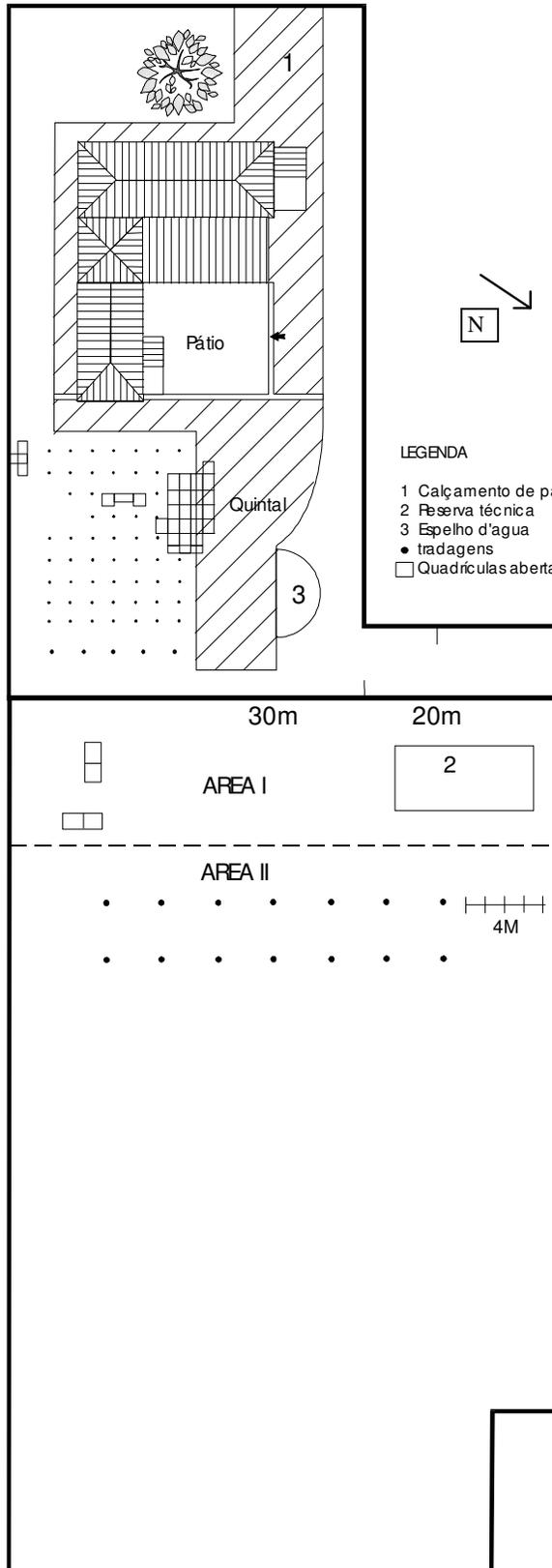
Para discutir as práticas de deposição de refugo no Solar Lopo Gonçalves durante o século XIX é necessário, primeiro, fornecer algumas informações sobre o trabalho de campo neste sítio.

Como já referido na introdução, este sítio histórico foi objeto de quatro intervenções entre 1990 e 1996. Os dados aqui apresentados são referentes à última dessas intervenções, conduzida por Luís Cláudio Symanski entre 03 de janeiro e 17 de abril de 1996, tendo como responsável técnico Fernanda Tocchetto. As informações decorrentes das pesquisas anteriores neste sítio não serão tratadas neste capítulo, pelo fato delas terem se limitado a salvamentos que abrangeram pequenas extensões do terreno do solar, resgatando, conseqüentemente, uma amostra muito reduzida.

Devido às grandes dimensões do terreno do solar (6036 m²) optou-se por trabalhar apenas a área localizada atrás desta edificação. O pátio da frente não foi trabalhado por ser, em sua maior parte, ocupado por um jardim. Já as partes laterais são muito estreitas e o solo apresenta-se perturbado em diversos pontos em função da instalação de encanamentos e de um sistema de escoamento pluvial, ocorrendo ainda calçamentos de paralelepípedos e canteiros. O pátio de trás, porém, é o que ocupa a maior extensão do terreno. Ele está representado por duas áreas que, por apresentarem características distintas, foram denominadas área I e área II. Na área I, que é a mais próxima do solar, concentram-se as árvores e nela foram instalados brinquedos (balanços, gangorras, etc.), bancos, um espelho d'água, um calçamento de paralelepípedos e uma construção recente (Reserva Técnica). Já na área II predomina um espaço aberto, ocupado por gramíneas, com apenas algumas árvores esparsas próximas aos muros que delimitam o terreno (planta 2).

A primeira etapa do trabalho de campo consistiu na coleta sistemática de superfície. Para realizar essa atividade, a área I foi coberta por uma malha de quadriculamento, quadras de 5 x 5m, identificadas por coordenadas alfa-numéricas. Foi escolhido, para marcar o ponto zero, a quina do solar direcionada para sudeste. A coleta de superfície foi

PLANTA 2



- LEGENDA
- 1 Calçamento de paralelepípedos
 - 2 Reserva técnica
 - 3 Espelho d'água
 - tradagens
 - Quadrículas abertas

30m

20m

AREA I

2

AREA II

4M

feita dentro de cada quadra demarcada. O material coletado, porém, não foi significativo para determinar os pontos com potencial arqueológico, por se tratar, em sua grande maioria, de objetos recentes. Já o material arqueológico⁴⁹ presente na superfície estava aleatoriamente espalhado, não ocorrendo concentrações em nenhum ponto do terreno. A área II, por sua vez, não chegou a ser trabalhada, por apresentar uma baixíssima incidência de material de superfície e resultados quase nulos nas sondagens aleatórias realizadas.

Após a coleta foram determinados os pontos nos quais seriam abertos os primeiros poços-testes. Dividiu-se, então, as quadras de 5 x 5m já demarcadas em quadrículas de 1m², também identificadas por coordenadas alfa-numéricas. Desta forma estas quadras passaram a conter, cada uma, um total de 25 quadrículas de 1m² que eram identificadas pela coordenada da quadra na qual estavam inseridas seguidas pela sua própria coordenada dentro da quadra (ex. quadrícula C2d5- quadra C2, quadrícula d5).

O procedimento adotado para a escavação consistiu na medição, com o auxílio de um nível topográfico, da altura de cada quadrícula que seria aberta. Para tanto, utilizou-se como referência a altura do ponto zero (1,44m), sendo todas as medições do terreno feitas com relação a este nível. A escavação foi realizada por camadas naturais, subdividindo-se os estratos em níveis arbitrários somente quando as evidências eram suficientemente significativas e o solo não apresentasse sinais de perturbação.

Os pontos selecionados para a abertura das primeiras quadrículas foram escolhidos por meio da chamada abordagem oportunística. Essa abordagem, segundo Neves (1984), consiste no levantamento das zonas com potencial arqueológico de uma região (no caso o terreno do solar) de forma assistemática, através de informações orais, indicações do terreno, e evidências da vegetação. No caso em questão, as informações sobre os possíveis pontos com concentração de material arqueológico no subsolo do terreno foram obtidas por duas fontes: 1) informações orais do jardineiro do Museu, o qual estava acostumado a revolver o solo e a abrir buracos para depositar lixo orgânico; e 2) pelas evidências coletadas durante a abertura de uma trincheira para a instalação de um

cano de água, em 1994. Os poços-testes abertos no ponto indicado pelo jardineiro (quadrículas B7c2, B7c3, B8b1, e B8c1- planta 2 -localizadas próximas à área II, na porção inferior da planta) não forneceram, porém, resultados positivos, sendo evidenciado somente um buraco de lixo do século XX (quadrícula B7c3), cujo material foi provavelmente depositado na época em que o solar funcionou como um cortiço que abrigava ocupantes de baixa renda (ver Giacomelli, 1993). Do mesmo modo, os poços-testes feitos próximos ao local aonde foi aberta a trincheira (quadrículas B2c5, B2d5[1/2 quadrícula], B2e5[1/2 quadrícula], C2a5, e C1a5[1/2 quadrícula]-planta 2- localizadas à esquerda da principal área escavada) não apresentaram uma quantidade significativa de material arqueológico, sendo evidenciado, apenas, outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro (quadrícula C2a5, planta 2).

A amostra recolhida desses buracos de lixo recentes diferencia-se, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, daquela referente ao século XIX, caracterizando-se por uma predominância de latas, sobretudo de conservas, seguida de uma grande quantidade de ossos, fragmentos grandes de louças e vidros, que muitas vezes recompõem peças inteiras, além de tampas de garrafa e plásticos (fotos 12 e 13). Pode-se imaginar esses buracos como bolsões de material recente intrusivos na camada arqueológica. Para tanto é necessário ter uma noção da situação estratigráfica da área I, a qual apresenta-se, nos pontos em que o solo não foi revolvido, da seguinte maneira: uma camada preta, húmica, superior, com uma espessura que varia entre 20 e 30 cm, geralmente com material recente e, em algumas situações, misturado com material arqueológico (camada I); uma camada castanha, intermediária, mais argilosa, variando de espessura entre 30 e 40 cm, a qual, nos pontos sem perturbação, apresenta somente material arqueológico (camada II); e uma terceira camada, preta, argilosa, bastante compactada, estéril, que é a base do depósito arqueológico (camada III) (foto 14 e figura 4). Os buracos de lixo recente evidenciados penetravam na segunda camada até chegar à base do depósito e foram preenchidos com o sedimento da camada I (figuras 5 e 6).

Comprovada, portanto, a ineficácia da abordagem oportunística para o caso em questão, foi iniciada, no dia 22 de janeiro, a utilização da abordagem probabilística, a fim

⁴⁹ Para os propósitos deste trabalho será considerado como material arqueológico somente os objetos que,

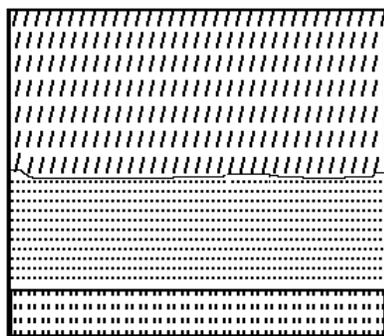
de detectar áreas no subsolo deste sítio com altas densidades de material arqueológico. A abordagem probabilística consiste no levantamento sistemático de uma região através do estabelecimento de *transects*⁵⁰. Para o terreno do solar este método foi empregado estabelecendo linhas paralelas eqüidistantes entre si em 2m. Em cada uma dessas linhas foram realizadas tradagens sistemáticas de 2 em 2 metros, para verificar o potencial arqueológico do subsolo deste sítio (foto 15). Essas tradagens foram feitas a partir do vértice da quadra A2 (planta 2). Por meio deste procedimento foram encontradas as áreas de deposição de refugo arqueológico que estavam sendo procuradas.

devido às suas características ou contexto de deposição, são referentes ao século XIX.

Foto 12 - Visão da parte sudoeste da principal área escavada, apresentando, em primeiro plano, uma estrutura de tijolos e uma lixeira recente, com as paredes forradas de cal. O buraco circular ao fundo é uma sondagem realizada na camada III (base do depósito arqueológico) para verificar sua espessura.

⁵⁰ Linhas delimitadas numa área que são sistematicamente percorridas.

Foto 13 - Material recente evidenciado na lixeira forrada de cal.



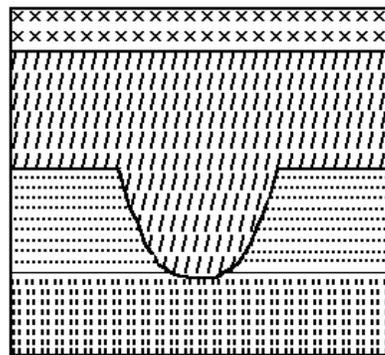
/// camada I
... camada II
... camada III
escala 1-20

Figura 4 - Perfil estratigráfico sem perturbação, quadrícula C2e4. Na camada I há uma grande predominância de material arqueológico do século XX. A camada II apresenta somente material do século XIX. A camada III é estéril.

Foram feitas 71 tradagens neste sítio, sendo 54 realizadas sistematicamente (de 2 em 2m) na área I, 05 com o espaçamento de 3 em 3m na mesma área, e 12 efetuadas de 5 em 5m na área II (planta 2). Para executar as tradagens o terreno foi demarcado de 2 em 2 metros, em linhas equidistantes paralelas ao muro dos fundos do solar. Após medir a

profundidade, cada ponto demarcado era perfurado com uma cavadeira “boca de lobo”, respeitando os níveis naturais. Primeiro retirava-se a camada I (preta, superior), cujo sedimento era peneirado, sendo recolhidas todas as evidências, inclusive o material recente. Detectada a camada II (castanha), media-se a sua profundidade inicial e, em seguida, ela era rebaixada até que a camada III fosse atingida. Era medida, por fim, a profundidade final da tradagem, correspondente à superfície da terceira camada. Este procedimento atendeu a dois objetivos: 1) prospecção, visando sondar o subsolo do terreno em busca de pontos

Foto 14 - Perfil estratigráfico da parede noroeste da principal área escavada. O sedimento superior corresponde à camada I, e o inferior corresponde ao estrato do século XIX (camada II). O cordão está delimitando uma concentração de argamassa inserida no meio da camada I.



☒ camada da saibro (superior)
▨ camada I
▤ camada II
▥ camada III
escala 1-20

Figura 5 - Perfil estratigráfico noroeste da quadrícula A2a1, demonstrando uma inserção da camada I no nível referente à camada II, o que indica uma intervenção antrópica do século XX no depósito arqueológico.

com concentração de material arqueológico; e 2) estratégia de amostragem, considerando as evidências de cada tradagem como uma amostra da densidade de material da área que ela representa. Assim, as tradagens executadas de 2 em 2m foram consideradas pontos

centrais de quadras de 4m², com cada uma fornecendo, portanto, uma amostra do material de sua respectiva quadra. Como será visto adiante, este artifício possibilitou a elaboração de mapas de distribuição do material arqueológico no terreno, que forneceram *insights* sobre o comportamento de descarte de refugo dos ocupantes deste sítio.

Essas tradagens, portanto, correspondem a uma estratégia de amostragem, designada por sistemática geométrica, a qual produz uma varredura uniforme da área, devido à equidistância entre os pontos prospectados (Redman, 1974). Este método é comumente empregado na forma de abertura de quadrículas de 1m², equidistantes entre si em medidas que variam de acordo com o tamanho do sítio que está sendo amostrado. Neste

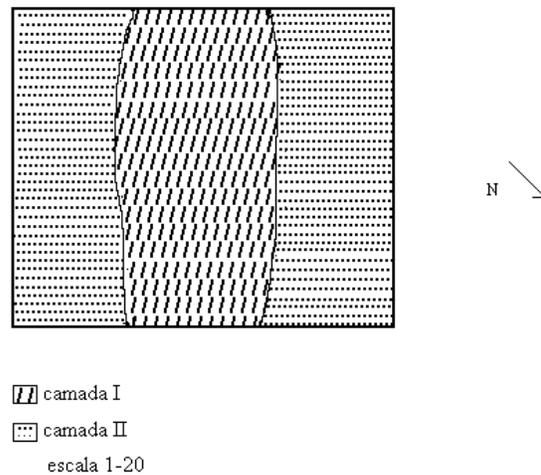


Figura 6 - Início da camada II, quadrícula A2a1, a 43 cm de profundidade, na qual está bem evidenciada uma situação de perturbação, com alta incidência de material recente na área ocupada pela camada I.

trabalho optou-se pela realização de tradagens antes que quadrículas devido à escassez de tempo e de pessoal. Segundo Redman (ibidem), esse método é eficaz para descobrir padrões de distribuição de artefatos num sítio arqueológico. Renfrew e Bahn (1993), por

sua vez, observam que um problema relacionado a seu uso refere-se ao fato de que, se há estruturas formando um padrão de disposição espacial no subsolo do terreno, estas correm tanto o risco de serem todas encontradas quanto de nenhuma ser detectada. No caso em questão, porém, o principal objetivo do trabalho de campo foi a recuperação do refugo doméstico depositado no pátio do solar e o levantamento de informações sobre sua distribuição espacial, e não a evidenciação de estruturas.

Com esta prospecção do subsolo do terreno foram detectados dois pontos que apresentavam uma maior densidade de material arqueológico. O primeiro ponto foi evidenciado justamente na primeira tradagem (planta 2). Não foi identificada, porém, uma mudança de sedimento nesta sondagem, ocorrendo apenas a camada I. A amostra recuperada compunha-se de evidências arqueológicas e recentes. Foi aberto um poço-teste

Foto 15 - Exemplo de tradagem realizada no terreno do solar. O diâmetro dessas sondagens ficava em torno de 25 cm.

nesse ponto, indicado pelas coordenadas alfa-numéricas A2a1 (planta 2 - quadrícula central, entre as quatro situadas próximas ao muro esquerdo e à quina leste do solar). Foi verificada, assim, a presença de uma camada de saibro, superior à camada I, com uma espessura variando entre 10 e 12 centímetros (foto16). Esta primeira camada, de saibro, apresentou uma alta incidência de material recente. A camada I (preta, húmica), por sua vez, manteve-se homogênea até os 30 cm de profundidade quando começaram a aparecer manchas da camada II, sendo que, aos 43 cm de profundidade ficou bem definida uma situação de perturbação, com a camada II ocorrendo paralela às paredes sudoeste e nordeste dessa quadrícula, permanecendo a camada I somente no seu centro (figuras 5 e 6)⁵¹. O material exumado foi separado de acordo com o sedimento em que se encontrava. A densidade de material da camada I foi, porém, bem maior que a da camada II. Prosseguindo com o aprofundamento desse poço-teste foi evidenciada, aos 50 cm de profundidade, uma manilha cerâmica, assentada sobre tijolos, a qual apresentava as seguintes inscrições: “Fabrica de louças - F. De Montigny”- Porto Alegre” (foto 17). Aos

⁵¹ Pelo nível topográfico, a altura da superfície dessa quadrícula ficou em 1,40m, com a camada I alcançada a 1,53m, as primeiras evidências de manchas da camada II a 1,70m e a situação da perturbação bem definida a 1,83m.

74 cm de profundidade foi atingida a camada III (estéril). A situação estratigráfica atípica encontrada nessa quadrícula foi, portanto, explicada pela instalação dessa manilha. Para instalá-la foi necessário abrir um buraco na camada II, o qual foi preenchido com o sedimento misturado de ambas as camadas, predominando a camada I (figuras 5 e 6). Este fator pós-deposicional antrópico explica também a presença do material arqueológico misturado com material recente na camada I, ocasionado pelo revolvimento dessas camadas.

Para melhor verificar a situação estratigráfica nesse local foram abertas mais três quadrículas, indicadas pelas coordenadas A2a2, A1a5 e Z2a1 (quadrículas situadas na planta 2 próximas à quina leste do solar, rentes ao muro esquerdo). A quadrícula Z2a1 apresentou a mesma situação do poço-teste A2a1, sendo evidenciado o prosseguimento do cano de cerâmica, acrescentando que um terço dessa quadrícula estava ocupado por entulho de material construtivo recente, referente ao muro que delimita o terreno do solar a sudeste. As quadrículas A2a2 e A1a5, por sua vez, não apresentaram evidências de perturbação, sendo a estratigrafia de ambas definida da seguinte forma: uma camada de saibro superior, com alta incidência de material recente, variando em espessura entre 10 e 12 centímetros; a camada I, com uma espessura média de 20cm, apresentando material recente em grande quantidade

Foto 16 - Aprofundamento da camada I (preta, húmica) da quadrícula A2a1. No perfil pode-se observar a presença da camada de saibro (superior), numa tonalidade mais clara.

Foto 17 - Manilha evidenciada na quadrícula A2a1.

e poucas evidências de material arqueológico; e a camada II, com cerca de 50 cm de espessura, apresentando uma baixíssima incidência de material arqueológico (foto 18).

Como as evidências recuperadas das quatro quadrículas referidas acima não foram quantitativamente significativas, iniciou-se a abertura de uma outra área de escavação, com um poço-teste no ponto referente à vigésima primeira tradagem (quadrícula C2d5 - segunda quadrícula da segunda fileira de quadrículas horizontais da principal área escavada - planta 2), visto que essa tinha indicado a presença de material arqueológico em grandes quantidades no subsolo. Nesse poço-teste a camada I estendeu-se da superfície atual até os 20 cm. A partir dessa profundidade começaram a aparecer manchas da camada II, até que, aos 27 cm definiu-se a situação, com a camada I ocorrendo numa metade da quadrícula e a camada II na outra (foto 19), demonstrando

outra alteração de origem antrópica no solo. Entre os 35 e os 40cm foi evidenciado, então, um cano de plástico que foi instalado em 1994, na área da quadrícula dominada pela camada I (fotos 12, 20 e 21). Esse cano estava assentado sobre a camada II, a qual passou, portanto, a dominar toda a quadrícula após os 40 cm, sendo aprofundada até os 60 cm, quando foi evidenciada a superfície da camada III.

Verificado o potencial arqueológico dessa área, outras quadrículas começaram a ser abertas, ao lado da C2d5 (foto 20). Devido à escassez de pessoal não foi possível escavar mais do que duas quadrículas ao mesmo tempo. Foi aberta, no total, uma área de 22m² (foto 21 e figura 7), com a estratigrafia apresentando-se da seguinte forma nos pontos sem perturbação: camada I - da superfície aos 25 cm de profundidade; camada II - entre 25 e 65 cm; e camada III, a partir dos 65 cm de profundidade (foto 14 e figura 4). Dentro dessa área, ocupando uma parte da quadrícula C2d5, foi encontrado mais um buraco de lixo com material recente, sendo suas paredes forradas com cal, uma situação que já tinha sido verificada na quadrícula anteriormente aberta C2a5 (fotos 12 e 13). Esse buraco parece tratar-se de uma latrina que, com o fim de seu uso, foi preenchida com lixo. Na quadrícula C2d3 foi evidenciada parte de uma estrutura de tijolos (foto 12), a qual penetrava superficialmente na camada II. Não foi possível determinar a função dessa estrutura mas trata-se, provavelmente, de parte de uma construção do século XX, relacionada à extensão do solar que foi feita na época em que este funcionava como depósito de uma fábrica de velas (Giacomelli, op. cit.; Torelly, op. cit.).

Foto 18 - Quadrículas A1a2, A2a2, A1a5 e Z2a1. A quadrícula Z2a1, localizada à esquerda da foto, não foi totalmente escavada por apresentar, em sua metade mais próxima do muro, uma grande quantidade de entulho recente.

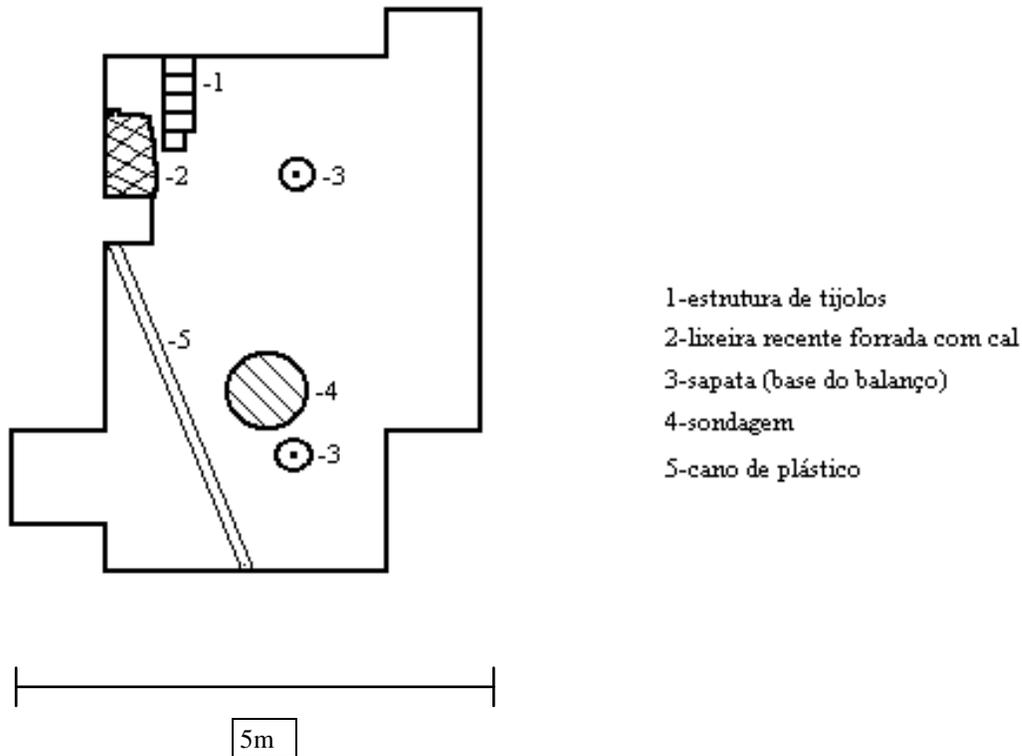
Foto 19 - Quadrícula C2d5 (poço teste). Pode ser observada a presença dos sedimentos referentes à camada I (porção superior, mais escura) e à camada II (porção inferior, mais clara), o que caracteriza uma alteração estratigráfica de origem antrópica nessa parte do solo. Os fragmentos evidenciados na camada II são de faianças finas típicas do século XIX.

Foto 20 - Abertura da área de maior potencial arqueológico detectada. Na quadrícula superior da esquerda aparece o cano de plástico. Para abrir essa área foi necessário avançar em direção ao calçamento de paralelepípedos, como pode ser observado na foto.

Foto 21 - Principal área de deposição de refugo escavada, totalizando 22m².

No decurso da escavação não foi encontrado nenhum ponto com deposição de refugio primário. O material recuperado no contexto arqueológico foi, em sua grande

Figura 7 - Planta da principal área escavada



maioria, utilizado dentro da residência e descartado no pátio, próximo da edificação, caracterizando-se, por conseguinte, como refugio secundário (foto 22). Pôde ser observado, em muitas quadrículas que foram abertas, a presença, na camada I, de material arqueológico misturado com material mais recente. Esse material arqueológico corresponde àquele encontrado na camada II. Trata-se, por conseguinte, de acordo com South (op. cit.:297), de uma categoria de refugio designada por refugio deslocado, a qual engloba todo o material que, seja por força de agentes naturais ou pela atividade cultural,

foi afastado de sua posição original. No caso do solar, a ação antrópica (atividade cultural) foi a principal responsável por esse deslocamento de material, através da já referida abertura de buracos na camada arqueológica (camada II) para a instalação de canos e a deposição de lixo recente. Esse revolvimento do solo levou a um espalhamento do material arqueológico, misturando-o com o material recente da camada superior.

Deve ser lembrado, no entanto, que os fatores pós-deposicionais que levaram a essa aparente desorganização de uma parcela do registro arqueológico fazem também parte da história desse sítio, indicando a diacronia e a natureza distinta de suas ocupações. Assim, essa aparente desorganização, que forneceu a diversos pontos escavados o rótulo de “perturbados”, indica, como bem observa Binford (citado em Honerkamp & Fairbanks, 1984), um uso intenso desse local no passado.

Foi possível, com base nos fragmentos de louça passíveis de identificação, datar a formação da camada II deste sítio entre 1840 e 1897. Para tanto considerou-se a data inicial de acumulação do depósito arqueológico como referente ao tipo de louça cujo término de produção foi o mais recuado da amostra, como pode ser observado no gráfico de barras que representa o intervalo de produção de todas as louças que foram datadas (figura 8). Dois tipos de louça apresentaram como término o ano de 1840: a *Shell Edged* verde (1780-1840) e a *Dipped Ware* padrão *Wave* (1790-1840). Como data terminal foi considerado o ano de produção inicial da louça mais tardia exumada nesta camada, um fragmento branco com a marca holandesa *Société Céramique Maastricht* que começou a ser produzida em 1887⁵². A fim de trabalhar com um período mais confiável foi acrescido 10 anos a esta data, como prazo máximo referente ao intervalo entre a manufatura e a deposição desta louça no registro arqueológico, um procedimento que é geralmente adotado pelos pesquisadores que trabalham com este tipo de material (ver Wall, 1994:198-190). As barras verticais da figura 8 delimitam, portanto, o período de acumulação da amostra referente à camada II. A lógica deste gráfico, proposto por South (1972), é que todos os tipos passíveis de datação são enquadrados

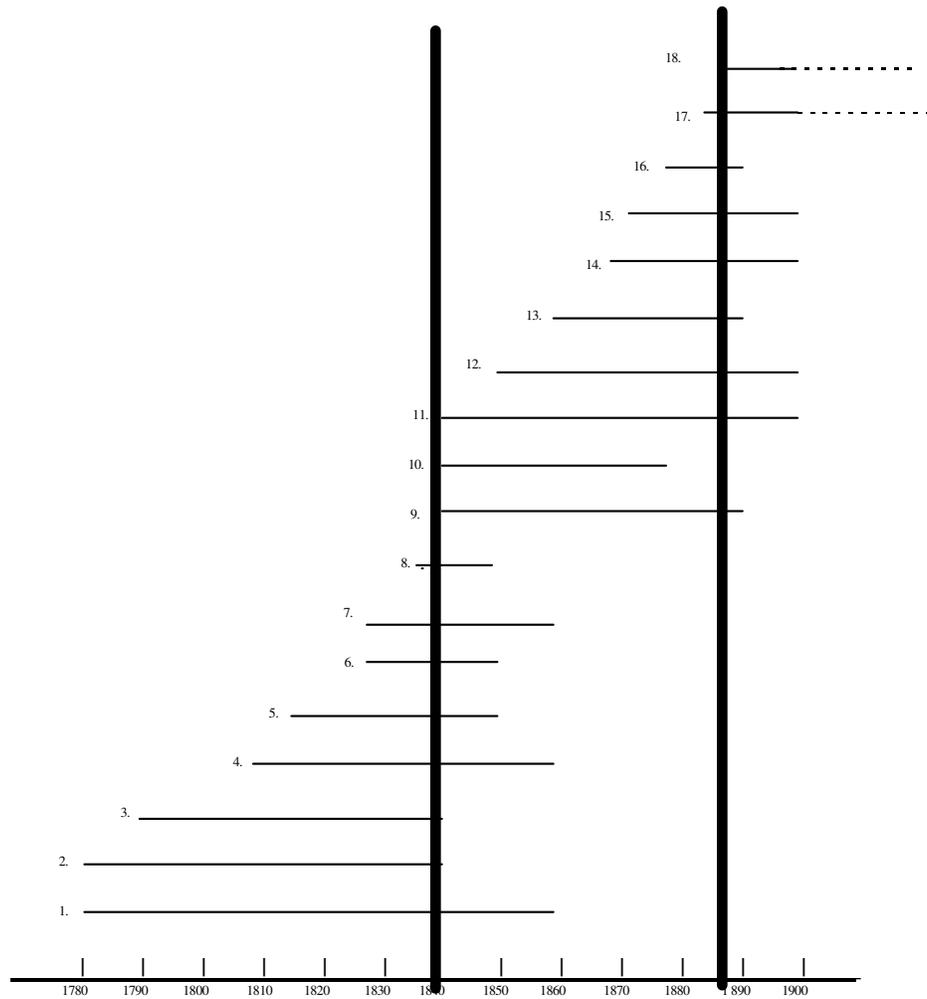
⁵²No capítulo 4 serão fornecidas informações mais detalhadas sobre todas as louças aqui citadas.

no espaço delimitado pelas duas barras verticais. Considerando que, de acordo com as referências já citadas no capítulo anterior, o solar foi construído entre 1845 e 1855,

Foto 22 - Material arqueológico evidenciado na camada II da principal área escavada. A quadrícula inferior apresenta uma concentração de ossos, aglutinados pelo sedimento argiloso. Na quadrícula superior a peça em questão é uma garrafa, quase inteira, de óleo de fígado, procedente dos Estados Unidos.

FIGURA 8

GRÁFICO DE BARRAS



- 1- *Shell Edged* azul inciso (1780-1860)
- 2- *Shell Edged* verde inciso (1780-1840)
- 3- *Dipped Ware*, padrão *Wave* (1790-1840)
- 4- *Peasant Style* azul (1810-1860)
- 5- Padrão Oriental (1815-50)
- 6- *Transfer-printed verde, rosa e marron*(1828-1850)
- 7- *Transfer-printed preto*(1830-1860)
- 8- Borrão Azul,*Early* (1835-1850)
- 9- *Willow Pattern*, fabricante Baker & Co(1839-1893)

- 10- *Spatterware* (1840-1850)
- 11- *Blue Banded* (1840-1900)
- 12- Borrão Azul, outros(1850-1900)
- 13- *Shell Edged* azul, pintado (1860-1890)
- 14- Carimbada(1870-1900)
- 15- Faixas e frisos (1875-1900)
- 16- Branca, marca *Adams* (1879-1891)
- 17- Decalcomania (a partir de 1885)
- 18- Branca, marca *Société Céramique Maastricht*(a partir de 1887)

verifica-se que há uma forte aproximação entre a data inicial de ocupação deste sítio fornecida pelas fontes documentais e aquela obtida pela arqueologia.

Pode ser considerado, por conseguinte, que o início de formação da camada I é posterior a 1887. Embora não seja possível utilizar para esta camada o princípio do *terminus post-quem*⁵³ (o limite depois do qual), devido aos já citados revolvimentos do solo que inseriram material da camada II neste estrato superior, foi nele verificada a presença de um tipo de louça que começou a ser produzido em 1890 (faiança-fina branca, inglesa, marca *J & G Meakin*) a qual está completamente ausente da camada II. Estes fragmentos fornecem, portanto, para a camada II um *terminus ante-quem*⁵⁴ (o limite antes do qual). Esta data, assim, está bastante próxima daquela obtida para o final da acumulação da amostra da camada II através do diagrama de barras de South e, ao mesmo tempo que atua como um marcador cronológico final da camada arqueológica do século XIX, aponta uma data inicial para a formação do estrato superior. Logicamente, seria por demais arbitrário estabelecer uma data limite exata entre as duas camadas, posto que os sedimentos que as compõem foram naturalmente depositados, não constituindo, portanto, aterros. Com base nos dados expostos acima o que pode ser assumido é que a década de 1890 marcou o início da formação da camada I.

Os dados referentes à frequência do material das tradagens foram trabalhados utilizando um programa estatístico para ambiente gráfico. Este programa é baseado num método de interpolação linear que estabelece curvas de nível considerando o número de elementos presentes em cada unidade espacialmente delimitada (no caso em questão as tradagens e as quadrículas da principal área escavada), fornecendo, assim, um mapa de densidade do material no sítio arqueológico pesquisado. Como já discutido, para aplicar este programa às tradagens partiu-se da premissa de que cada uma delas representava o centro de uma quadra de 4m², constituindo, assim, uma estratégia de amostragem sistemática geométrica. Foi possível trabalhar, desse modo, a espacialidade das evidências arqueológicas numa escala bem mais ampla que aquela da escavação.

⁵³ O princípio do *terminus post-quem* (o limite depois do qual), consiste em considerar o ano inicial do artefato de produção mais antiga presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito arqueológico (Deetz, 1977:16).

⁵⁴ Gênero de datação que consiste em atribuir ao depósito arqueológico uma data terminal baseada na ausência de artefatos típicos de uma época posterior aqueles encontrados (Deetz, 1977:16-17).

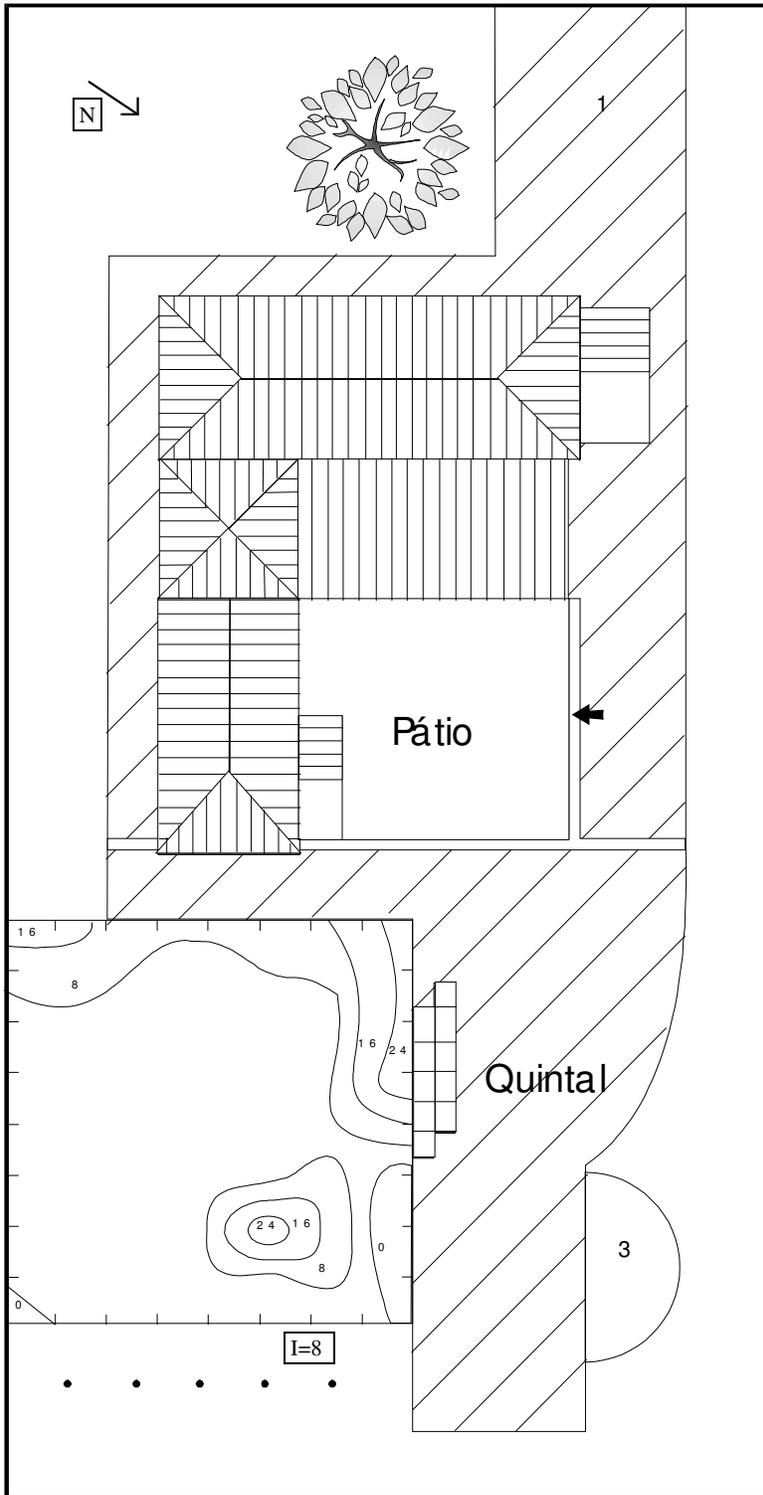
O mapa de densidade da camada II, realizado com os dados das tradagens, pode ser observado na planta 3. A configuração obtida é bastante interessante pois indica a presença de dois pontos preferenciais de deposição de refugo nesta área. O primeiro ponto está localizado próximo da estrutura de habitação e demonstra que, durante o século XIX, o lixo produzido pelos ocupantes do solar estava sendo depositado adjacente a esta residência. Pode ser observado que houve uma maior intensidade de deposição na área representada pela porção direita superior deste mapa, que corresponde à principal área escavada. O segundo ponto de concentração de refugo, referente a um buraco de lixo, localizado na porção inferior direita do mapa, situa-se em uma área não só mais distante da estrutura de habitação, mas também mais limitada espacialmente.

O espaço mais amplo deste mapa apresentou uma menor densidade de material que variou entre zero e oito artefatos por tradagem executada. Constata-se, assim, que houve uma ampla dispersão das evidências arqueológicas no terreno do solar, ocorrendo, porém, uma maior densidade em pontos definidos, o que indica que, embora o refugo doméstico estivesse sendo aleatoriamente depositado no terreno, houve dois pontos preferenciais para seu despejo, que podem ser caracterizados como lixeiras. O material arqueológico que foi aleatoriamente despejado apresenta-se, em todos os casos, em fragmentos minúsculos, o que indica que, após a deposição, esses objetos possivelmente foram pisoteados por pessoas e animais. Já a amostra recuperada nos pontos de maior densidade caracteriza-se por uma maior proporção de fragmentos grandes que, em alguns casos, recompõem peças quase inteiras. Essas evidências indicam que tais pontos serviram exclusivamente para a deposição de lixo, provavelmente não ocorrendo neles outras atividades, nem sendo locais de trânsito contínuo dos ocupantes do solar.

O caráter de deposição secundária dessas evidências já foi discutido. Há, no entanto, duas categorias de refugo secundário: refugo secundário adjacente e refugo secundário periférico (South, 1977). Na primeira categoria enquadra-se o material que é descartado próximo às estruturas de habitação de um sítio, caso que está bem caracterizado neste sítio pelas curvas de nível da porção superior da planta 3, as quais

também enquadram a principal área que foi escavada. Como refugio secundário periférico classifica-

PLANTA 3

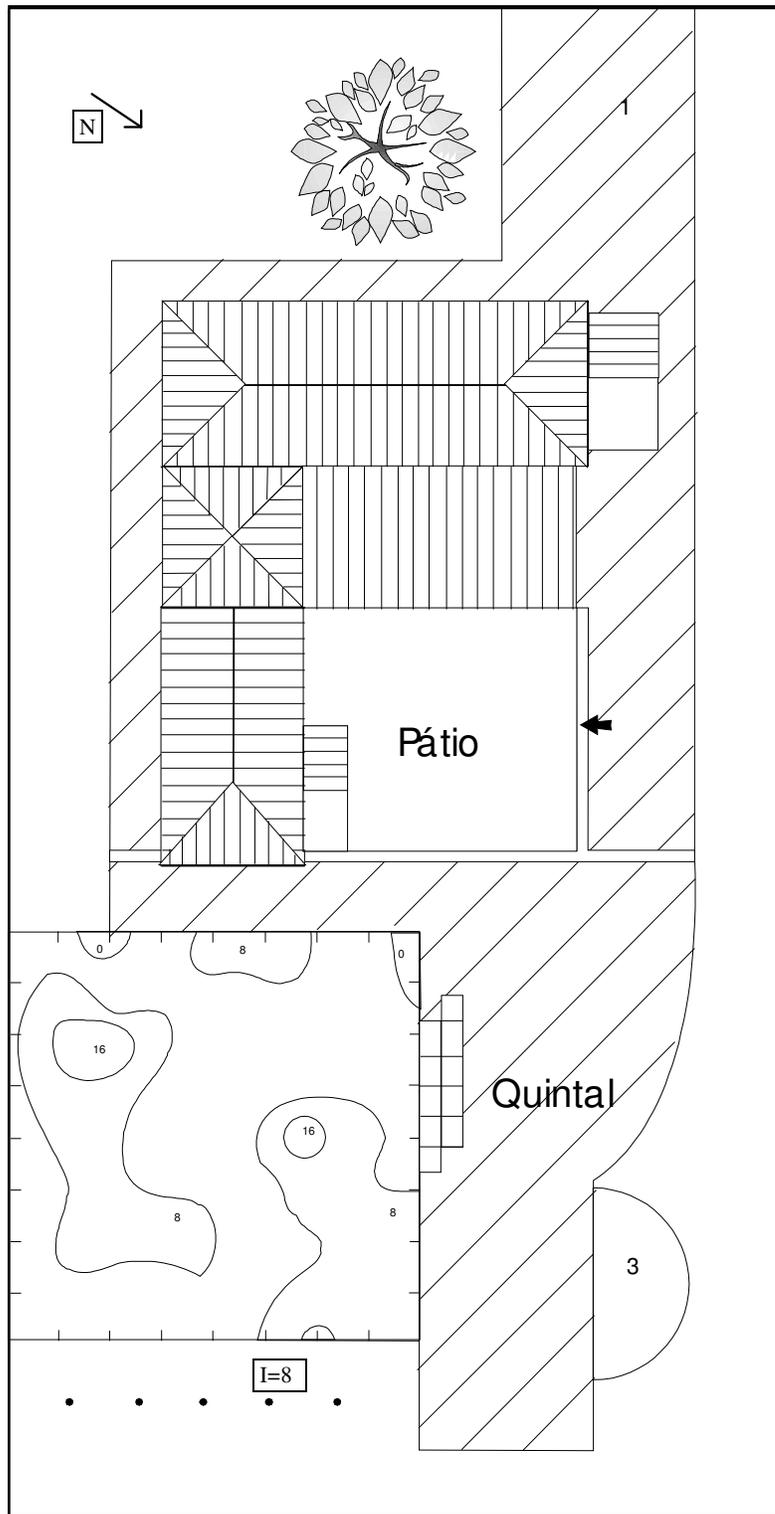


se todo o material que foi depositado em locais distantes dessas estruturas, caso das curvas de nível situadas na porção inferior direita desta planta, que são referentes a um buraco de lixo. South (op. cit.:179) observa que o refugio secundário adjacente é caracterizado por uma baixa proporção de ossos, os quais, por sua vez, ocorrem em grandes quantidades nos depósitos de refugio secundário periférico. No caso do Solar Lopo Gonçalves, porém, os ossos constituíram o material mais abundante encontrado no registro arqueológico e, conseqüentemente, na área adjacente ao solar (foto 22). Logicamente, a prática de descartar o material ósseo, assim como os demais restos de alimentação, em locais distantes da casa está relacionada a questões óbvias de higiene doméstica. Para o solar, essas evidências indicam que os seus ocupantes não estavam preocupados com tais concepções de higiene, apesar dos maus odores gerados e de toda a sorte de insetos, como moscas e baratas, e de animais, como ratos, que a deposição desse material pudesse atrair para o ambiente doméstico.

O buraco de lixo, ponto de deposição de refugio secundário periférico, no entanto, caracterizou-se por uma altíssima incidência de ossos, enquanto as demais evidências materiais, como louças, vidros e ferro, estiveram quase que completamente ausentes. Só foram exumados dois fragmentos de louça, grandes, de um tipo (*ironstone* branco sem decoração) que, como será visto no próximo capítulo, embora tenha como começo de produção a década de 1850, adquiriu popularidade somente após 1870 (Majewski & O'Brien, 1987:120). É provável, portanto, que este ponto de deposição de refugio esteja relacionado à segunda ocupação do solar. Esta área não chegou, contudo, a ser escavada, devido às limitações de tempo e pessoal.

A planta 4 representa o mapa de densidade das tradagens referentes à camada I. Esta configuração indica que, durante o século XX, mudaram os pontos preferenciais de descarte de refugio neste terreno. Já não se observa, neste mapa, uma alta freqüência de material espalhado próximo à estrutura de habitação, como ocorreu no caso anterior.

PLANTA 4

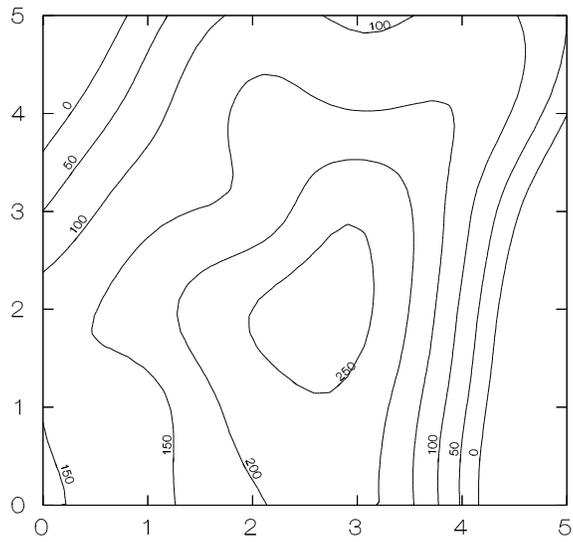


Houve, pelo contrário, uma maior tendência em acumular o refugo doméstico em buracos, caso dos dois bolsões delineados no mapa. Durante as escavações foram detectados outros buracos de lixo referentes ao século XX, como já foi exposto acima. Essas evidências demonstram que, neste século, houve uma mudança nas práticas de descarte de refugo dos ocupantes do solar. Enquanto no século anterior ele estava sendo depositado em áreas abertas próximas à casa, já no começo deste houve uma maior preocupação em enterrá-lo. Assim, uma tendência que, neste sítio, foi provavelmente iniciada nas últimas décadas do século XIX, como atesta o buraco de lixo periférico da planta 3, consolidou-se no século XX.

Esta preocupação com o enterramento do lixo demonstra que novos preceitos de higiene e salubridade foram adotados pelos ocupantes do solar no começo deste século, época em que a Cidade Baixa já estava completamente urbanizada. Como observa Géa (op. cit.:140-143) as preocupações com a higiene, por parte do governo municipal, se acentuaram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, com regulamentos determinando dimensões mínimas dos poços e pátios de ventilação das residências construídas a partir de então, bem como mudanças no planejamento urbano, como limites mínimos de largura para as ruas, a fim de obter ambientes mais higiênicos e, portanto, de maior salubridade nas habitações. Tais preceitos de higiene também se estenderam ao lixo doméstico, pois, como nota Monteiro (op. cit.:106), houve uma preocupação por parte do governo municipal, na virada do século, em erradicar o problema da deposição de refugo nos pátios, principalmente na área sub-urbana. As evidências arqueológicas indicam, no entanto, que os ocupantes do solar não se preocuparam em seguir tais imposições, de modo que a prática de descarte de lixo em seu pátio adentrou as primeiras décadas do século XX, ainda que este não mais se mantivesse exposto no terreno, mas depositado em buracos que o ocultavam da vista e de uma possível fiscalização.

O mesmo método de interpolação linear foi aplicado à camada II da principal área escavada, visando determinar os pontos de maior densidade de material dentro dela. A figura 9 representa a densidade total de material desta área. Observa-se que o ponto central foi o mais visado para a deposição do refugo doméstico.

FIGURA 9 - DENSIDADE TOTAL DE ARTEFATOS - CAMADA II



escala 1-75

I = 50
N ↗

FIGURA 10 - DENSIDADE DA LOUÇA - CAMADA II

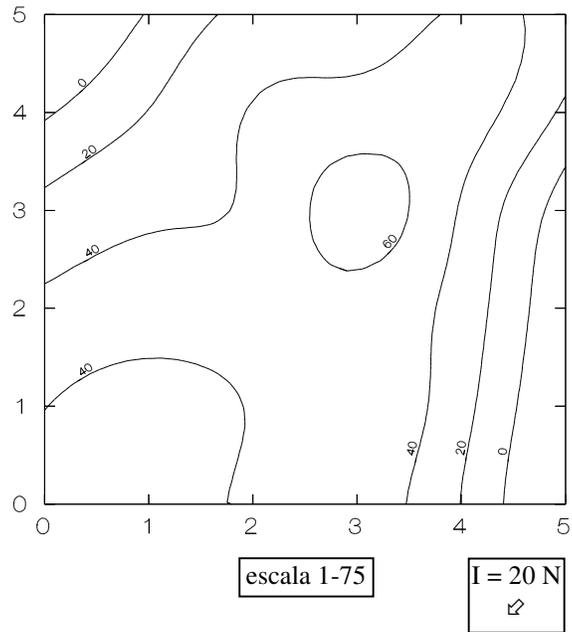


FIGURA 11 - DENSIDADE DO VIDRO - CAMADA II

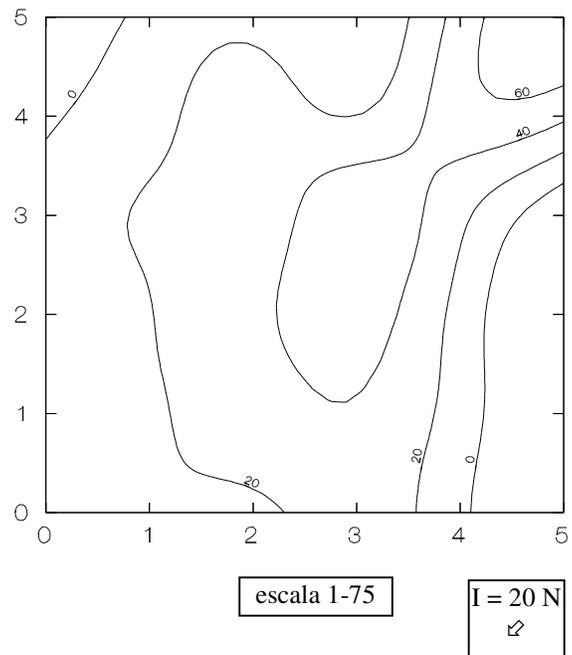


FIGURA 12 - DENSIDADE DOS OSSOS - CAMADA II

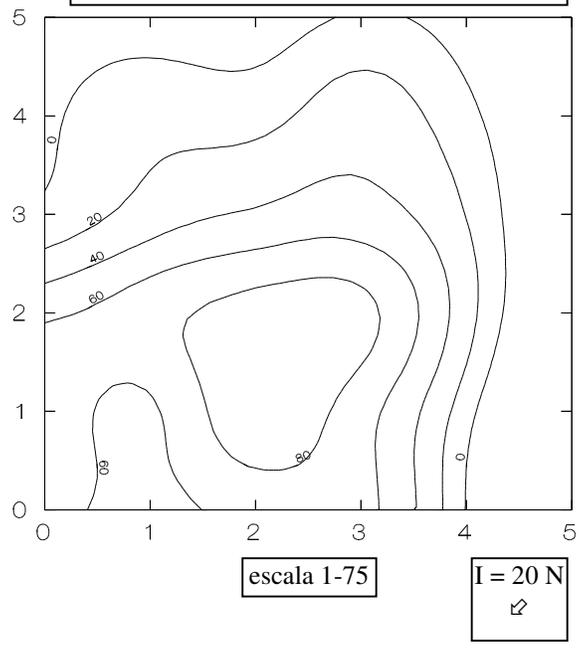
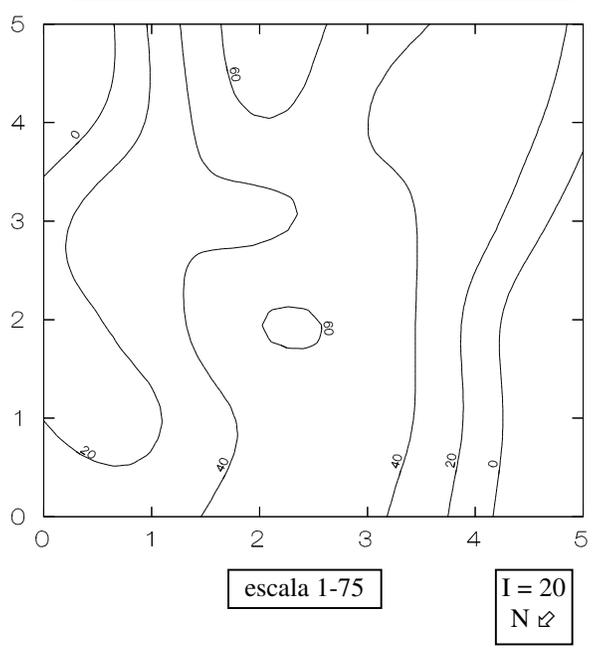


FIGURA 13 - DENSIDADE DO FERRO - CAMADA II

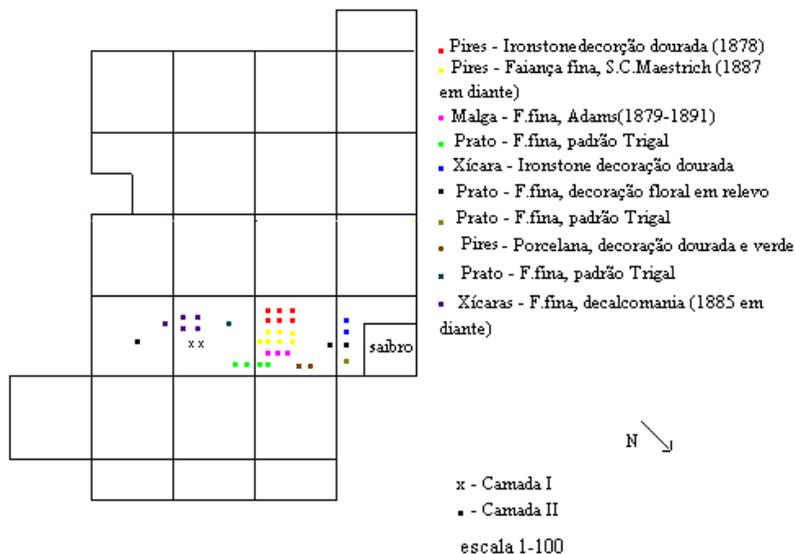


A fim de verificar se houve um comportamento de descarte diferenciado de acordo com o tipo de material que era depositado foram feitos mapas representando a distribuição das categorias louça, vidro, ossos e ferro (figuras 10, 11, 12 e 13).

Ao comparar os mapas referentes ao vidro, louça e ossos nota-se que houve uma variação no local de maior densidade de cada categoria material, localizando-se o ponto principal do vidro no canto superior à direita do mapa, o da louça logo mais abaixo e o dos ossos tendendo mais para o canto inferior esquerdo. Os três pontos em questão, no entanto, apontam para uma distribuição em diagonal das evidências dentro desta área. A configuração do ferro, por outro lado, apresentou uma situação menos definida, a qual pode ser explicada considerando a funcionalidade desses objetos. Enquanto as três primeiras categorias estão sobretudo relacionadas à alimentação, seja seu preparo, estoque ou consumo, esta última é referente principalmente a materiais construtivos, como cravos, parafusos, espelhos de fechadura etc., os quais estavam, em sua maioria, associados a materiais orgânicos, como móveis de madeira, representando, portanto, vestígios de objetos que dificilmente são recuperados em sítios arqueológicos.

A fim de trabalhar mais detalhadamente a espacialidade da louça dentro desta área, os fragmentos recuperados referentes ao século XIX, após terem sido separados por tipo de pasta e decoração, foram agrupados, segundo sua referência espacial e estratigráfica (quadrícula e camada), em plantas, visando verificar, por um lado, a distribuição daqueles que reconstituíram peças e, por outro, se as referências cronológicas das peças passíveis de datação poderiam indicar pontos de deposição que foram utilizados em intervalos mais

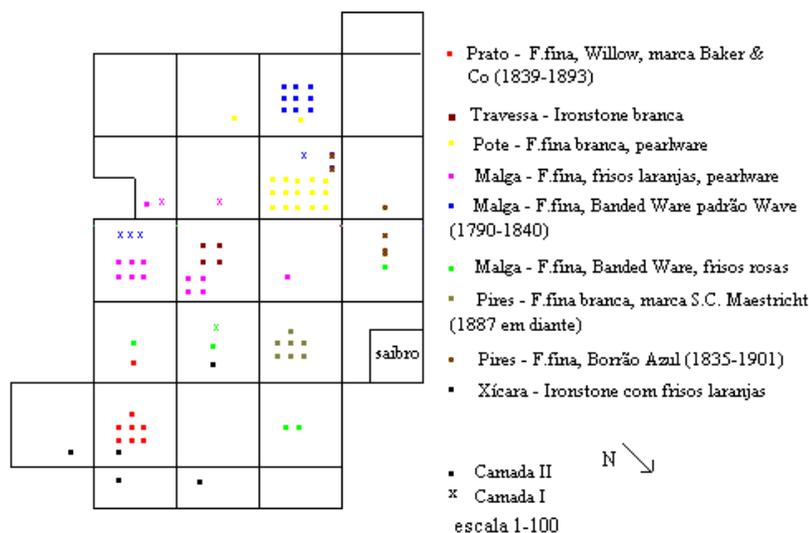
**FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DE
FRAGMENTOS POSTERIORES A
1877**



estritos que o de formação do depósito arqueológico. Este procedimento permitiu detectar um espaço nessa área que foi de deposição preferencial de refugo durante o último quartel do século XIX, conforme pode ser observado na quarta linha de quadrículas horizontais da figura 14. Todos os fragmentos passíveis de datação presentes nesse agrupamento são posteriores a 1877, pois a louça mais antiga nele encontrada tem como data de produção o ano de 1878. Assim, foi possível datar mesmo os fragmentos que não apresentaram referências cronológicas neste agrupamento, por estarem situados no mesmo contexto de deposição das peças datáveis. A deposição preferencial de refugo neste espaço não impediu, porém, que o material referente a este período fosse também depositado, embora de forma mais aleatória, em outros pontos da área escavada.

A distribuição dos fragmentos das principais peças reconstituídas pode ser visualizada na figura 15. Observa-se que, na maioria dos casos, os fragmentos referentes a uma mesma peça se mantiveram agrupados na mesma quadrícula ou localizados em

FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS QUE RECOMPÕEM PEÇAS

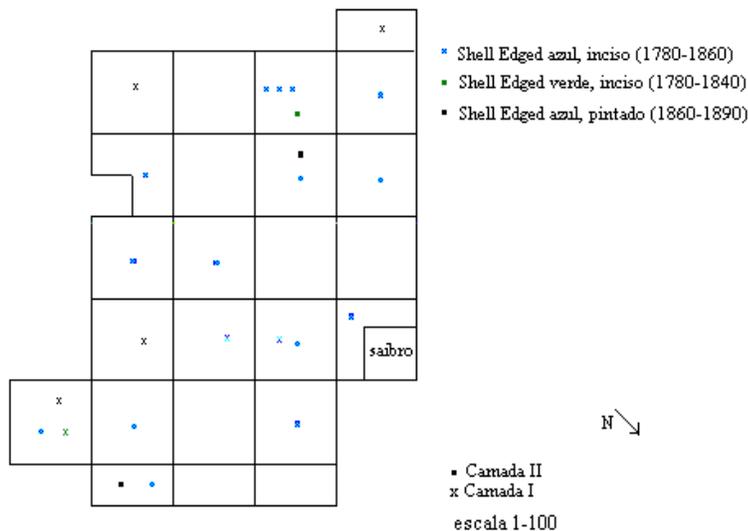


quadrículas próximas, o que indica que, após o descarte, o lixo depositado nesta área, apesar de não ser enterrado, não sofreu ações de espalhamento ou revolvimento que fossem significativas. Essas evidências demonstram que esta área, apesar de se localizar próxima da estrutura de habitação, não foi utilizada nem para o trânsito dos ocupantes do solar nem para qualquer outra atividade, com exceção do descarte de lixo. É interessante notar que, em algumas das situações de refugio deslocado, se manteve uma aproximação entre os fragmentos da camada I e aqueles aos quais eles correspondem da camada II, demonstrando uma baixa intensidade de revolvimento do estrato arqueológico.

Por outro lado, ao mesmo tempo que ocorre este agrupamento dos fragmentos referentes a uma mesma peça, observa-se também uma dispersão daqueles que apresentam o mesmo padrão decorativo, mas são referentes a peças distintas, como pode ser observado

na figura 16, na qual estão representados todos os fragmentos do padrão *Shell Edged*. Esta dispersão demonstra que, apesar do já referido espaço de deposição preferencial do último quartel do século XIX, houve uma predominância do descarte aleatório do lixo dentro desta área.

FIGURA 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS DE SHELL EDGED



A aplicação do método de interpolação linear à principal área escavada serviu para indicar seus pontos de maior densidade de material, mas abrangeu somente uma pequena extensão de 22m². A fim de realizar uma análise espacial numa escala mais ampla foram utilizados os dados quantitativos das tradagens, que abrangeram uma área de 216m², suficientemente extensa, portanto, para fornecer informações mais detalhadas sobre a espacialidade das evidências arqueológicas neste sítio e, conseqüentemente, sobre as práticas de deposição de refugio de seus ocupantes. Tais informações não seriam obtidas se o trabalho de campo tivesse sido limitado somente às quadrículas que foram abertas. Deve ser lembrado, porém, que as configurações representadas nos mapas referentes às tradagens são o resultado do emprego de uma estratégia de amostragem e, como tais, constituem somente um modelo da distribuição de material nesta área. Uma premissa mantida nos estudos de amostragem é que, quanto maior a amostra, maior a

confiabilidade dos resultados obtidos (Redman, op. cit.). Assim, uma forma de aumentar a confiabilidade do método que foi empregado neste trabalho poderia ser através da diminuição da distância entre os pontos tradados, de 2 em 2 metros para, por exemplo, 1 em 1 metro. Outra forma seria através da abertura de quadrículas de 1m² localizadas em pontos eqüidistantes. Em condições ideais de trabalho, contando com uma uma boa disponibilidade de tempo, pessoal e verbas, a aplicabilidade deste método poderia ser confirmada pela realização de uma escavação em superfície ampla, que cobrisse toda a área amostrada, a fim de confrontar os resultados assim obtidos com aqueles fornecidos pelas tradagens.

Agora que já foram fornecidas as informações cronológicas e espaciais sobre a situação do material arqueológico resgatado, bem como discutidas as principais práticas de sua deposição no pátio do solar, é o momento de abandonar este espaço e penetrar novamente no ambiente doméstico, buscando, através da análise desses elementos semifixos, obter informações sobre o contexto sistêmico do qual eles participaram, e no qual eles cumpriram funções que, muitas vezes, estavam além de sua simples utilidade.

CAPÍTULO IV

AS LOUÇAS DO SOLAR LOPO GONÇALVES

Os fragmentos de louça estão entre os principais vestígios exumados de sítios históricos. Devido à sua grande quantidade, diversidade de formas, decorações e pastas, este material apresenta um enorme potencial interpretativo que vêm sendo explorado por arqueólogos de diferentes orientações teóricas. Questões relacionadas a *status* sócio-econômico, hábitos alimentares, etnicidade, gênero e conteúdo simbólico desses objetos têm sido uma constante na literatura especializada, sobretudo norte-americana. Neste capítulo as louças serão abordadas privilegiando-se uma estrutura de comportamento de consumo, a qual, como assevera Spencer-Wood (op. cit:03), “...inclui variáveis comportamentais ao lado de *status* sócio-econômico que, em algumas situações, explicam os desvios das relações esperadas entre os padrões encontrados nos dados arqueológicos e as indicações documentais de *status* sócio-econômico”.

As fontes documentais pesquisadas forneceram, dentre outros dados, informações sobre a condição econômica das duas famílias que ocuparam o solar no século XIX. Seguindo as proposições de Praetzellis et alii (op. cit.), tentou-se, a partir da pesquisa de inventários *post-mortem* levantados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, esboçar um quadro do comportamento de consumo do grupo social ao qual pertenceram Lopo Gonçalves e seu sobrinho Joaquim Gonçalves (capítulo II). A amostra de louças referente a cada ocupação foi confrontada com este quadro fornecido pelas fontes documentais, a fim de verificar se tais itens materiais estavam ou não refletindo a condição econômica e, por conseguinte, a filiação social de seus usuários. Esta amostra foi trabalhada considerando três variáveis: sua quantidade, qualidade e variedade de formas. As peças atribuídas a cada ocupação foram comparadas a partir dessas variáveis, buscando detectar mudanças nas escolhas de consumo que pudessem indicar transformações no comportamento dos ocupantes desse sítio entre a metade e o final do século XIX.

A amostra de louças recuperada do Solar Lopo Gonçalves foi classificada considerando os seguintes atributos: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor, e, quando identificado na literatura especializada, padrão decorativo. Todos esses atributos fornecem indicações referentes ao período de fabricação das peças, de modo que é possível obter cronologias mais apuradas combinando-os, do que considerando somente cada um isoladamente, como, por exemplo, o padrão decorativo ou o tipo de esmalte utilizado. As louças foram agrupadas, de acordo com a pasta, em três classes: faiança fina, *ironstone*, e porcelana.

A faiança fina é uma louça com a pasta permeável, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para se tornar impermeável a líquidos, deve ser coberta com um esmalte (Worthy, 1982:334). Sua temperatura de queima varia entre 600°C e 1150°C (ibidem). Foi a classe de louça doméstica mais popular no Brasil do século passado. Esse produto começou a ser despejado em larga escala no mercado brasileiro, sobretudo pela Inglaterra, após a abertura dos portos (1808). Ele logo substituiu a faiança portuguesa, de feição grosseira, que tinha sido, até então, a louça de uso predominante. As razões pela qual dominou tão rapidamente o mercado relacionam-se à sua qualidade superior, à variedade de padrões decorativos, que iam da *chinoiserie* (louças com decorações de inspiração oriental) a cenas bucólicas de paisagens inglesas, e ao seu preço acessível à população de médio poder aquisitivo (Lima et al., 1989a:208). Esta louça surgiu na segunda metade do século XVIII, resultante de uma revolução na indústria cerâmica inglesa. Neste período, os oleiros ingleses começaram a introduzir novos elementos na pasta da faiança clássica, num esforço para alcançar a porcelana no Ocidente. Assim, foram acrescentados elementos como sílex calcinado, caolim, cal, ossos calcinados e giz. O esmalte também foi melhorado, com a substituição do até então vigente sal marinho pelo óxido de chumbo (Brancante, 1981; Hume, 1991; Miller, 1980). Em 1750, foi abandonado o sistema de torno, substituído por moldes, e em 1770 a técnica de impressão conhecida por *transfer-printing* começou a ser aplicada, possibilitando a produção de louças decoradas sem a necessidade de pintá-las à mão (Schálvezon, 1991:37). Tais melhoramentos possibilitaram a fabricação em massa desse produto, e, conseqüentemente, a sua dispersão mundial.

O *Ironstone* é uma louça semi-vítrea, de dureza intermediária entre a faiança fina e a porcelana, que começou a ser produzida na Inglaterra no começo do século XIX (Majewski & O'Brien, 1987:120). Já a porcelana é uma louça branca, vitrificada e translúcida, descoberta na China durante a dinastia Tang (618-906 d.C.) (Brancante, 1981:156), cuja alta temperatura de queima, entre 1300°C e 1450°C elimina o limite entre a pasta e o esmalte (Worthy, op. cit.:337).

O valor das faianças finas variava, segundo Miller (1980), em função da complexidade da técnica de aplicação da decoração. Esta constatação, baseada na pesquisa de listas de preços dos fabricantes de Staffordshire, Inglaterra, para o período entre 1796 e 1855, permitiu ao referido autor desenvolver uma escala econômica para as faianças finas referentes à primeira metade do século XIX. Miller observou que, durante todo este período, a louça designada como “cream colored ware” (branca, sem decoração) se manteve num preço estável como a mais barata faiança fina comercializada. Esta estabilidade permitiu ao autor organizar o valor dos tipos decorados em relação ao valor da “creamware” para os anos indicados nas listas por ele pesquisadas. Baseado, portanto, no atributo decoração, Miller verificou que essas louças podiam ser divididas nos seguintes grupos, referentes a níveis distintos de preços:

Primeiro ou mais baixo nível: as louças brancas sem decoração.

Segundo nível: louças decoradas de forma simples, que exigia pouca perícia, tais como *shell edged*, *spongeware* e *banded ware*.

Terceiro nível: louças pintadas a mão com motivos como flores, folhas, paisagens chinesas estilizadas e padrões geométricos.

Quarto nível: as louças decoradas pela técnica de decoração conhecida por *transfer-printing*.

Não será necessário aqui entrar em detalhes sobre o método quantitativo proposto por Miller para verificar o “valor” de uma amostra, o qual já foi testado, com bons resultados, por diversos pesquisadores em contextos norte-americanos. É de importância, porém, verificar a validade desta escala para contextos brasileiros, a qual parece viável, devido ao amplo consumo da louça inglesa no nosso país durante a maior parte do século XIX. Um passo inicial seria a pesquisa de listagens de preços de lojas de louças, cujas

denominações êmicas para os diversos tipos decorados pudessem ser relacionadas ao material resgatado de sítios históricos. Neste trabalho é feita uma primeira tentativa nesse sentido, a partir dos inventários *post-mortem* pesquisados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Foram levantadas informações referentes a listagens de lojas de louças, encontradas nos inventários de seus proprietários, listas de contas de proprietários de tavernas nesses estabelecimentos, e a presença desses objetos em diversos arrolamentos de itens domésticos, presentes nas residências que estavam sendo inventariadas. Todas essas listagens forneceram avaliações dos objetos em questão, e, apesar de em muitos casos não ter existido preocupação com a sua descrição, foi comum a distinção em termos de pasta e, em alguns casos, decoração.

Pelo fato do sítio pesquisado ser posterior ao período abordado por Miller, foram enfatizados documentos posteriores a 1850. As faianças finas neles descritas foram comparadas com os níveis de preços propostos por este autor, verificando-se que a técnica de aplicação da decoração continuou sendo o fator de peso na avaliação dessas louças durante a segunda metade do século XIX. Assim, os níveis propostos por Miller, aliados às informações obtidas nos inventários pesquisados, permearão a maior parte desta análise.

Visando trabalhar a forma e função deste material a amostra foi quantificada por fragmentos e pelo número mínimo de peças (NMP). O NMP, como o próprio nome indica, é utilizado para determinar a quantidade mínima de peças presentes em uma amostra. Para realizar esta quantificação é necessário, em primeiro lugar, familiaridade com o tipo de material que está sendo trabalhado, pois, muitas vezes, uma peça pode estar representada por apenas um fragmento. Lima (1989b:89) destaca as seguintes variáveis que devem ser consideradas para se efetuar uma quantificação por peças: características do relevo da louça; espessura do caco, considerando-se sua posição na peça (bordas, base, fundos, etc.); tipo, tonalidade e concentração do pigmento utilizado; maior ou menor regularidade na distribuição de elementos decorativos; maior ou menor apuro na aplicação de decalques; tipo de glasura utilizada, etc. Para ser confiável, esta quantificação só deve ser realizada depois de esgotadas todas as possibilidades de restauração da amostra.

Abaixo segue a relação das louças do Solar Lopo Gonçalves que foram analisadas, ordenadas de acordo com as três categorias citadas.

I- FAIANÇA FINA

1- *Royal Rim Pattern, creamware* (foto 23): faiança fina típica da segunda metade do século XVIII (Noel-Hume, 1991), ainda que já tenha sido encontrada em contextos datados para 1820, em sítios militares do Canadá (Sussman, 1978). As bordas das peças desse padrão, mais comumente relacionado a pratos e travessas, são onduladas. Seu esmalte apresenta uma coloração amarelada, sendo, por isso, designada por *creamware*. As louças com esse esmalte foram tão populares nos EUA no final do século XVIII que caracterizaram um horizonte arqueológico, o “Creamware Horizon” (Deetz, 1977; South, 1977). Noël-Hume (op. cit.:123), a considera como o mais importante desenvolvimento da indústria britânica no século XVIII. Devido ao seu preço acessível, esta louça substituiu os utensílios de mesa de estanho, até então dominantes (Lima, no prelo: 34). No começo do século XIX, ela foi superada pela *pearlware*, faiança fina que começou a ser fabricada em 1780, cujo esmalte apresenta uma coloração levemente azulada, devido ao acréscimo de óxido de cobalto, produzida para competir com a porcelana chinesa (Majewski & O’Brian, op. cit.). Ainda assim, a produção da *creamware* foi mantida, embora limitada a formas relacionadas à higiene pessoal, tais como bacias e urinóis (Miller, 1980). Há na amostra apenas um fragmento do *Royal Rim Pattern* em *creamware*, referente a uma travessa. A peça em questão, portanto, é anterior à construção do solar, estando relacionada à ocupação de Lopo Gonçalves.

2- *Royal Rim Pattern*, esbranquiçada: apresenta as mesmas características da peça descrita acima, porém seu esmalte tem uma tonalidade mais esbranquiçada, que não corresponde aquela típica da *creamware* descrita na literatura especializada. Por imitarem um padrão decorativo característico da *creamware*, essas louças podem ser atribuídas à primeira metade do século XIX. Há 4 fragmentos, representando 3 pratos cuja categoria

(raso ou fundo) não foi possível identificar devido às dimensões reduzidas desses fragmentos.

3- *Shell Edged Pattern* azul, inciso (*Blue Edged*, foto 24): outro padrão cuja origem remonta ao século XVIII. Foi uma das primeiras decorações utilizadas na variedade de faiança fina conhecida por *pearlware*, na década de 1780 (Majewski & O'Brien, op. cit.: 148; Sussman, 1977:106). É um padrão que apresenta a borda moldada e com suaves incisões, estando a decoração pintada limitada a um friso ao redor da borda. Há vários estilos de decoração, os quais podem estar relacionados tanto a diferentes momentos de produção quanto a fabricantes distintos (Sussman, 1977). Embora a decoração em azul seja a predominante, existem ainda variedades nas cores verde, rosa, castanho e púrpura (Majewski & O'Brien, op. cit.:149). Miller (1980) observa que, durante a primeira metade do século XIX, esta foi a variedade mais barata de louça decorada. Devido ao seu baixo custo, este padrão foi tão amplamente consumido que, na década de 1850, seu preço estava se aproximando do da louça branca sem decoração, a variedade mais barata de faiança fina. Isto fez com que sua produção fosse abruptamente interrompida, justamente quando estava no seu auge de consumo (ibidem). A presença constante dessa louça em sítios históricos do século XIX no Brasil (Lima, 1989a; 1989b; no prelo; Fossari, 1992; Araujo e Carvalho, 1993; Albuquerque e Velozo, 1993; Carle, 1995; Jacobus, 1996; Barros, 1996) aponta para seu amplo consumo também em nosso país. Nas listagens de lojas de louças presentes nos inventários pesquisados, bem como nos itens de consumo doméstico arrolados em algumas dessas fontes documentais, esta louça está presente sob a denominação de “beira azul”, a mesma dada pelos seus fabricantes ingleses (“edged with blue”) de acordo com Miller (1980). Nos inventários pesquisados ela geralmente é avaliada num preço intermediário entre a louça branca “ordinária”, mais barata, e a louça “pombinhos” (*Willow Pattern* - ver seção do *transfer-printed* azul), mais cara. Foram recuperados, no solar Lopo Gonçalves, 33 fragmentos de *Blue Edged*, representando 1 prato raso, 20 pratos não passíveis de se enquadrar nas categorias raso ou fundo por estarem representados por pequenos fragmentos, e duas terrinas. Um dos fragmentos de prato apresenta características (esmalte fortemente azulado e incisões

retilíneas equidistantes do mesmo tamanho) que são consideradas por Sussman (1977) como de um estilo típico do século XVIII, inserindo-se, portanto, num período anterior à construção do solar.

4- *Shell Edged verde (Green Edged*, foto 25): apresenta as mesmas características do *Blue Edged*, porém com a borda pintada em verde. Seu término de produção é, no entanto, anterior, não ultrapassando a década de 1840 (Miller, 1991:06). Há na amostra apenas 2 fragmentos, referentes a 2 pratos de categoria não identificada.

5-*Dipped* ou *Annular Wares*: nesta categoria enquadram-se vários tipos de decoração que foram produzidos com a aplicação de argila colorida na forma de faixas e listras, tais como as louças *Mocha*, *Blue Banded*, *Wave*, *Cat's Eye* dentre outras (Miller, 1991; Majewski & O'Brien, op. cit.). De uma forma geral seu período de produção abrange de 1790 até o começo do século XX (Majewski & O'Brien, op.cit.), porém há tipos que apresentam um intervalo mais estreito. Miller (1980) coloca essas louças na categoria de *hollowware* (louças côncavas, tais como tigelas, xícaras, bacias e urinóis) decorada mais baratas, o que se deve ao fato da aplicação da decoração exigir pouca destreza. Foram identificados os seguintes tipos na amostra:

a) *Wave* (foto 26): produzido até a década de 1840 (Miller, 1991:07). Há na amostra 14 fragmentos, que compõem uma malga, com friso triplo em azul próximo à borda, e uma larga faixa marrom com ondulações brancas triplas;

b) *Blue Banded* (foto 27): tipo mais comum de *dipped ware* produzido a partir de 1840, caracterizado por largas faixas azuis (Miller, 1991:06). Há 16 fragmentos, representando uma malga e uma caneca;

c) *Yellowware Banded*: louça amarela com faixas coloridas, que foi comum durante toda a segunda metade do século XIX (ibidem). Há 11 fragmentos, referentes a um urinol pequeno, de criança;

d) *Banded* simples (foto 28): somente com decoração em largas faixas e frisos coloridos, comum durante todo o século XIX. Há na amostra 17 fragmentos, representando 4 malgas, com decorações em cores diversas; 7 fragmentos, referentes à uma caneca; 3

fragmentos de uma xícara ou malga pequena; e 3 fragmentos de bojo, de peças não identificadas.

6- *Peasant Style*, azul cobalto (foto 29): louça com decoração floral pintada a mão em traços grossos, que cobrem muito da superfície da peça. As peças pintadas somente em azul são atribuídas ao período 1810-1860 (Majewski & O'Brien, op. cit.: 157). Está representada por 26 fragmentos, referentes a uma xícara ou malga, um urinol e uma peça não identificada.

7- *Peasant Style*, policrômico (foto 30): apresentam as mesmas características das peças decoradas em azul cobalto, porém os tons claros presentes nas louças da amostra, em verde, vermelho, azul e rosa, foram comuns entre 1840 e 1860 (ibidem). Há apenas 5 fragmentos, que representam duas malgas e uma malga pequena ou xícara.

8- *Transfer-printed* verde (foto 31): esta cor foi aplicada, na técnica de *transfer-printing*, entre 1828 e 1850 (Majewski & O'Brien, op. cit.:145). Há na amostra somente 3 fragmentos, que correspondem a uma xícara, um prato ou pires e uma peça, *hollowware*, não identificada.

9- *Transfer-printed* rosa (foto 31): também produzido entre 1828 e 1850 (ibidem). Há 5 fragmentos, referentes a dois pratos, um pires, uma xícara, e uma pequena malga ou xícara.

10- *Transfer-printed* marrom (foto 31): mesmo período de produção do rosa e verde (ibidem). Há 8 fragmentos, representando dois pires.

11- *Transfer-printed* preto (foto 31): cor utilizada nesta técnica de decoração entre 1830 e 1860 (ibidem). Há somente um fragmento de prato na amostra.

12- *Transfer-printed* azul: a primeira e mais popular cor utilizada sob o esmalte em *transfer-printing*. O número de padrões decorativos impressos, segundo Schávelzon (1991:47), pode chegar a vários milhares. A impressão sob o esmalte foi introduzida em Staffordshire por volta de 1783 (Miller, 1991:09). As primeiras decorações imitavam padrões chineses (ibidem). A impressão em azul foi a única utilizada até o começo da década de 1820 por ser o óxido de cobalto, até então, o único pigmento capaz de suportar as altas temperaturas de queima dos fornos cerâmicos (Majewski & O'Brien, op. cit.). A periodização dessas peças pode ser feita com base na identificação dos padrões decorativos e na temática das cenas representadas. Seu pico de produção se deu entre 1820 e 1840 (ibidem:142). Na década de 1850, elas começaram a cair em popularidade, sendo, gradualmente, substituídas pelas *white granite ware* (Miller, 1991:09). Alguns padrões, no entanto, persistiram durante toda a segunda metade do século XIX, como é o caso do *Willow Pattern*. Foram recuperados, no Solar Lopo Gonçalves, os seguintes padrões:

a) *Willow Pattern* (foto 32): o popular padrão dos pombinhos. Foi o primeiro padrão decorativo em faiança fina realizado na técnica do *transfer-printing* (Majewski & O'Brien, op. cit.:142). Derivado originalmente de padrões de porcelana chinesa, sua produção remonta à 1790 (Miller, 1991:8). Tornou-se extremamente popular no século XIX, sendo produzido, até 1880, por 54 estabelecimentos ceramistas ingleses (Lima, 1989a:211). Foi fabricado massivamente na cor azul, embora também existam exemplares em verde e rosa (ibidem). Este padrão, por não ter um período final de produção bem definido, atua como um péssimo indicador cronológico, com excessão das peças que apresentam marcas de fabricante, as quais ocorrem em baixa incidência nos sítios arqueológicos. Para o Brasil, a denominação êmica “louça dos pombinhos” foi de uso comum no século XIX, de acordo com as listagens de lojas de louças encontradas em inventários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, referentes à década de 1870. Miller (1980) observa que, durante a primeira metade do século XIX, este foi o padrão decorativo mais barato impresso em *transfer-printing*. Há na amostra 89 fragmentos, representando 23 pratos, sendo 01 de sobremesa, 01 raso, 01 fundo, 01 fundo que apresenta a marca “Baker & Co.”, cujo intervalo de produção abrange de 1839 a 1893

(Jenkins, 1987), e 18 pratos cujo subgrupo não foi possível identificar devido ao estado de fragmentação das peças, podendo, portanto, serem rasos ou fundos;

b) *Brosley Pattern* (foto 33): outro padrão de influência oriental. Bastante semelhante ao *Willow*, foi designado para ser o seu equivalente em serviços de chá (Sussman, 1978), visto que este, durante a maior parte do século XIX, foi impresso somente em serviços de jantar. Tem como início de produção o ano de 1782 (ibidem). A exemplo do *Willow*, foi também fabricado por diversos ceramistas (Miller, 1991:9). A literatura especializada consultada não forneceu uma data terminal para este padrão, mas, provavelmente, seu período de produção deve corresponder àquele do *Willow*. Há na amostra 12 fragmentos, referentes a dois pires;

c) Padrão Oriental: paisagem de inspiração oriental, porém relacionada ao Oriente Médio antes que ao extremo Oriente. Apresenta uma cena central e cartuchos com cenas semelhantes à sua volta. A literatura especializada consultada apresenta dois fabricantes desse padrão: William Ridgway, para o período 1830-1834 (Hanson & Hsu, 1971:85), e William Adams & Sons para o período 1815-1850 (Araújo e Carvalho, op. cit.: 83-84). Foi encontrado apenas um fragmento de pires;

d) *Sheet Pattern* (foto 34): fitomorfos, geralmente folhas, que se repetem por toda a superfície da peça. Embora não tenha sido encontrada uma periodização para este padrão na literatura consultada, sua presença em contextos datados para a primeira metade do século XIX⁵⁵, indica ser este o período mais provável de sua produção. Há na amostra somente um fragmento, provavelmente de molheira;

e) padrões diversos não identificados, em *pearlware*: por não ter sido possível obter informações sobre esses padrões, as referências cronológicas foram tomadas com base na coloração do esmalte (azulado), típica das louças designadas por *pearlware*, que começaram a ser produzidas em 1780, sendo comuns, segundo Schávelzon(1991:41), até a década de 1840. Embora a delimitação cronológica final fornecida por este autor seja discutível, pode ser considerado que as louças cujo esmalte apresenta esta coloração foram mais comuns durante a primeira metade do século XIX. Há na amostra 9

⁵⁵ Embrechamento do Solar dos Câmara, cujas louças são típicas das primeiras décadas do século XIX.

fragmentos, referentes a uma travessa, um pires, um prato fundo, dois pratos de categoria não identificada, e duas peças, *hollowware*, não passíveis de identificação;

f) padrões diversos não identificados: os demais padrões em *transfer-printed* azul da amostra, cujo estado de fragmentação das peças não permitiu uma identificação mais apurada, seja do tipo de esmalte ou dos padrões decorativos que apresentam. Foi assumido, porém, que essas peças estão relacionadas à ocupação de Lopo Gonçalves, por terem saído de moda no último quartel do século XIX (Lima, no prelo:35). Há um total de 25 fragmentos, representando 4 pratos, 7 pires e 5 xícaras, todos com estampas distintas.

13- *Splatterware* (foto 35): técnica de decoração na qual a louça é pulverizada com tinta (Miller, 1991:06). Seu período de produção abrange de 1840 a 1880 (Lima, 1989b:90). Miller (ibidem) nota, no entanto, que a utilização desta técnica remonta ao século XVII, já sendo utilizada nas chamadas *delftware*⁵⁶. Estas peças se enquadram no segundo nível da escala de Miller (1980), pois exigem mínima destreza na aplicação da decoração, sendo, portanto, um dos tipos mais baratos de louça decorada. Na amostra esta decoração está representada por um urinol, composto por 11 fragmentos.

14- Azul Borrão (foto 36): técnica de decoração em *transfer-printing* na qual “...a tinta escorre dentro do esmalte, produzindo um aspecto borrado ou um efeito de halo” (Lima, 1989a:211). São as louças decoradas mais populares da amostra. Seu período de produção abrange de 1835 a 1901, mas Mason (1982, citado em Majewski & O’Brien, op. cit.:143) observa que os colecionadores subdividem esse período em três fases: inicial (1835-1850); média (1850-1870); e tardia (1880-1900). Durante o primeiro período os motivos são predominantemente orientais, podendo ainda ocorrer representações não realistas de paisagens históricas; o período médio foi caracterizado por um grande ecletismo e excessiva ornamentação; no período tardio surge a influência do *art nouveau*, com motivos curvilíneos e a predominância da representação de flores (Albuquerque e Velozo, 1993:92-93). Miller (1980:04) nota que, pelo menos até a década de 1850, essas louças

⁵⁶ Denominação inglesa para a faiança grosseira, queimada à temperatura reduzida, que caracteriza-se por apresentar uma pasta altamente porosa e um esmalte pouco agregado a ela, facilmente destacável (Zanettini, 1986). É a popular faiança portuguesa, comum em sítios históricos de ocupação anterior ao século XIX.

eram as de maior valor dentre as faianças finas decoradas (Miller, 1980). Há na amostra 4 fragmentos, referentes a um prato fundo, um prato raso, e dois pratos de categoria não identificada, que podem ser atribuídos ao primeiro momento de produção. Os demais fragmentos apresentam decorações florais variadas, cujas características não permitem uma inserção exata dentro da segunda ou terceira fase, porém, por não se enquadrarem na primeira fase, foi assumido o intervalo de produção de 1850 a 1901 para essas peças. Há na amostra 199 fragmentos, que representam 6 pratos de categoria não identificada, 9 pires, 2 travessas, 7 xícaras, 2 xícaras ou malgas pequenas, 2 bules, e 16 fragmentos de peças não identificadas, para os quais não foi possível quantificar o número mínimo de peças.

15- Decoração carimbada (foto 37): técnica que consiste na aplicação da decoração com o auxílio de um carimbo. Os motivos mais comuns são flores e figuras geométricas simples. Geralmente o mesmo motivo é aplicado em seqüência sobre a peça, entre frisos coloridos. Schávelzon (op. cit.:42,49) observa a presença dessas peças em contextos posteriores a 1870, chegando a 1900. Há 30 fragmentos na amostra, referentes a 4 pires, 1 malga grande, 7 malgas pequenas ou xícaras, 1 urinol e 1 peça não identificada.

16- Faixa e frisos (foto 38): geralmente duas linhas pintadas, próximas uma da outra, na borda da peça. Miller (1991:07) nota que esta decoração se tornou comum no último quartel do século XIX. Há 8 fragmentos, que representam 3 pratos.

17- *Transfer-printed* marrom, tardio: no final do século XIX houve um *revival* das cores marrom, vermelha, e verde. As paisagens do primeiro momento, porém, foram substituídas por motivos florais monocromáticos em volta das bordas ou sobre todo o vasilhame (Majewski & O'Brien, op. cit.:145). Há na amostra 2 fragmentos, referentes a duas peças não identificadas.

18- *Transfer-printed* rosa, tardio (foto 39): há somente 2 fragmentos na amostra, de um pires e uma peça não identificada.

19- *Shell Edged* azul (*blue edged*), somente pintado (foto 40): é uma variedade de *blue edged* que não apresenta incisões. Consideradas “falsificações”, as louças com esta decoração começaram a ser produzidas quando a produção da *Shell Edged* legítima foi interrompida, sendo comuns entre 1860 e 1890(Schávelzon, op. cit.:44). Há 9 fragmentos na amostra, representando 8 pratos de categoria não identificada e 1 travessa.

20- Decalcomania (foto 41): técnica de impressão em louça que substituiu, no final do século XIX, o *transfer-printing*. As impressões caracterizam-se por apresentar linhas agudas e cores mais claras e naturais que, usualmente, podem ter sombreamento (Majewski & O’Brien, op. cit.:146). As peças da amostra apresentam impressos motivos florais em contorno que foram preenchidos a mão, tipo de decoração em decalcomania que começou a ser produzido em 1885 (ibidem). O contexto de deposição dessas peças também indica seu uso durante o último quartel do século XIX. Há 5 fragmentos, referentes a 3 xícaras.

21- Faiança fina com frisos: a decoração consiste em apenas um ou dois frisos, da mesma cor, localizados na borda e/ou centro da peça:

- a) urinol, *pearlware*, com friso marrom na borda. Há um fragmento;
- b) malga, *pearlware*, com frisos laranjas na borda e no centro. Composta por 19 fragmentos (foto 42).

22- Decoração em azul, diversas: há 5 fragmentos, cuja decoração não foi possível identificar, referentes a uma xícara ou malga pequena, um jarro, uma malga, e uma peça não identificada, *hollowware*. Não foram obtidas referências cronológicas para essas peças.

23- Decorações diversas:

- a) jarra marrom, representada por um fragmento;
- b) tampa de bule, decoração pintada a mão em rosa. Há apenas um fragmento;

- c) xícara ou malga, decoração floral em lilás entre frisos verdes, sobre o esmalte. Há dois fragmentos;
- d) prato, decoração colorida sobre o esmalte. Somente um fragmento;
- e) 14 fragmentos diversos, não passíveis de identificar por peças.

24- Padrão Trigal: faiança fina branca, decorada com pés de trigo em relevo moldado. Este padrão começou a ser produzido em 1851 por Edward Walley's, e, até o final do século XIX, foi chamado "Ceres" (Sussman, 1985:12-13). Segundo Sussman (ibidem:07) sua produção prossegue até hoje. Para Porto Alegre foi notada uma baixíssima incidência deste padrão nos sítios anteriores ao último quartel do século XIX⁵⁷, o que parece indicar que, aqui, ele somente se tornou popular nas últimas décadas daquele século. No Solar Lopo Gonçalves a frequência deste padrão na camada referente ao século XIX é baixa. Já na camada superior, que começou a se formar, como visto no capítulo III, na década final daquele século e nas primeiras do XX, é o padrão decorativo de maior popularidade⁵⁸. Há na amostra, referente ao século XIX, 16 fragmentos, representando um prato fundo, com a marca de fabricante incompleta, impressa, contendo a inscrição "ironstone china" sobre as armas da Coroa Inglesa (foto 43 e 44), um prato raso, e um prato cuja categoria não foi identificada. Estas três peças estão no já referido ponto de deposição preferencial de refugio do último quartel do século XIX, parecendo, assim, comprovar a maior popularidade deste padrão nesse período. De fato, Sussman (ibidem:10) nota que seu pico de produção ocorreu entre as décadas de 1870 e 1880. Há, porém, 5 peças que estão dispersas na camada II: uma tampa de bule e quatro pratos de categorias não identificadas. Para estas peças torna-se arriscado determinar um intervalo temporal mais

⁵⁷ Na lixeira coletiva do Mercado Público de Porto Alegre só foram recuperados 2 fragmentos. Já na lixeira coletiva da atual Praça Rui Barbosa este padrão não está presente.

⁵⁸ As louças que exibem este padrão decorativo presentes na camada I são, em sua totalidade, de fabricação nacional (fotos 45 e 46). Essas versões brasileiras do Padrão Ceres diferem daquelas inglesas do século XIX pela pior qualidade da pasta. São, contudo, testemunhos arqueológicos do processo de industrialização pelo qual passou o país nas primeiras décadas do século XX, quando os produtos importados começaram a ser substituídos por artigos de produção interna (ver Furtado, 1963:266-267). É certo que os itens nacionais que imitassem os cada vez mais caros produtos importados teriam uma maior aceitação por parte dos consumidores. Os fabricantes de louça brasileiros se preocuparam, portanto, em inserir no mercado um artigo que, embora de qualidade inferior, reproduzia um tradicional padrão decorativo inglês, que já era consumido em nosso país desde o século anterior. Utilizando tal estratégia eles conseguiram garantir um lugar no mercado para seus produtos.

estreito do que a segunda metade do século XIX, porém, considerando as já citadas referências contextuais, foi assumido serem elas também referentes às décadas finais do século XIX.

25- Faiança fina com decoração em relevo moldado, outros:

a) prato, decorado com conchas em relevo: provavelmente posterior a 1880 (Majewski & O'Brien, op. cit.: 155-156). Há um fragmento que corresponde a um prato de categoria não identificada;

b) prato, com motivos florais em relevo na borda (foto 47): peça também encontrada no ponto de deposição preferencial de refugio já referido, tendo sido, portanto, descartado no último quartel do século XIX. Há 7 fragmentos, referentes a um prato fundo.

26- Faiança fina com frisos dourados: tipo de decoração que tornou-se comum após 1870 (Miller, 1991:10). Há 9 fragmentos de um pires verde e 1 fragmento de um pires branco;

27- Faiança fina branca, sem decoração, *pearlware*: há 28 fragmentos, referentes a uma caneca, uma malga pequena ou xícara, uma malga, uma peça não identificada, provavelmente bule ou açucareiro, e três peças não identificadas.

28- Faiança fina branca, sem decoração: com excessão das que apresentam marcas de fabricantes, não foram obtidas referências cronológicas para essas louças. São, em sua grande maioria, peças com características distintas, de modo que há poucos exemplares do mesmo tipo. Há na amostra 324 fragmentos, referentes a duas canecas, quatro xícaras, uma malga ou xícara, quatro malgas, uma malga apresentando a marca *Adams* (foto 48), produzida entre 1879 e 1891 (Kovel & Kovel, 1986:07), um pequeno pote de creme, uma tampa de sopeira, três pratos fundos, vinte e dois de categoria não identificada, um prato apresentando a marca *Davenport*, com a data de 1844, cinco pires, um pires apresentando a marca *Société Céramique Maastricht* (foto 49), produzida a partir de 1887 (Kovel &

Kovel, op. cit.:56), dois urinóis, nove peças não identificadas, e quatro fragmentos de alças.

II- IRONSTONE

1-*Ironstone* sem decoração: essa louça corresponde àquela que Miller (1991:10) designa por *white granite* (louças brancas planas). Embora tenham começado a ser produzidas na metade da década de 1850 (Miller, 1980:04), seu período de maior popularidade foi entre 1870 e 1890, ano em que as fábricas de Staffordshire cortaram drasticamente sua produção (Majewski & O'Brien, op. cit.:120). Miller (1980:04) aponta que, pelo menos para a metade do século XIX, essas louças estavam numa posição de *status* comparável às impressas na técnica do *transfer-printing*. A amostra apresenta 77 fragmentos, relacionados a 6 pratos (foto 50), 3 pires, 1 açucareiro, 1 travessa oval (foto 51), e 1 peça não identificada, provavelmente um pequeno pote.

2-*Ironstone*, decoração composta por frisos e/ou motivos florais em dourado sobre o esmalte: variedade mais refinada de *ironstone*, translúcida sob luz forte, bastante semelhante à porcelana. Na amostra está representada somente por xícaras e pires. Lima (no prelo:37) observa a preponderância dessas louças no último quartel do século passado. Kovel & Kovel (op.cit.:257) também colocam que os frisos dourados em louças brancas tornaram-se populares após 1876. De fato, a única marca de fabricante encontrada nesse tipo de louça, no Solar Lopo Gonçalves, a qual, até o momento, não foi identificada, apresenta como data de fabricação o ano de 1878. Pelo fato da decoração ter sido impressa sobre o esmalte (provavelmente porque as altas temperaturas de queima desse tipo de pasta descaracterizariam o tipo de pigmento utilizado se este fosse ao forno coberto pelo esmalte), em muitos fragmentos há apenas o negativo da impressão. Dentro desta categoria de pasta + decoração, há uma significativa variedade de formas que será necessário descrever:

a) xícaras de superfície lisa, com frisos (rente à borda) e fitomorfos dourados (foto 52): há 36 fragmentos, representando duas peças. A grande quantidade de fragmentos

encontrada, parece indicar que há um número maior destas xícaras do que aponta o NMP. Porém este critério de quantificação, como discutido acima, estabelece a quantidade mínima de peças de uma amostra, a qual é um dado que não pode ser extrapolado devido ao risco de superestimar o universo em estudo;

b) xícara com superfície ondulada, decoração composta de frisos rente à borda e motivos abstratos em pontos e espirais (foto 53): além da decoração, o contexto de deposição desta peça, no ponto da principal área escavada que foi de despejo preferencial de refugio no último quartel do século XIX, também aponta para sua utilização durante este período. Está representada por dois fragmentos;

c) pires de superfície lisa apresentando fitomorfos em dourado: há apenas um fragmento desta peça;

d) pires, decoração em relevo de suaves ondulações que formam espirais, e impressão de frisos dourados e fitomorfos coloridos delineados por linhas douradas (foto 54), apresentando como marca de fabricante a inicial *F* no interior de um círculo, com ano de produção indicado (1878): esta louça foi encontrada no mesmo contexto de deposição da xícara descrita acima. Está composta por seis fragmentos;

e) pires de superfície lisa com frisos dourados. Representado por apenas um fragmento;

f) pires, superfície lisa, decorado próximo à borda com uma faixa azul entre frisos dourados. Há somente um fragmento;

g) tampa de bule com frisos dourados e motivos em marrom e verde sobre o esmalte. Representada por dois fragmentos.

3- *Ironstone* refinado, decorações diversas: foram enquadradas, nesta categoria, as peças em *ironstone* que apresentam decoração, geralmente sobre o esmalte, em cores diversas. Há os seguintes tipos na amostra:

a) xícara, decorada com gregas pretas impressas (*transfer-printed*) rente à borda, preenchidas, a mão, em tons claros de verde e amarelo. Esta peça foi provavelmente produzida no final do século XIX, época na qual a técnica do *transfer-printing* estava limitada a um uso ocasional, para acentuar os desenhos nas bordas das louças (Majewski & O'Brien, op.cit.:146). Há apenas um fragmento;

- b) pires, decorado somente com uma faixa verde próxima à borda, sobre o esmalte. Não foram obtidas referências cronológicas para esta peça. Está representada por somente um fragmento;
- c) xícara com friso azul sobre o esmalte, sem referências cronológicas. Foi encontrado apenas um fragmento;
- d) prato ou pires com coloração rosa na face interna, sem referências cronológicas. Há somente um fragmento;
- e) peça não identificada em azul escuro. Somente um fragmento;
- f) escarradeira com motivos florais policrômicos pintados a mão, sobre o esmalte: apresenta como marca de fabricante a gravação de um braço envolto numa armadura segurando uma espada. Embora não tenham sido encontradas informações específicas sobre esta marca na bibliografia consultada, a presença de marcas similares apontam esta peça como proveniente da Tchecoslováquia, provavelmente referente ao final do século XIX ou início do XX. Infelizmente sua procedência estratigráfica é desconhecida, visto que foi recuperada no pátio interno do solar por ocasião da abertura do sistema de escoamento das águas pluviais(1991), para o qual não houve acompanhamento arqueológico. Está representada por dois fragmentos;
- g) escarradeira, decorada com flores de liz douradas e decoração floral colorida sobre o esmalte, na técnica de impressão conhecida por decalcomania (foto 55): a técnica de impressão em questão fornece para esta peça uma data inicial de 1885 (Majewski & O'Brien, op. cit.:146). Por também ter sido recuperada no pátio interno, sua procedência estratigráfica é desconhecida. Há dois fragmentos;
- h) xícara, decorada com frisos laranjas: composta por 6 fragmentos (foto 56).

III- PORCELANA

1- Porcelana de Macau⁵⁹ (foto 57): porcelana proveniente da China. No século XIX essa louça foi produzida em massa para a exportação, o que prejudicou sua qualidade (Lima,

⁵⁹ Segundo Lima (com. pessoal, março de 1997) a designação “louça de Macau” é mais apropriada para designar essa variedade cerâmica, posto que o termo “porcelana” está estreitamente associado a uma mais alta qualidade e custo, não sendo condizente, portanto, com essas louças orientais de baixo valor. O termo

1989a:217). Brancante (1981:653), porém, observa que sob esta denominação genérica eram comercializados desde serviços finos até peças grosseiras, designadas por “Macaus de cargação”. John Mawe, viajante inglês que esteve no Brasil em 1808, observou que esta porcelana chinesa mais grosseira “...vinha como lastro no fundo dos navios e se julgava indigna de aparecer nas mesas da aristocracia e da burguesia opulenta, era relegada ao uso dos empregados e dos dependentes de baixa situação social” (Mawe, 1978:82-3, citado em Lima, no prelo:36). O padrão encontrado no sítio, denominado *Nanking* (Hume, op. cit, 263), no entanto, é de uma qualidade ligeiramente superior àquela tida como a mais grosseira, conhecida por *Canton* (ibidem). Apesar da sua comercialização ter sido completamente interrompida, no Brasil, durante o segundo quartel do século XIX (Santos, 1968:85), esta louça ainda é arrolada no já citado inventário do Visconde de São Leopoldo, datado de 1848, sob a denominação de “porcelana de Macau”⁶⁰, por um valor superior ao da faiança fina decorada. Há, na amostra do solar Lopo Gonçalves, apenas quatro fragmentos, referentes a dois pratos. Essas peças também enquadram-se num período anterior à construção do solar, relacionando-se à sua primeira ocupação.

2- Porcelana decorada: apresenta traços dourados e fitomorfos verdes (foto 58). Embora não tenha marca de fabricação, o contexto de deposição desta peça indica seu uso durante o último quartel do século XIX. Foram encontrados apenas 3 fragmentos, referentes a um pires.

3- Porcelana branca, sem decoração: porcelana de espessura muito fina, semelhante a casca de ovo. Pode se tratar de uma variante da “eggshell” japonesa, uma porcelana barata que foi produzida para exportação a partir do último quartel do século XIX, porém estas caracterizam-se por serem altamente decoradas sobre o esmalte⁶¹ (Majewski & O’Brien, op. cit.:128). Há na amostra 8 fragmentos, referentes a uma xícara.

“porcelana”, contudo, foi mantido para essas louças nesse trabalho como artifício para diferenciá-las, em termos de tipo de pasta, das faianças finas européias.

⁶⁰ Estas louças, da variedade conhecida como *Canton*, estão presentes no já referido embrechamento do Solar dos Câmara, que foi primeiramente ocupado pelo Visconde de São Leopoldo.

⁶¹ Este tipo de porcelana foi encontrado no sítio, mas somente na camada superior, referente ao século XX.

A faiança fina foi, portanto, o tipo de louça de maior frequência encontrado no Solar Lopo Gonçalves, seguido pelo *ironstone* e, por fim, numa baixíssima incidência, a porcelana (gráfico 1). Vários fatores explicam a maior popularidade desse tipo de louça. Em primeiro lugar, como já foi visto, ela estava desde o final do século XVIII sendo fabricada em massa pela Inglaterra, para exportação, de modo que seu preço acessível permitiu que fosse amplamente consumida. Produzida durante todo o século XIX, foi, como demonstra o registro arqueológico, intensamente utilizada durante as duas primeiras ocupações do solar.

Foto 23 - Fragmento de borda de prato, *creamware*, padrão *Royal Rim*.

Foto 24- Fragmentos de bordas de prato no padrão *Shell Edged*, azul, inciso. Observa-se as diferenças entre as bordas, o que indica a compra de peças avulsas, antes que jogos.

Foto 25- Fragmentos de bordas de prato no padrão *Shell Edged* verde, inciso.

Foto 26- Malga, *Dipped Ware*, padrão *Wave*.

Foto 27- Fragmento de malga, *Dipped Ware*, padrão *Blue Banded*.

Foto 28- Fragmento de malga, *Dipped Ware*, padrão *Banded*.

Foto 29- Fragmentos de urinol, *Peasant Style*, azul cobalto.

Foto 30- Fragmento de malga, *Peasant Style*, policrômico.

Foto 31- Fragmentos de peças diversas, decorados na técnica do *transfer-printing*, nas cores (da esquerda para a direita e de cima para baixo) marrom, verde, preto e rosa.

Foto 32- Prato fundo, padrão *Willow*.

Foto 33- Fragmentos de pires, padrão *Brosley*.

Foto 34- *Sheet Pattern*, provavelmente um fragmento de molheira.

Foto 35- *Spatterware*, fragmento de borda de urinol.

Foto 36- Azul Borrão, fragmento de bule.

Foto 37- Fragmento de borda de pires, decoração carimbada.

Foto 38- Fragmento de pires, decoração em faixa e frisos.

Foto 39- Fragmento de peça não identificada, decorada em rosa na técnica do *transfer-printing* (tardia).

Foto 40- Fragmentos de bordas de prato, no padrão *Shell Edged azul*, somente pintado.

Foto 41- Fragmento de xícara, decorada em marrom na técnica do decalcomania.

Foto 42- Malga, *pearlware*, decorada com frisos laranjas.

Foto 43- Prato raso, padrão Trigal, de fabricação inglesa.

Foto 44- Fundos do mesmo prato, apresentando marca de fabricação.

Foto 45- Travessa rasa, padrão Trigal, com marca de fabricação brasileira, referente ao século XX.

Foto 46- Fundos da mesma peça, apresentando a marca de fabricante.

Foto 47- Borda de prato fundo, apresentando motivos florais em relevo.

Foto 48- Malga branca, com a marca *Adams*.

Foto 49- Fundo de pires branco, com a marca *Société Céramique Maastricht*.

Foto 50- Fragmentos de prato raso, branco, *ironstone*.

Foto 51- Travessa funda, oval, branca, *ironstone*.

Foto 52- Fragmentos de xícaras, *ironstone*, decoradas em dourado.

Foto 53- Xícara, *ironstone*, decoração em dourado.

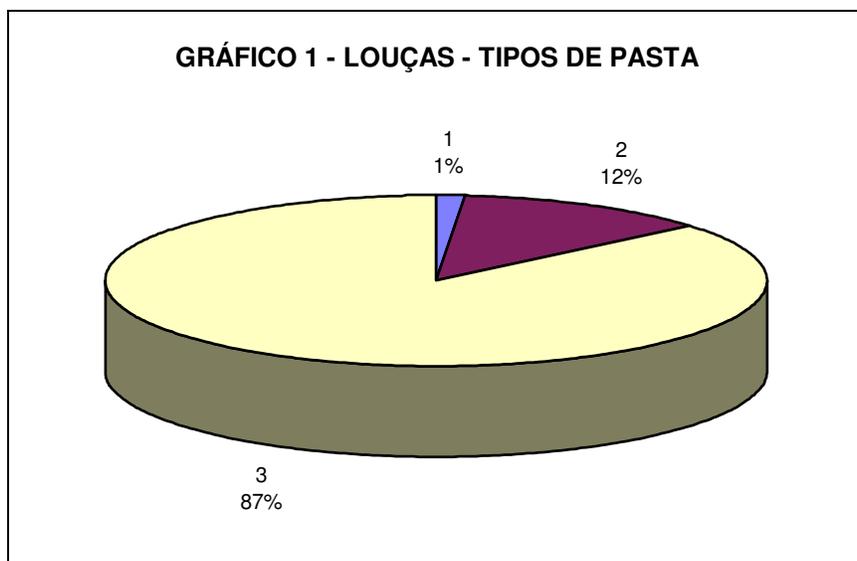
Foto 54- Pires, *ironstone*, decorado em relevo e com motivos em dourado e fitomorfos coloridos. Apresenta a marca de fabricante *F*, com o ano de produção indicado: 1878.

Foto 55- Fragmento de escarradeira, em *irontone*, com motivos impressos na técnica do decalcomania.

Foto 56- Fragmentos de xícara em *ironstone*, com frisos laranjas.

Foto 57- Porcelana de Macau. Fragmentos de pratos no padrão *Nanking*.

Foto 58- Fragmentos de um pires de porcelana, decorado com traços dourados e fitomorfos verdes.



TIPO DE PASTA

FRAGMENTOS

1- Porcelana

17

2- Ironstone

140

3- Faiança fina

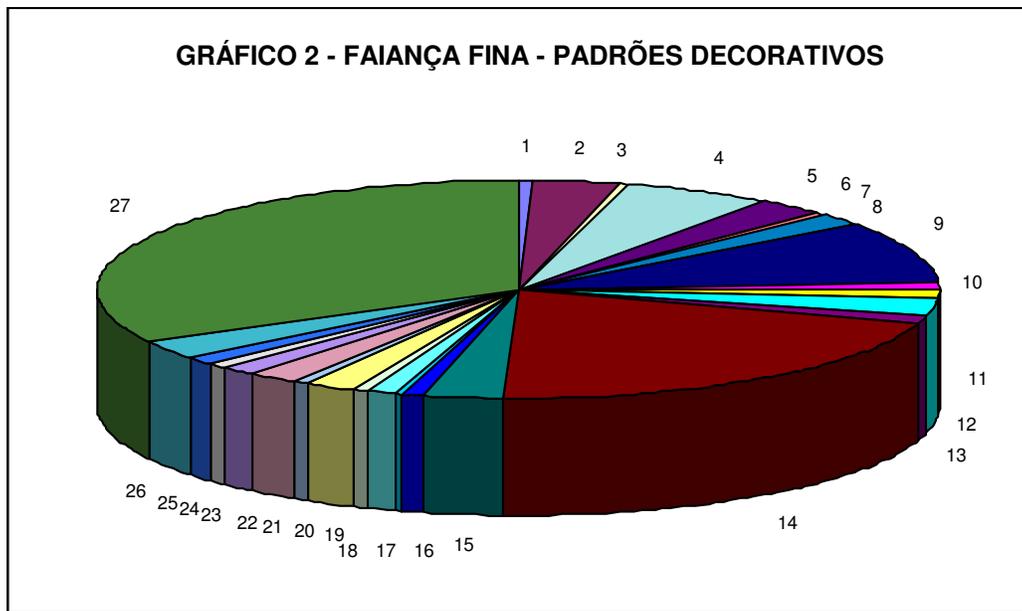
983

Com relação à menor frequência do *ironstone*, a variável tempo deve ser considerada, pois, como já foi discutido, as louças dessa qualidade tiveram seu pico de produção entre 1870 e 1890, constituindo, portanto, escolhas de consumo referentes à segunda ocupação deste sítio. Já a baixíssima incidência da porcelana é um dado que não condiz com a alta condição econômico-social dos grupos domésticos que residiram no

solar no século XIX, representando uma ambigüidade que deve ser explicada, principalmente no caso da primeira ocupação. Este problema será melhor discutido quando a amostra for dividida por grupos domésticos.

Considerações sobre os padrões decorativos

A grande variabilidade decorativa da faiança fina presente na amostra pode ser observada no gráfico 2. A faiança fina branca, sem decoração foi o tipo mais popular, representando 36% dos fragmentos dessa qualidade de louça. Sua maior incidência parece ser uma tendência freqüente em sítios históricos do século XIX. Isso se deve, sem dúvida,



DECORAÇÃO	QUANTIDADE
1-Royal Rim Pattern	05
2-Shell Edged azul inciso	33
3-Shell Edged verde inciso	02
4-Dipped Ware	58
5-Peasant Style azul cobalto	26
6-Peasant Style policrômico	05
7-Transfer-printed verde, rosa e marrom, iniciais	16
8-Transfer-printed preto, inicial	01
9-Willow Pattern	89
10-Brosley Pattern	12
11-Transfer-printed azul, pearlware	09

12- <i>Transfer-printed</i> azul, outros	27
13- <i>Spatterware</i>	11
14-Azul Borrão	203
15-Carimbada	30
16-Faixa e frisos	08
17- <i>Transfer-printed</i> marrom e rosa, tardios	04
18- <i>Shell Edged</i> azul pintado	09
19-Decalcomania	05
20-Frisos, <i>pearlware</i>	20
21-Decoração azul, diversas	05
22-Decorações diversas	19
23-Padrão Trigal	16
24-Relevo moldado, outros	08
25-Frisos dourados	10
26-Branca, <i>pearlware</i>	28
27-Branca	324

ao fato dela ter sido, pelo menos durante a primeira metade daquele século, o tipo mais barato de louça disponível no mercado, como atesta Miller (1980). Na segunda metade do século XIX, a julgar pelos documentos pesquisados, seu valor permaneceu inferior ao de todas as louças decoradas, com excessão das denominadas “beira azul”, que serão discutidas mais adiante. Assim, na listagem da loja de louças presente no inventário de Guilherme Homann⁶², datado para 1877, encontram-se duas avaliações para os pratos brancos, provavelmente relacionadas às categorias rasos e fundos: 83 réis e 100 réis. Para se ter uma idéia dessas quantias, basta levar em conta que, em 1875, de acordo com o inventário de Guilherme Ruhmann⁶³, o valor atribuído a uma garrafa de cerveja vazia era 80 réis.

Como todos os demais tipos de faiança fina decorada, a avaliação da louça branca variava de acordo com o tipo de peça, sendo aquelas destinadas a servir alimentos as mais caras. Com base no inventário de Guilherme Homann foram levantados os seguintes preços para essas louças:

TIPO DE PEÇA	AVALIAÇÃO
--------------	-----------

⁶² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N°- 542, M- 33, E-31E/C, Ano-1877.

⁶³ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, ano - 1875, n°-495, maço - 31, estante-31 E/C.

Travessa funda	333 réis
Travessa rasa	250 réis
Caneca	100 réis
Prato	100 réis
Prato	83 réis
Bacia	5000 réis
Urinol	416 réis

Infelizmente não foram obtidas informações quanto ao valor das xícaras e pires sem decoração, as quais, como atesta Miller (1980), são geralmente mais caras que os pratos. Com relação às malgas, também denominadas tigelas, na listagem em questão há diversas avaliações de um tipo mais barato, sem decoração descrita, contraposto àquelas ditas “pintadas”. Esse tipo provavelmente corresponde à louça branca sem decoração, e foi avaliado entre 66 e 133 réis, valores provavelmente relacionados a distinções de tamanho.

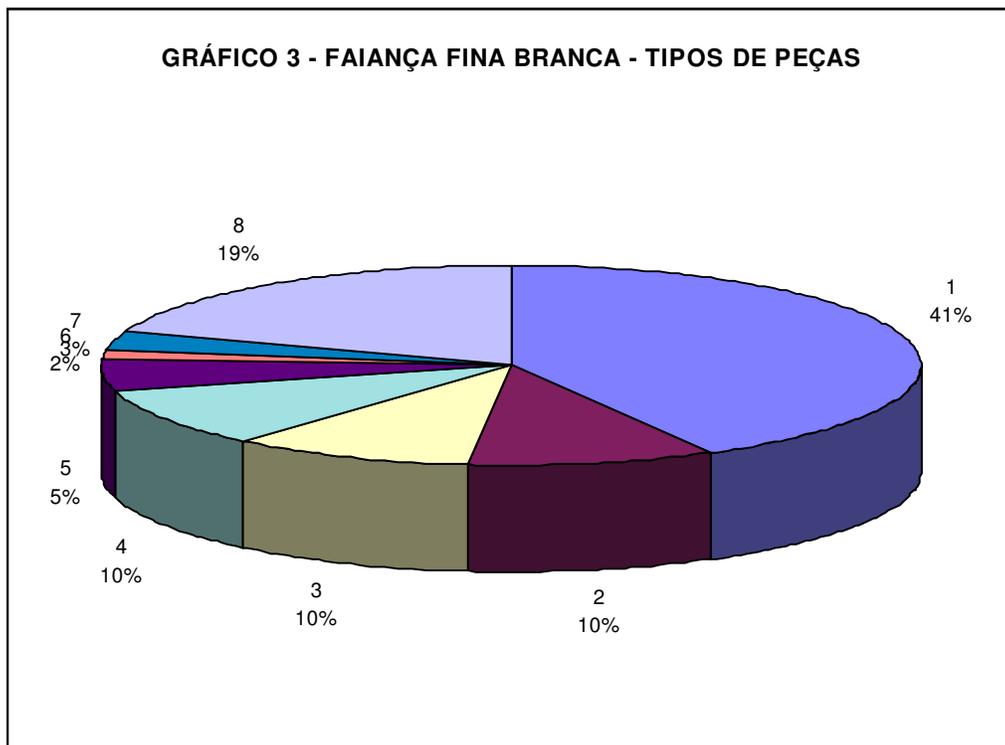
Os índices percentuais das diversas peças em faiança fina branca estão indicados no gráfico 3. Como se observa, os pratos compõem a grande maioria da amostra, enquanto xícaras, pires e canecas sugestivamente se mantêm nas mesmas proporções. Somente uma peça destinada a servir alimentos (sopeira) foi identificada. Se for levado em conta que a louça branca constitui 36% (incluindo a variedade *pearlware*) da amostra de faianças finas (gráfico 2), e está representada sobretudo pelos tipos de peças mais baratos, conclui-se que, em suas escolhas de consumo, os grupos domésticos que residiram no solar estavam privilegiando, apesar de sua alta condição econômico-social, os itens mais baratos disponíveis no mercado. Infelizmente, a grande maioria dessas peças não apresenta atributos que possam atuar como indicadores cronológicos, os quais possibilitariam enquadrá-las em uma das duas ocupações que estão sendo trabalhadas. De qualquer forma, as poucas peças passíveis de datação presentes na amostra demonstram que essa louça foi usada durante as duas ocupações.

Várias são as causas que poderiam explicar essa ambigüidade ocupantes ricos/cultura material de baixo valor. Em primeiro lugar a própria maleabilidade do conceito de grupo doméstico como não vinculado estritamente a laços de parentesco, incluindo também serviçais e agregados. Assim, escravos domésticos e mesmo aqueles

que desempenhavam outras funções, como os ditos “de ganho”, podem estar inseridos em um grupo doméstico, e, pelo menos algumas das atividades por eles realizadas, como as refeições, estarão refletidas no registro arqueológico.

Como visto no capítulo II, era comum os escravos habitarem o pavimento inferior dos sobrados urbanos de seus proprietários, porém, são raras as evidências nos sítios históricos que podem ser relacionadas a esse grupo. A não ser em casos de escavações em senzalas, nas quais se possa atribuir a cultura material recuperada diretamente a eles, suas evidências, com raras exceções, que serão tratadas em outro tópico deste capítulo, perdem a visibilidade quando inseridas num contexto de descarte mais amplo, misturadas com aquelas do segmento social dominante. Isso se deve ao fato dos escravos terem utilizado bens materiais que lhes foram fornecidos por seus proprietários, sendo, portanto, itens adquiridos no comércio.

Deve ser lembrado que Lopo Gonçalves era proprietário de diversos escravos e, como já discutido no capítulo II, pelo menos durante um período de sua vida dedicou-se ao



TIPO DE PEÇA	QUANTIDADE
1-Pratos	26
2-Xícaras	06
3-Pires	06
4-Malgas	06
5-Canecas	03
6-Sopeira	01
7-Urinóis	02
8-Não identificados	12

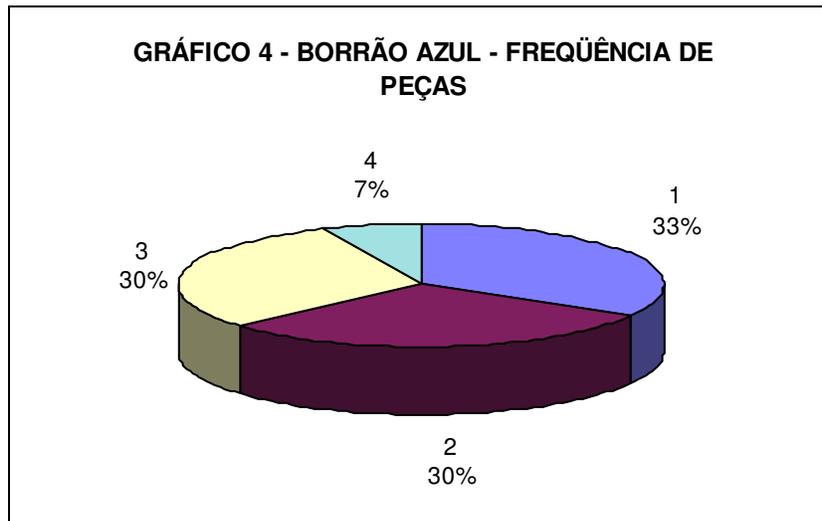
seu comércio. Na época de sua morte, conforme seu já citado inventário, ele possuía 14 escravos, 6 dos quais destinados ao serviço doméstico, e os demais exercendo funções de pedreiros, roceiros e marinheiros. Conforme discutido no capítulo II, há suposições de que os escravos ocuparam o porão do solar, embora não existam elementos que comprovem esta conjectura. É certo, porém, que a mão-de-obra escrava atuou neste sítio, de modo que pode ser assumido que suas evidências estão imersas na cultura material que foi resgatada no decurso das escavações. Como a mais baixa categoria social, este grupo provavelmente só teria acesso aos itens de consumo de menor valor no mercado. Assim, esta “louça branca ordinária”, conforme designada em muitos inventários, tão significativa em termos quantitativos, pode ter sido utilizada, devido ao seu baixo valor, pelos escravos que habitaram o solar ou seu grande terreno. Embora, e é importante ressaltar, devido aos problemas de visibilidade acima discutidos, não haja, até o momento, elementos que comprovem esta suposição, deve ser lembrado que peças de faiança fina estão presentes em sítios de escravos nos Estados Unidos, como aqueles pesquisados por Adams e Boling (1989) em *plantations* da Georgia (EUA).

Por outro lado, dois terços da amostra de faiança fina é composta por peças decoradas através das mais diversas técnicas (pintado a mão, carimbado, pulverizado, banhado, estampado, e em relevo moldado) e que estavam, por conseguinte, em diversos patamares de custo acima da branca, representando escolhas de consumo que podem fornecer outras informações sobre os ocupantes do solar.

Dentre as faianças finas decoradas de maior popularidade destaca-se o Azul Borrão, o qual constitui 20% desta amostra (gráfico 4). Como já mencionado, para a primeira metade do século XIX este foi avaliado como a faiança fina mais cara (Miller, 1980). Há, porém, apenas 4 pratos representativos desse período na amostra. A frequência

dessas peças pode ser observada no gráfico 4. Neste gráfico os 16 fragmentos não identificados foram excluídos por não ter sido possível tentar uma quantificação do número mínimo de peças que eles representam. O que chama a atenção é, por um lado, a equivalência percentual entre pratos, xícaras e pires; e, por outro, a presença de dois bules, como as únicas peças destinadas a servir alimentos. Os dados desse gráfico estão numa marcante oposição aqueles da faiança branca, demonstrando peças de melhor qualidade e, conseqüentemente, mais caras, que, predominantemente, representam refeições secundárias como o café da manhã e a merenda.

No inventário de Guilherme Homann os bules de chá ditos de “louça ordinária” sem especificar se apresentam decoração, mas assim denominados sobretudo para contrapô-los aqueles de porcelana listados logo acima, estão avaliados em mil réis a unidade, quantia significativamente superior aquela atribuída às peças destinadas a servir alimentos, brancas e decoradas, relacionadas às refeições principais, como travessas rasas e fundas. Os dados referentes ao Azul Borrão indicam que houve uma preocupação por parte dos ocupantes do solar de ter a disposição peças mais caras para o consumo do chá. Esta discussão será retomada mais adiante com a separação da amostra por grupos domésticos. Infelizmente, para a grande maioria das peças em Azul Borrão, não foram identificados atributos que atuassem como indicadores cronológicos mais apurados que o



PEÇAS	QUANTIDADE
1-Pratos	10
2-Xícaras	09
3-Pires	09
4-Bules	02

amplo período de fabricação do padrão (1835-1901), o que não permitirá inseri-las em uma ocupação específica.

Outro padrão decorativo que apresenta uma frequência considerável na amostra de faianças finas é o popular *Willow Pattern*, o qual está representado somente por pratos. Embora já tenha lhe sido atribuída como data terminal de fabricação o ano de 1880 (Lima et alii, 1989b), é provável que sua produção tenha ido além deste limite. Assim, não foi possível relacionar os 23 pratos desse padrão a um período mais estreito dentro do século XIX. Como já referido, este foi o tipo de louça mais barata na técnica do *transfer-printing* durante a primeira metade daquele século (Miller, 1980). Ao julgar pelos inventários de Guilherme Homann e Guilherme Ruhmann, ele ainda era extremamente popular na década de 1870. Denominado emicamente de “pombinhos” nesses documentos, tais pratos estavam avaliados em 150 e 166 réis a unidade.

A grande quantidade de determinados itens materiais arrolados no inventário de Guilherme Ruhmann, tais como um bilhar, 22 mesas de diversos tamanhos, um balcão, e uma grande quantidade de marquesas, colchões e travesseiros, demonstram sua ocupação como taverneiro e responsável por uma hospedaria. Nas dívidas passivas com seus fornecedores, presentes neste documento, aparece uma listagem da loja de louças Christiano Reuter & Cia, a qual indica todas as peças que foram compradas entre julho de 1874 e março de 1875, divididas pelos meses em que se efetuaram as compras. A grande quantidade de louças compradas nesse período inferior a um ano, 233 peças, dentre mantegueiras, travessas, terrinas, pratos, bules, leiteiras, tigelas, molheiras, urinóis e bacias, demonstra a intensidade de uso e de quebra desses objetos, que tinham que ser continuamente substituídos. Dentre as denominações êmicas atribuídas às diversas decorações, chama a atenção a predominância de pratos e travessas “pombinhos” e a total ausência de pratos brancos. Este padrão era, por conseguinte, o único colocado à mesa

para os hóspedes fazerem suas refeições principais (almoço e jantar). Não foi possível levantar outros documentos relacionados a proprietários de hospedarias que pudessem indicar ser este um padrão de uso preferencial nesse tipo de estabelecimento, pois, para tanto, serão necessárias pesquisas mais aprofundadas nessas fontes documentais. Não obstante, este fato demonstra que, ainda nas últimas décadas do século XIX, o *Willow* gozava de grande popularidade.

Há uma baixa incidência, na amostra, do padrão decorativo denominado *Shell Edged*. Miller (1980), como já referido, nota que, na década de 1850, as louças desse padrão, devido ao seu alto consumo, estavam caindo ao preço da louça branca, o que determinou o encerramento da sua produção. Porém, ao que tudo indica, aproveitando-se dessa onda de consumo que tinha chegado ao auge, alguns fabricantes começaram a produzir uma louça que imitava esta decoração, as chamadas “falsificaciones” por Schávelzon (op. cit.). Tais falsificações caracterizam-se por não apresentar as incisões típicas do modelo original, tentando-se este efeito somente com a pintura em azul rente à borda. Schávelzon (op. cit.:44) fornece a periodização 1860-1890 para essas peças, o que não permite enquadrar os exemplares da amostra numa ocupação específica. Por exigir menos perícia para a aplicação da decoração por parte dos fabricantes, seria de se esperar que essas louças tivessem um valor ainda menor que as originais. Isto é o que realmente sucede. No já referido inventário de Guilherme Homann, os chamados pratos rasos “beira azul”, são, após uma determinada variedade de tigela, provavelmente não decorada, as peças mais baratas presentes na listagem, sendo avaliada a unidade na mísera quantia de 72 réis. Este é um valor menor que aquele atribuído aos já citados pratos rasos brancos. Estes dados indicam que uma alta incidência de peças com essa decoração, aliados à faiança fina branca, em sítios da segunda metade do século XIX, pode ser indicativa de ocupantes com uma baixa condição econômico-social, cujas escolhas de consumo recaiam nos itens materiais de menor valor. Esta proposição, no entanto, precisaria ser testada, através da escavação de unidades domésticas cujas fontes documentais indicassem terem sido habitadas por indivíduos de baixa condição econômica.

As demais faianças apresentaram-se, como se observa no gráfico 2, em baixas proporções na amostra, e serão melhor trabalhadas em uma seção posterior deste capítulo.

Considerações sobre a forma e função das louças

Foram identificadas na amostra 14 tipos de peças, relacionadas à alimentação e às práticas de asseio e higiene pessoal (gráfico 5). Os pratos representam o tipo de peça mais popular. Embora a premissa de que os objetos que foram mais intensamente utilizados são os de maior frequência no registro arqueológico seja discutível, posto que há muitas variáveis que afetam o tempo de uso de uma peça, tais como sua composição material⁶⁴, resistência a impactos e reciclagem, essa proposição pode ser assumida no caso das louças, devido ao seu uso contínuo e facilidade de quebra. Assim, a maior incidência de pratos indica, portanto, que esses objetos sofreram uma maior intensidade de uso, tendo sido as principais peças destinadas ao consumo de alimentos. Infelizmente o estado de fragmentação da grande maioria dessas peças impediu sua subdivisão em pratos rasos e fundos, com raras exceções, insignificantes em termos estatísticos. Se tal subdivisão tivesse sido possível, os dados quantitativos poderiam fornecer outros *insights* quanto aos hábitos alimentares dos ocupantes desse sítio, relacionados ao consumo de alimentos em forma de caldo e pastosos (relacionados aos pratos fundos) versus o de alimentos sólidos (consumidos em pratos rasos).

As malgas, comumente utilizadas para o consumo de ensopados e alimentos pastosos (como cremes), são de baixa incidência frente aos pratos. Essas peças ao contrário dos pratos fundos, eram geralmente usadas sem o auxílio de talheres, sendo o alimento sorvido diretamente nelas⁶⁵. Provavelmente sua baixa quantidade demonstra que a mesma função estava sendo cumprida pelos pratos fundos presentes na amostra. É de se esperar que esses objetos tenham uma maior frequência em sítios históricos de ocupação

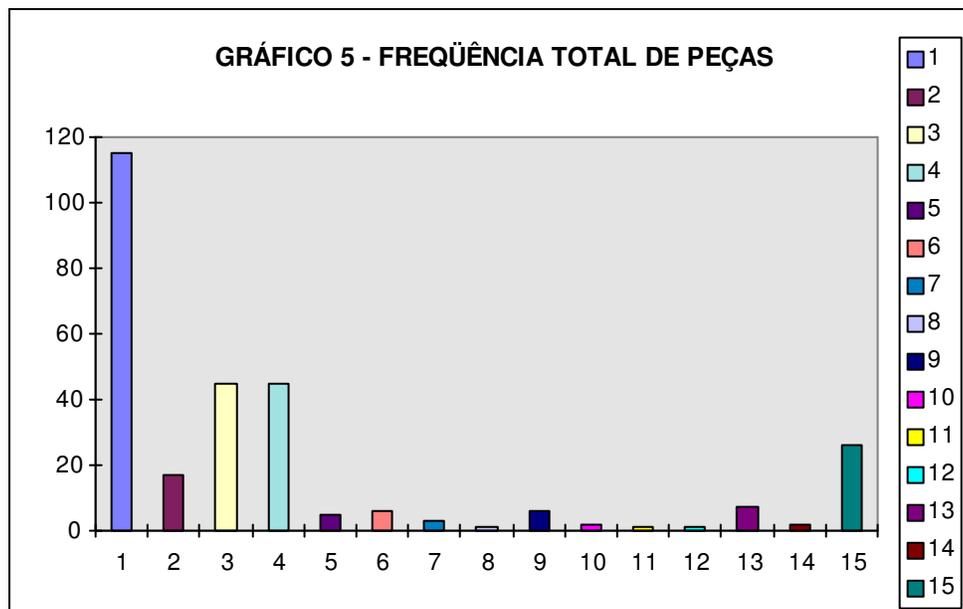
⁶⁴ O exemplo mais característico é o dos recipientes domésticos de estanho, que foram intensamente utilizados até o final do século XVIII, mas que em raríssimas ocasiões são encontrados no registro arqueológico, devido ao valor desse metal (ver Martin, 1989). O mesmo ocorre com os objetos de prata, presença constante nos inventários da elite até o último quartel do século XIX.

⁶⁵ Sobre essas peças observa Cascudo (op. cit.:709-710): “A sopa vinha nas malgas, tigelinhas de louça. Ou a senhora enchia as malgas mergulhando e revolvendo na terrina o colherão de prata. Pegava-se a malga e era só embocar na boca, aos sorvos sonoros de proclamado sabor”.

anterior ao século XIX, quando, no Brasil, ainda não havia se difundido o uso dos talheres, com excessão das facas, sendo os alimentos sólidos consumidos com as mãos e os ensopados e pastosos sorvidos diretamente nessas peças (Freyre, 1985:217; Cascudo, 1983:709-710).

As xícaras e malgas pequenas foram agrupadas pelo fato das segundas terem sido também utilizadas para o consumo de chá. A quantidade quase igual dessas peças com relação aos pires, que são utilizados juntos, chama a atenção em todos os gráficos. Isso demonstra não somente a mesma freqüência de quebra, mas que também não houve intenção de utilizá-las separadamente para outros propósitos, o que poderia ser detectado se houvesse uma quantidade bastante superior de um tipo em relação ao outro. Por outro lado, sua grande freqüência, superada somente pelos pratos, indica que bebidas como o chá e o café foram regularmente consumidas pelos ocupantes do solar.

Embora tenha sido comum o consumo do café após as refeições principais, como bem observa Cascudo (op. cit.:714), deve ser considerado que esses objetos, assim como as canecas, foram principalmente utilizados em refeições secundárias, como o café da manhã e a merenda. O contexto de uso das louças de chá será discutido mais profundamente quando a amostra for relacionada aos grupos domésticos que ocuparam o solar.



TIPO DE PEÇA QUANTIDADE

1-Pratos

115

2-Malgas	17
3-Xícaras	45
4-Pires	45
5-Canecas	05
6-Travessas	06
7-Terrinas	03
8-Molheira	01
9-Bules	06
10-Jarros	02
11-Açucareiro	01
12-Pote de creme	01
13-Urinol	07
14-Escarradeira	02
15-Não identificados	26

A baixa incidência das peças destinadas a servir alimentos (travessas, terrinas, molheiras, bules, jarros e açucareiros) demonstra não a pouca frequência de seu uso, mas a natureza comunal desses objetos, utilizados por todos os convivas numa mesa devido à sua função de expor os alimentos que serão consumidos nos pratos e xícaras. Assim, é comum num aparelho de jantar ou chá e numa mesa servida, uma quantidade sensivelmente menor dessas peças em relação àquelas destinadas ao consumo de alimentos. Essa tendência é, em geral, mantida no registro arqueológico, a não ser em casos de alimentação especial, como aquele observado por Worthy (op. cit.) no sítio de Edgewood, nos Estados Unidos⁶⁶.

Nesta primeira parte da análise, a amostra de louças foi considerada em sua totalidade por não ter sido possível relacionar uma parcela considerável de suas peças aos grupos domésticos que elas representam, devido à ausência de atributos, principalmente na faiança fina branca, que atuam como indicadores cronológicos. Embora tenha fornecido informações gerais relacionadas a escolhas de consumo e hábitos

⁶⁶Segundo Worthy (ibidem:338), nesse sítio, o número de tigelas grandes foi maior do que o esperado em relação às demais peças da amostra. Ao combinar este dado com o material zooarqueológico e as garrafas de vidro encontradas, um padrão de férias foi estabelecido. A predominância de tigelas em Edgewood, combinada com a alta incidência dos chamados “soap bones”, sugeriu o consumo em altas proporções de sopas e caldos. Estas evidências indicaram que nesse sítio eram efetuadas atividades de outono e inverno, possivelmente centralizadas nas festas de Ação de Graças e Natal. Desta maneira foi possível deduzir não apenas uma situação de alimentação especial, mas também de sazonalidade.

alimentares dos ocupantes do solar, esse tipo de análise, ao tratar o dado arqueológico de uma forma estática, inviabiliza uma perspectiva temporal, relacionada aos processos que atuaram sobre os ocupantes do sítio. Corre-se também o risco de misturar evidências antagônicas, pois a qualidade e a função das peças não foi necessariamente a mesma durante o período de cerca de 50 anos que abrange a amostra trabalhada. A etapa seguinte da análise, portanto, foi dividir a amostra pelas duas ocupações que ela representa, a fim de verificar se houve transformações na qualidade, variedade e quantidade desses itens de consumo passíveis de indicar mudanças nos padrões de comportamento de seus usuários.

Separando a amostra por grupos domésticos

Como discutido no capítulo anterior, a grande maioria da amostra provém da camada II da principal área escavada. A camada em questão apresentou como data de deposição terminal o ano de 1887, referente ao início de produção da peça mais tardia nela encontrada. Essa data foi confirmada por meio do diagrama de barras referentes ao período de produção das louças, proposto por South (1972) (ver figura 8), e pela utilização do princípio do *terminus ante quem*, como explicado no capítulo 3. No entanto, visando fornecer um limite final para todas as peças presentes nessa camada, foram acrescentados dez anos a esta data terminal, como prazo referente ao intervalo manufatura-deposição dos tipos mais tardios encontrados. Como o solar foi construído entre 1845 e 1855, pode ser assumido como data inicial para acumulação do depósito arqueológico o ano de 1845. Assim, a amostra da camada II é atribuída ao período 1845-1897. O diagrama de barras de South fornece como datação inicial para o acúmulo dessa amostra o ano de 1840, uma data bastante próxima daquela fornecida pelos dados históricos.

Na camada II encontram-se, portanto, materiais referentes à primeira e a segunda ocupação. A primeira ocupação, referente a Lopo Gonçalves e sua família, teve início com a construção do solar e estendeu-se até 1872, ano de sua morte. A propriedade foi

transmitida então para Joaquim Gonçalves, seu genro e sobrinho, cuja ocupação adentrou o século XX. Assim, dois grupos domésticos habitaram o solar no século XIX⁶⁷.

Devido ao fato dessas duas ocupações estarem representadas pelo mesmo estrato arqueológico, não foi possível discerni-las durante o trabalho de campo. Mesmo a subdivisão desta camada em níveis arbitrários de 10 centímetros não forneceu bons resultados em termos cronológicos, visto que o refugo doméstico estava sendo descartado na superfície do terreno, e não agrupado em buracos para lixo. Por outro lado, considerando as irregularidades do terreno, é difícil afirmar que materiais encontrados no mesmo nível mas em pontos distantes, dentro da área de 22m² escavada, representem um único evento deposicional, ou estejam cronologicamente próximos. Por fim, a pouca quantidade de material encontrado, que, com algumas excessões, está extremamente fragmentado⁶⁸, não possibilitou verificar variações temporais relacionadas a diferenças de profundidade.

Foi possível determinar, com base na distribuição espacial da louça, como já discutido no capítulo anterior, um ponto de deposição preferencial de refugo dentro desta área, relacionado ao último quartel do século XIX. Neste ponto, de cerca de 3m² (figura 14), o material que foi evidenciado em diferentes níveis é referente ao mesmo período, conforme se verifica pelas marcas de fabricantes encontradas. Assim, todos os objetos relacionados ao contexto em questão foram atribuídos a esse período. O descarte preferencial nesse ponto, contudo, como discutido no capítulo anterior, não impediu que o material referente à segunda ocupação também fosse aleatoriamente despejado pelo resto da área escavada.

Frente a esses problemas, a principal estratégia adotada para relacionar a amostra de louças a ocupações específicas foi a separação do material por período de produção, de acordo com os atributos que atuam como indicadores cronológicos, discutidos no início deste capítulo. Assim, as peças cuja data de produção terminal foi anterior ao ano de 1872 foram atribuídas à ocupação de Lopo Gonçalves. Conseqüentemente, aquelas cuja data de

⁶⁷ O espaço entre a morte de Lopo (1872) e o inventariamento de seus bens (1878), por ocasião do falecimento de sua esposa, não foi considerado nesta análise por se tratar de um intervalo muito estreito, não passível de ser detectado arqueologicamente.

⁶⁸ Para a área de 22m² escavada, na camada II, que apresentou, em média, 65 cm de profundidade, foram encontrados somente 978 fragmentos de louça.

produção inicial foi posterior a esse ano estão relacionadas à ocupação de Joaquim Gonçalves. Para fazer essa separação, contudo, é necessário conceder uma certa maleabilidade aos períodos de produção definidos. Assim, por exemplo, louças que foram produzidas entre 1870 e 1900, como as carimbadas, têm uma probabilidade muito maior de estarem enquadradas na segunda ocupação. Já aquelas fabricadas entre 1840 e 1880, caso da *spatterware*, são bem mais prováveis de estarem relacionadas à primeira ocupação. As louças que apresentam um intervalo de produção mais amplo dentro da segunda metade do século XIX, que foram, portanto, comuns durante todo esse período, assim como aquelas que não apresentaram atributos que atuassem como indicadores cronológicos, foram excluídas dessa análise, com exceção das peças cujo contexto arqueológico indicou sua deposição num momento melhor definido, caso daquelas encontradas no ponto de descarte preferencial de refugio referente à segunda ocupação.

Com base nos parâmetros acima expostos, foram relacionadas à ocupação de Lopo Gonçalves as seguintes louças:

- a) porcelana: somente de Macau;
- b) faiança fina: *Royal Rim*; *Shell edged* inciso, azul e verde; *Dipped ware*, padrão *Wave*; *transfer-printed* inicial, nas cores verde, marrom, rosa, preto, e azul; *Peasant Style* azul e policrômico; *Spatterware*; Azul Borrão, *Early Victorian*; branca com a marca *Davenport*; e todas as louças cujo esmalte indicou enquadrarem-se na categoria *pearlware*.

Foram atribuídas, à ocupação de Joaquim Gonçalves, as seguintes louças:

- a) porcelana: somente o pires decorado;
- b) *ironstone*: as peças em *ironstone* sem decoração, as decoradas em dourado, as com *transfer-printed* limitado às bordas, e as escarradeiras;
- c) faiança fina: carimbada; faixa e frisos; *transfer-printed* marrom e rosa tardios; padrão Trigal; conchas em relevo; motivos florais em relevo; frisos dourados; e brancas com as marcas *Adams* e *Société Céramique Maastricht*.

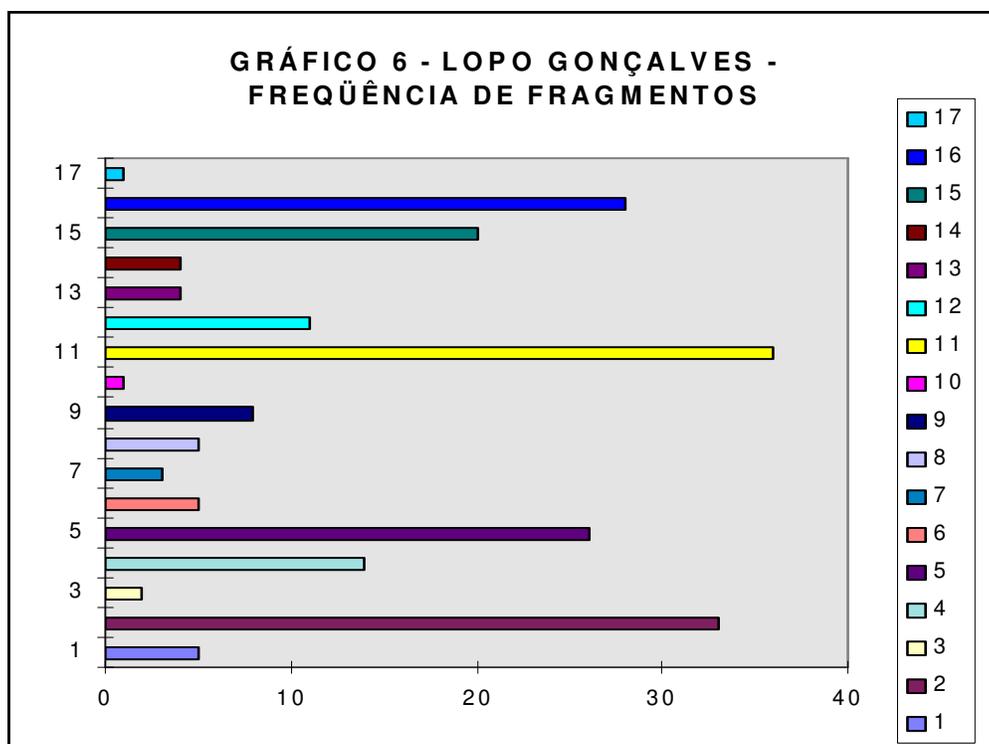
As demais louças descritas no início do capítulo não foram consideradas por apresentarem intervalos temporais muito amplos, que não possibilitaram seu enquadramento em uma ocupação específica.

Uma variável que deve ser considerada é o fato da segunda ocupação do solar estar relacionada a membros da mesma família da ocupação inicial, pois, como visto no capítulo II, com a morte de Lopo a propriedade foi herdada por sua filha Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos, casada com Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro. Isso significa que pode haver um entrelaçamento entre as amostras, com o provável uso de peças referentes à primeira ocupação durante a segunda. Este fato, contudo, não altera substancialmente a análise, pois os dados quantitativos referentes à primeira ocupação permanecem estáveis. É esperado somente um desvio para baixo dos dados relacionados ao segundo grupo doméstico, o qual não inviabiliza os resultados obtidos, pois a amostra referente a esse momento é suficientemente representativa para os propósitos desse trabalho.

A ocupação Lopo Gonçalves

A frequência das louças com diferentes tipos de decoração referentes à ocupação de Lopo Gonçalves está indicada no gráfico 6.

Deve ser ressaltado que, em algumas situações, a frequência de fragmentos de determinadas decorações pode fornecer um resultado desviante. No caso em questão isto é observado na barra 15, referente à louça com frisos *pearlware*. A quantidade desses fragmentos colocam essas louças dentre as mais consumidas, o que não corresponde à realidade, posto que há somente duas peças na amostra. Na grande maioria dos casos, porém, não ocorre tal distorção, razão pela qual optou-se trabalhar o atributo decoração por fragmentos, pois este critério de quantificação fornece uma quantia exata, enquanto que a quantificação por peças, para ser confiável, deve estabelecer, a partir das variáveis que já



DECORAÇÃO **FRAGMENTOS**

1- <i>Royal Rim</i>	05
2- <i>ShellEdged azul, incisa</i>	33
3- <i>Shell Edged verde, incisa</i>	02
4- <i>Dipped Ware - Wave</i>	14
5- <i>Peasant Style, azul</i>	26
6- <i>Peasant Style, policrômico</i>	05
7- <i>Transfer-printed verde, inicial</i>	03
8- <i>Transfer-printed rosa, inicial</i>	05
9- <i>Transfer-printed marrom, inicial</i>	08
10- <i>Transfer-printed preto</i>	01
11- <i>Transfer-printed azul</i>	36
12- <i>Spatterware</i>	11
13- <i>Porcelana de Macau, Nanking</i>	04
14- <i>Azul Borrão, inicial</i>	04
15- <i>Frisos, pearlware</i>	20
16- <i>Branca, pearlware</i>	28
17- <i>Branca, Davenport</i>	01

foram discutidas, uma quantia que possa ser considerada a mínima para a amostra, a fim de não superestimá-la.

A alta incidência da já discutida louça branca pode ser observada neste gráfico. A frequência dos fragmentos não passíveis de datação permite inferir que este foi o tipo

mais popular durante a primeira ocupação, embora isto não esteja graficamente representado.

A louça decorada em *transfer-printing* azul se apresenta como a de maior frequência neste gráfico. Como observado por Miller (1980), as faianças finas decoradas nessa técnica de impressão eram as de maior custo durante a primeira metade do século XIX. A grande maioria das peças presentes na amostra apresentam estampas distintas, o que parece indicar a compra de exemplares avulsos, antes que aparelhos.

O *Shell Edged* azul foi o segundo tipo decorado mais popular. Como já discutido, essa louça, além de ser a mais barata dentre as decoradas, teve sua produção encerrada na década de 1850. A baixa proporção do *Shell Edged* verde, por sua vez, deve-se ao fato de ele ter sido produzido somente até a década de 1840, sendo, portanto, um tipo que já estava fora de moda no início da ocupação do solar. Deve ser notado que as incisões e o acabamento das bordas diferem entre essas peças, o que também indica a compra de exemplares avulsos antes que conjuntos.

O que, porém, mais chama a atenção na porção da amostra atribuída a esta ocupação é a presença de louças (*Royal Rim Pattern - creamware* e porcelana de Macau) cuja data terminal de produção é vários anos anterior à construção do solar. Antes do que explicar essas evidências como referentes a uma ocupação anterior deste sítio, fato que não é sustentado pelas fontes documentais, esse material demonstra, na realidade, um alto intervalo entre sua manufatura e deposição no registro arqueológico. Esse intervalo, de pelo menos 30 anos no caso da *creamware* e 10 anos no da porcelana de Macau, indica, primeiramente, o uso inicial dessas louças em outra unidade doméstica, tendo sido, posteriormente, transportadas para o solar. Provavelmente a primeira unidade doméstica em que essas peças foram usadas foi a residência urbana de Lopo, seu sobrado localizado na Rua da Praia. Na época da construção do solar essas louças já estavam fora de moda há muitos anos, o que não justificava seu uso numa residência urbana, onde era maior a necessidade de ostentação, como atestam os espelhos dourados e o piano da sala de visitas que Lopo mantinha em seu sobrado. Já numa casa de porão de porão alto simples, composta, inicialmente, como já foi visto, por uma sala de visitas, duas alcovas e uma sala de jantar, localizada fora da cidade, cujo terreno era utilizado para produzir gêneros

alimentícios, não havia necessidade de exibir uma alta condição econômica. Dentro desse contexto essas peças, assim como todas as demais louças enquadradas nesta primeira ocupação, exerceram uma função primordialmente utilitária.

A porção da amostra que foi possível relacionar à ocupação de Lopo caracteriza-se, portanto, pela maior incidência de peças tidas como as mais baratas, como a louça branca e o padrão *Shell Edged*; pela presença de vários tipos que, na década de 1850 já estavam fora de moda, como a porcelana de Macau, o padrão *Royal Rim*, o padrão *Shell Edged* verde e mesmo o azul, e as peças em *transfer-printing* verde, rosa e marrom; e pela ausência de aparelhos de jantar e chá, talvez com excessão das peças de Azul Borrão discutidas no tópico anterior, as quais, porém, não foram passíveis de enquadrar numa ocupação específica. Essas evidências indicam que a louça que estava sendo usada no solar era comprada em peças avulsas ou trazida da residência da cidade na medida em que saía de moda.

Imperava, portanto, nesse primeiro momento, na mesa de jantar, uma falta de harmonia estética que demonstra, antes de tudo, a privacidade das refeições familiares nesta casa de chácara, onde só deveriam ser recebidos para as refeições amigos muito próximos da família, para os quais não havia necessidade de demonstrar um alto *status* sócio-econômico. As evidências negativas de porcelanas mais refinadas que a grosseira e já fora de moda *Nanking* de Macau, assim como de serviços de jantar e chá, que possam ser atribuídos à ocupação de Lopo Gonçalves, corrobora essas inferências. Esses dados são significativos na medida que demonstram que, em determinadas situações, a alta condição econômica dos ocupantes de uma unidade doméstica não estará necessariamente expressa no registro arqueológico. Deve ser lembrado que Lopo, como já discutido, foi, sem dúvida, um dos mais ricos comerciantes de Porto Alegre na sua época.

O uso de louças velhas e de pior qualidade em unidades domésticas rurais, tais como sedes de fazenda ou chácaras, cujos proprietários viviam na cidade, parece ter sido comum no século passado. No inventário do Barão de Guahyba⁶⁹, de 1862, observa-se, no arrolamento dos objetos de sua residência da cidade, além de uma rica mobília de sala, de jacarandá, avaliada em 400 mil réis, a presença de dois aparelhos de porcelana, um de

jantar e um de chá, e “meio aparelho azul de jantar”, de faiança fina. O aparelho de jantar de porcelana foi avaliado em 40 mil réis, mesmo com a falta de peças, fator que desvalorizava substancialmente esses jogos. Já o meio aparelho de faiança fina, azul, provavelmente decorado nesta cor na técnica do *transfer- printing*, foi avaliado em 18 mil réis. Logicamente os dois primeiros aparelhos foram utilizados em situações distintas daquele de faiança fina, exercendo, além da função utilitária de recipientes de servir e consumir alimentos, uma função sócio-técnica, comunicando o bom gosto e a condição econômica do chefe da casa perante os convidados para o chá ou para as refeições principais. Já o meio aparelho azul de faiança fina, foi, certamente, utilizado nas refeições familiares de cunho íntimo, para as quais não havia necessidade de ostentação. Porém, o que chama a atenção no inventário do Barão de Guahyba, um representante da nobreza rio-grandense cujo patrimônio, por ocasião da sua morte, foi avaliado em 121 contos e 76 mil réis, é a simplicidade do ambiente doméstico na sua casa localizada na Vila de Taquari, com uma mobília de sala usada, num valor quase seis vezes inferior aquela da cidade, e sua “louça ordinária” usada. O mesmo Barão possuía uma fazenda próxima dessa vila, cuja sede apresentava uma mobília de sala usada, o restante dos móveis da casa rotulados como “trastes antigos”, e louças simples que não compunham aparelhos, com excessão de “...um aparelho de chá com falta de muitas peças”. As louças foram avaliadas, em conjunto com outros objetos como cálices, copos, e garrafões, em 22 mil réis, quantia um pouco superior a do “meio aparelho de jantar azul” de sua casa na cidade. No inventário do fazendeiro João Baptista da Silva⁷⁰, referente ao ano de 1855, também se observa a mesma tendência, com uma mobília simplória em sua casa da fazenda contrastando com a mais elaborada, presente em sua residência de Porto Alegre.

A exemplo do dado arqueológico, e servindo para reafirmá-lo, esses documentos demonstram uma atitude que deve ter sido comum no século passado, por parte dos donos de propriedades rurais que mantinham residências na cidade: a de utilizar, em suas residências rurais, móveis e utensílios já velhos e de pior qualidade, considerados grosseiros e fora de moda para os padrões de conforto doméstico exigidos na urbe, como

⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório do Cível de Porto Alegre, ano-1862, nº-355, maço-13, estante- 28 E/C.

bem demonstra um anúncio levantado no jornal *O Porto Alegrense*, número 45, de 13 de setembro de 1848:

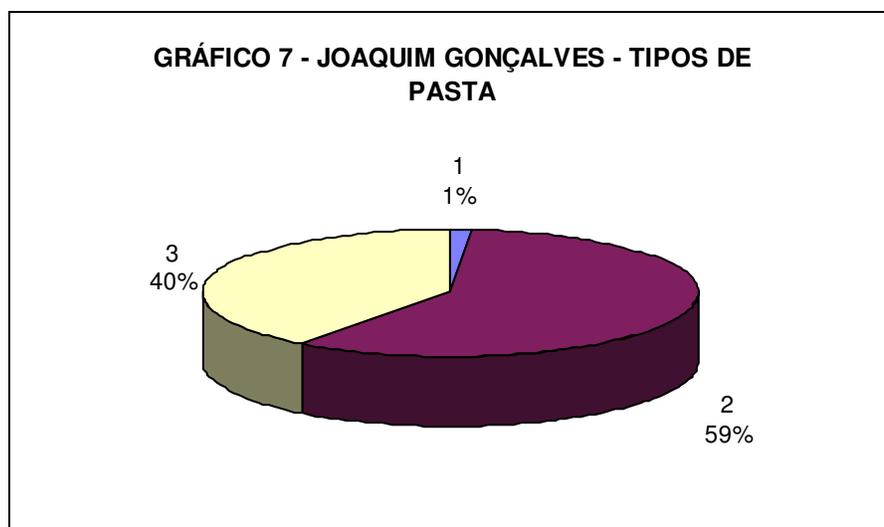
Vende-se um armario grande de vidraças...*duas camas de Jacarandá antigas próprias para o campo* [grifo nosso]. Na rua da Olaria n.25 ao lado da Capela do Carmo.

Este fato poderia também explicar a alta incidência na amostra trabalhada da “louça branca ordinária”, que foi discutida no tópico anterior. Para confirmar essas proposições seria necessário realizar escavações sistemáticas em unidades domésticas urbanas e rurais contemporâneas, cujas ocupações estivessem bem documentadas, a fim de resgatar amostras significativas que pudessem indicar amplos padrões de comportamento de consumo, não só referentes à vida urbana versus rural, mas também relacionadas a segmentos sociais distintos.

A ocupação Joaquim Gonçalves

A amostra de louças atribuída à ocupação de Joaquim Gonçalves difere, principalmente em termos qualitativos, daquela relacionada ao primeiro grupo doméstico que habitou o solar, como pode ser observado no gráfico 7.

⁷⁰ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, ano-1855, nº-115, maço-8, estante 31E/C.



Tipo de Pasta	Quantidade
1-Porcelana	03
2-Ironstone	134
3-Faiança fina	90

O primeiro ponto que chama a atenção é a predominância da qualidade de louça denominada *ironstone*, que não foi detectada durante a primeira ocupação. Embora seja provável que a amostra de faiança fina esteja sub-representada, devido às louças quantitativamente significativas que não puderam ser aproveitadas nesta análise, como a branca, *Willow*, e Azul Borrão, o fato é que, nesse momento, os ocupantes do solar estavam privilegiando o *ironstone* em sua escolhas de consumo.

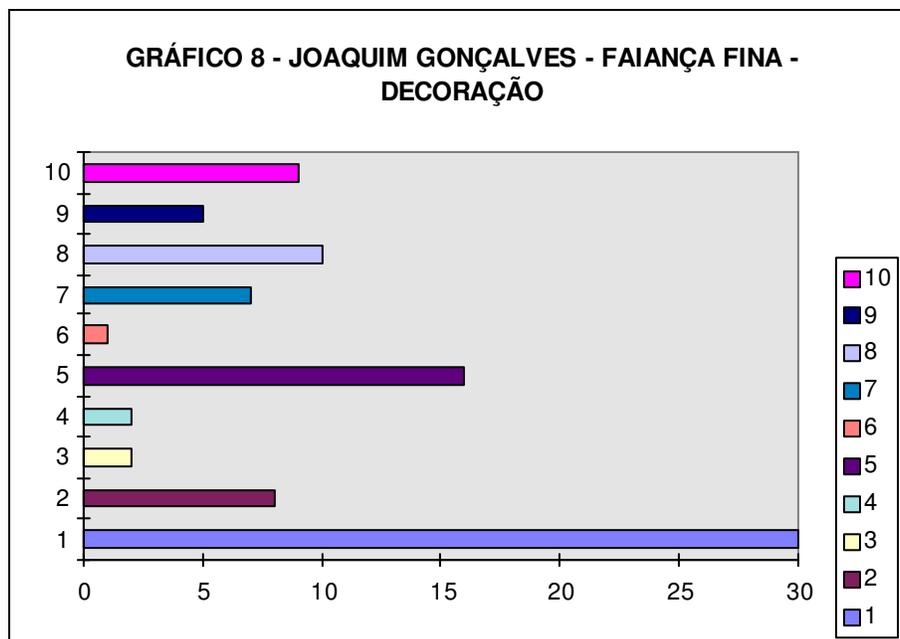
Miller (1980) nota que, na década de 1850, quando esta louça começou a concorrer com a faiança fina decorada, seus pratos sem decoração equivaliam ao preço daqueles em faiança fina impressos na técnica do *transfer-printing*. No inventário de Guilherme Homann, em uma listagem referente à sua dívida com outra loja de louças, pertencente a João Antonio da Rosa e Filhos, estão arrolados “18 dúzias de pratos branco pérola”, num custo de 200 réis a unidade, valor superior ao de todos o pratos decorados que são mencionados. Não se trata, porém, da variedade de faiança fina conhecida por *pearlware*, que apresenta um esmalte de tonalidade azul, pois esta foi produzida somente até a metade do século XIX. Ao utilizar o adjetivo composto “branco pérola” o comerciante em questão estava chamando a atenção para a principal característica dessa louça: não ser decorada. Esse adjetivo composto ao mesmo tempo a difere qualitativamente da chamada “louça branca ordinária”, avaliada em menos da metade do

seu preço. No registro arqueológico, por sua vez, a diferença qualitativa entre a faiança fina branca sem decoração e a *ironstone* não decorada é marcante. É muito provável, portanto, que “branco pérola” seja uma denominação êmica para a louça *ironstone* não decorada.

Apesar da baixa representatividade da porcelana também nessa amostra, somente 1%, deve ser destacado que, ao contrário da grosseira *Nanking* de Macau, esta é de um tipo de qualidade superior, decorada sobre o esmalte com frisos dourados e fitomorfos verdes pintados em traços finos.

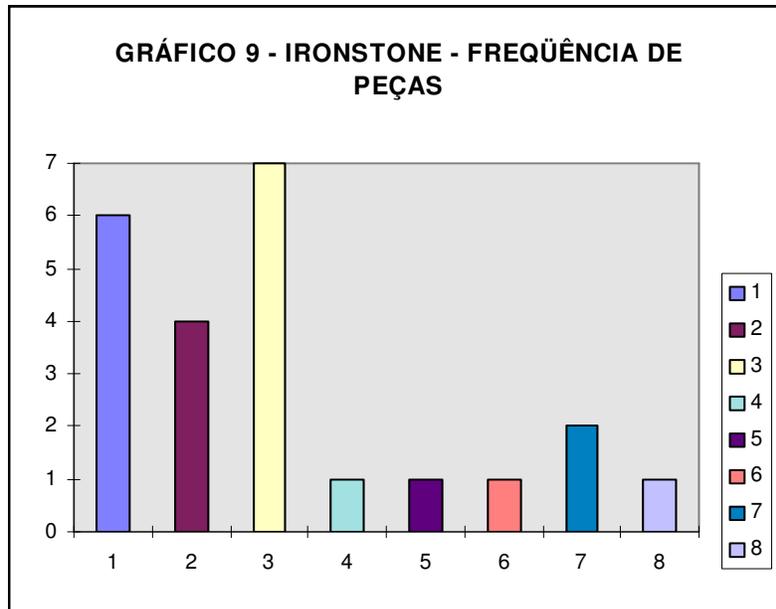
Com relação à faiança fina, observa-se uma maior diversidade de técnicas decorativas, com as inovações do último quartel do século XIX, como a técnica de decoração conhecida por decalcomania e a aplicação de frisos dourados, estando presentes na amostra (gráfico 8). Ao mesmo tempo surgem louças brancas com decoração em relevo enquanto que as decoradas pela técnica do *transfer-printing* caem drasticamente em popularidade. A tendência geral, inclusive nas peças com *transfer-printing*, é por uma decoração em menor escala, geralmente limitadas às bordas, mantendo amplos espaços em branco. Logicamente, novos itens estão sendo despejados no mercado nesse período, enquanto outros, como as louças com impressões em azul preenchendo toda a peça, tão populares no momento anterior, vão saindo de moda.

A alta representatividade do *ironstone* durante esta segunda ocupação merece uma análise mais profunda. No gráfico 9 é possível visualizar a divisão dessa louça por tipos de peças.



DECORAÇÃO	QUANTIDADE
1-Carimbada	30
2-Faixa e frisos	08
3-Transfer-printed marrom	02
4-Transfer-printed rosa	02
5-Padrão Trigal	16
6-Conchas em relevo	01
7-Flores em relevo	07
8-Frisos dourados	10
9-Decalcomania	05
10-Branca	09

Apesar da quantidade significativa de pratos, e da presença de uma travessa, nota-se que há um predomínio das peças relacionadas ao consumo do chá, sendo que a maior



PEÇA	QUANTIDADE
1-Pratos	06
2-Xícaras	04
3-Pires	07
4-Travessa	01
5-Bule	01
6-Açucareiro	01
7-Escarradeiras	02
8-Não identificado	01

quantidade de pires indica que as xícaras estão sub-representadas nesta quantificação, conforme já havia sido discutido no início do capítulo, quando foram fornecidas informações sobre essas peças.

Não será necessário fazer um gráfico dos motivos decorativos, basta ser levado em conta que somente os pratos, a travessa e três pires não apresentam decoração. A decoração está presente, portanto, na grande maioria das peças relacionadas ao consumo de chá. Tratam-se de peças de uma qualidade nitidamente superior, que se assemelham à porcelana, sendo translúcidas sob luz forte e contendo delicados motivos decorativos, florais, pintados, predominando o dourado na decoração, sobretudo em frisos na borda das peças. Neste tipo de decoração era empregado o ouro (Miller, 1991:10), e assim atesta o anúncio levantado por Lima (no prelo:35) no jornal carioca *O Fluminense*

(24/05/1883): “completo sortimento de aparelhos..., em louça ou porcelana com ouro ou sem ouro”.

Embora não tenham sido encontrados nos documentos pesquisados referências a xícaras em “branco pérola”, estão listadas no inventário de Guilherme Ruhmann (1875), referente à sua dívida na loja de louças de Christiano Reuter & Cia, “duas dúzias de xícaras de ½ porcelana brancas”, avaliadas em 416 réis a unidade. Como o próprio nome indica, trata-se de uma categoria intermediária entre a faiança fina e a porcelana. Com tais características há somente uma qualidade de louça: o *ironstone*. Observa-se, portanto, que essas xícaras, mesmo sem decoração, estavam avaliadas numa quantia superior ao dobro daquela dos pratos de mesma qualidade, de modo que as decoradas em dourado seriam ainda mais caras.

Como já discutido, Miller (1980) observa que, durante a primeira metade do século XIX, as xícaras e pires eram, dentre as peças destinadas a consumir alimentos, as de maior valor. Ao aplicar sua escala econômica a seis amostras de sítios históricos, o mesmo fato foi verificado no registro arqueológico. Spencer-Wood e Heberling (op. cit.), bem como Shephard (op. cit.), notaram a mesma tendência em amostras de diversos sítios norte-americanos. Embora essas peças estivessem disponíveis no mercado em variedades caras e baratas, como bem observa Shephard (op.cit.), houve uma preocupação, por parte dos ocupantes desses sítios, de aplicar mais dinheiro nesses itens de consumo do que nas louças relacionadas às refeições principais.

Este papel principal das xícaras e pires na exibição de *status* pode ser melhor entendido à luz da cerimônia do chá. O chá foi introduzido na Europa no século XVII, passando, no século XVIII, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, a ser consumido no espaço doméstico, sendo tradicionalmente servido nas reuniões sociais. Devido ao seu alto custo, e ao da parafernália utilizada para servi-lo, seu consumo foi limitado às classes superiores. Somente na segunda metade do século XIX é que esta bebida popularizou-se, devido ao aumento da oferta, que levou a uma queda no seu preço (Roth, 1988:440-442).

Pelo que as evidências indicam, o consumo do chá no Brasil também esteve carregado da mesma representatividade social que na Europa Ocidental. Aqui utilizado

primeiramente como remédio, tornou-se, no começo do século XIX, por influência da corte portuguesa, segundo Cascudo (1983:735) e/ou por influência dos ingleses aqui residentes, segundo Freyre (1985:218), de consumo comum entre a classe dominante⁷¹. Não é de causar espanto, portanto, que a única peça de porcelana que foi possível atribuir a esta segunda ocupação do Solar Lopo Gonçalves seja um pires decorado em dourado.

Este segundo grupo doméstico que ocupou o solar optou, portanto, em suas escolhas de consumo, por uma louça de qualidade superior. Essa louça foi utilizada, em sua versão mais simples, sem decoração, para as refeições principais, como convinha à moda deste período (Lima, no prelo). Assim, a mesa de jantar, nesse segundo momento, difere radicalmente daquela que foi comum durante a ocupação de Lopo, na qual predominaram as peças avulsas de faiança fina fora de moda. Essa maior preocupação com a estética indica mudanças na estrutura das refeições familiares que, para serem entendidas, devem ser analisadas à luz de um contexto mais amplo.

É necessário, em primeiro lugar, considerar o que aconteceu com a própria unidade doméstica em questão durante este período. Como discutido no capítulo II, o solar, ao longo de sua história passou por várias modificações. Em sua versão inicial foi uma casa de porão alto simples, composta por apenas 4 cômodos: uma sala de visitas, duas alcovas, e uma sala de jantar. Antes da morte de Lopo ocorreram as primeiras ampliações, com o acréscimo do torreão e da varanda, conforme seu inventário que, como já visto, embora não especifique a compartimentação interna desta residência, demonstra um arrolamento de objetos feito na base sala por sala. As ampliações posteriores ocorreram, por conseguinte, durante a ocupação de Joaquim Gonçalves, embora não tenham sido obtidas datas específicas. Assim a casa simples inicial, cuja compartimentação interna em nada diferia das casas térreas urbanas de Porto Alegre descritas por Weimer (1987:92), contendo uma mobília simplória para o nível econômico de Lopo, e cujos alimentos eram servidos e consumidos na sala de jantar em louças avulsas e fora de moda, transformou-se, no último quartel do século XIX, em uma residência grande, com uma compartimentação mais complexa, como demonstra sua

⁷¹ Ao se referir às três bebidas quentes consumidas no Brasil oitocentista (café, chocolate e chá) Cascudo (op.cit.:722) nota que em torno delas “...valorizava-se a porcelana do serviço e era possível hora agradável na ágil inutilidade retórica e mesmo literária. Exercia-se a nobre e aposentada capacidade da conversação”.

planta em forma de L e a presença de um pátio interno. Ao mesmo tempo, louças de melhor qualidade, mais caras, e seguindo os padrões estéticos então vigentes, começaram a ser utilizadas no interior da casa.

A combinação dos dados fornecidos pela arquitetura (compartimentação interna do solar e suas ampliações), pelas fontes documentais (móvel presente no solar em 1878 e dados sobre sua compartimentação), e pelas evidências arqueológicas (mudanças na qualidade das louças entre as duas ocupações) demonstra que, durante este segundo momento, mudou a própria natureza da ocupação deste sítio. Ocupado, no período de Lopo, como a sede de uma chácara, não exercia a função de domicílio da família, que era o sobrado localizado na Rua da Praia. Já na época de Joaquim Gonçalves, essa edificação assumiu um caráter verdadeiramente residencial, num momento em que a região na qual ela estava inserida era, gradualmente, ocupada pela cidade. Nesse mesmo período começavam a se desenvolver os primeiros bairros residenciais de Porto Alegre, como o aristocrático Menino Deus. O surgimento desses bairros permitiu às famílias mais abastadas afastar o local de trabalho, localizado no centro, da moradia, espaços que, como visto no capítulo II, estavam tradicionalmente unidos nos sobrados urbanos. A fim de tornar o solar digno de ser habitado por uma família da elite, foi necessário ampliá-lo, acrescentando à edificação uma nova seção, ligada transversalmente à construção original pelo recinto que dava acesso ao torreão; fechando a varanda localizada atrás da casa; e construindo um muro alto, que uniu as duas seções do domicílio, o qual fechou um pequeno pátio em seu interior, oculto da vista dos que passavam pela então mais urbanizada Rua da Margem. Ficava assim expressa uma maior necessidade de privatização, de ocultar, da via pública, o que ocorria dentro daquele ambiente doméstico, algo que não foi necessário durante o período de Lopo, posto que em sua época a região na qual o solar está inserido ainda mantinha características predominantemente rurais.

Ao mesmo tempo que tais transformações arquitetônicas acentuavam as mensagens indicadoras transmitidas por este domicílio, a louça utilizada em seu interior, que cumpriu uma função primordialmente utilitária durante a ocupação anterior, foi substituída por uma louça de melhor qualidade e, portanto, mais cara, a qual comunicava aos indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico que penetravam nesta residência a

filiação social de seus ocupantes. Esta louça foi, provavelmente, utilizada em dois cenários distintos: a sala de jantar e a sala de visitas. O primeiro cenário, neste período, a exemplo da sala de visitas, também pode ter atuado como um espaço de sociabilidade, onde a família recebia indivíduos externos ao lar para as refeições principais (almoço ou jantar), sendo os alimentos expostos e consumidos em aparelhos de *ironstone* brancos, sem decoração, como convinha à moda da época (Lima, no prelo). Já na sala de visitas, os convidados para o chá eram servidos em finas xícaras de porcelana ou *ironstone* decoradas com delicados motivos em dourado, as quais eram condizentes com o cenário mais elaborado do domicílio no qual, tradicionalmente, era aplicado mais dinheiro. A alta incidência na amostra dessas louças de maior valor demonstra a importância que os eventos de socialização, com indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico, tomaram durante esta segunda ocupação do solar.

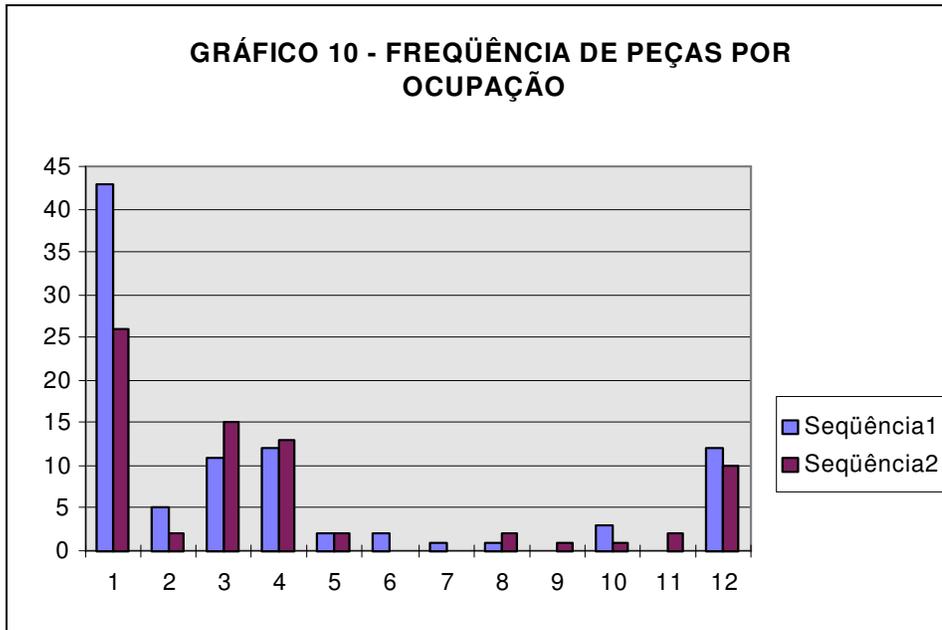
É bastante provável que as mudanças no aparato material deste segundo grupo doméstico não tenham se restringido somente às louças, mas abrangido também toda a mobília presente no solar. Infelizmente o documento que poderia fornecer informações sobre esta mobília, o inventário de Joaquim Gonçalves, foi, como informado no capítulo II, queimado num incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948.

A frequência das formas de louça por ocupação

A próxima etapa de análise foi comparar a frequência das diversas formas de louça atribuídas a cada ocupação a fim de verificar possíveis mudanças no comportamento desses grupos domésticos. O gráfico 10 demonstra a frequência dos tipos de peças relacionadas a cada ocupação.

A distinção principal entre as duas ocupações diz respeito à expressivamente maior quantidade de pratos atribuídos ao primeiro período. A frequência dessas peças relacionadas à ocupação de Lopo é tão significativa que, se fosse aplicada a fórmula proposta por South (1972) para verificar o período de maior intensidade ocupacional deste sítio, elas puxariam o resultado para a primeira ocupação. De fato, o ano obtido com

a aplicação da fórmula para datação média de louças foi 1865⁷². Considerando correta a premissa maior frequência de



Seqüência 1: Ocupação Lopo Gonçalves

Seqüência 2: Ocupação Joaquim Gonçalves

TIPOS DE PEÇAS

1-Pratos

2-Malgas

3-Xícaras e malgas pequenas

⁷² A data média de cada tipo de louça é estabelecida calculando a média entre a sua data inicial e a sua data terminal de produção. O total de fragmentos de cada tipo deve ser multiplicado por sua respectiva data média. O resultado assim obtido é somado ao dos demais tipos que foram trabalhados. Este produto deve, por fim, ser dividido pelo total dos fragmentos considerados para o cálculo, obtendo-se, desta forma, a data média para a ocupação do sítio em questão. Este método quantitativo foi aplicado somente nas louças da amostra que apresentaram uma data inicial e terminal de produção bem específicas, de modo que, louças que foram atribuídas à primeira ou à segunda ocupação, mas sem conterem um intervalo de produção bem definido, foram excluídas da análise. Assim, foram trabalhados os seguintes tipos: *Shell Edged* azul inciso, *Shell Edged* verde, *dipped ware* padrão *Wave*, *Blue Banded*, *Yellowware Banded*, *Peasant Style* azul e policrômico, *transfer-printeds* verde, rosa e marrom iniciais, *transfer-printed* preto, *Willow* marca *Baker & Co*, Padrão Oriental, *Spatterware*, Azul Borrão *early* e outros, carimbada, *Shell Edged* azul pintado, *ironstone* branca, e as brancas com a marca *Adams*, *Davenport* e *F*.

- 4-Pires
- 5-Travessas
- 6-Terrinas
- 7-Molheira
- 8-Bules
- 9-Açucareiro
- 10-Urinóis
- 11-Escarradeiras
- 12-Não identificados

de peças/maior intensidade ocupacional, é curioso verificar que a data média para a acumulação da amostra se enquadra dentro deste primeiro momento, época em que o solar era ainda uma casa simples, que dispunha de poucos cômodos. Essas peças, como visto acima, são somente pratos, o que indica, que, nesse primeiro momento, havia um maior número de pessoas fazendo as refeições principais nesse sítio do que durante o período subsequente. Por outro lado, a frequência de peças destinadas ao consumo de chá, no geral mais caras e relacionadas a refeições secundárias e eventos de socialização do qual participavam elementos não pertencentes à família, é menor nesse período.

É bastante difícil, no entanto, explicar as razões que levaram a essa frequência destoante dos pratos durante a ocupação inicial, época em que o solar nem sequer constituía o domicílio principal da família Bastos. Uma primeira hipótese é baseada na composição dos grupos domésticos que ocuparam este domicílio. Como mencionado no capítulo 2, Lopo Gonçalves teve quatro filhos. Na época em que ele mandou construir o solar, entre 1845 e 1855, dois de seus filhos, Lopo e Maria Luiza, nascidos respectivamente em 1837 e 1842, ainda poderiam estar na infância ou entrando na adolescência, enquanto os outros dois, Aurélia e Francisca, nascidas em 1829 e 1830, já eram praticamente adultos. Cabe lembrar que Joaquim Gonçalves veio para Porto Alegre com 14 anos, em 1843 e, portanto, era também integrante deste grupo doméstico. Na época em que o solar foi construído, provavelmente Aurélia e Francisca já estavam casadas ou em vias de se casar, de modo que a presença delas, durante esta primeira ocupação do solar, pode não ter sido significativa. Esta primeira ocupação é provavelmente representada, portanto, por Lopo, sua mulher, seus dois filhos menores, e seu sobrinho, além de 14 escravos.

Em 1858 Joaquim Gonçalves casou-se com Maria Luiza. As fontes pesquisadas, infelizmente, não forneceram informações sobre o endereço residencial do casal, mas, devido aos vínculos de parentesco entre Lopo Gonçalves e Joaquim Gonçalves, é provável que eles tenham continuado a residir na casa de Lopo, constituindo o que Blanton (op. cit.) denomina de “estratégia de continuidade do grupo doméstico”⁷³. Em 1859 nasceu o primeiro filho do casal, também denominado Lopo. A este seguiram mais quatro filhos: Aurélia (1864), Francisca (1867), Joaquim (1868) e Maria Luiza (1870). É bastante provável que as evidências arqueológicas relacionadas a atividades de crianças exumadas do sítio (quatro fragmentos de miniaturas de peças de louça e dois fragmentos de bonecas de louça - foto 59), sejam referentes aos filhos de Joaquim Gonçalves. Suas datas de nascimento demonstram que eles também fizeram parte, ainda que por poucos anos, do primeiro grupo doméstico que ocupou o solar.

Até 1872, portanto, ano da morte de Lopo, o registro arqueológico pode conter evidências das duas famílias que ocuparam o solar. Assim, considerando-se que uma das variáveis que afetam a frequência de artefatos encontrados num sítio doméstico é o número de ocupantes do domicílio (Shephard, op.cit.:166-167), a maior quantidade de peças relacionadas à primeira ocupação do solar pode estar relacionada a uma família que, contando com pais, filhos e netos, foi mais extensa. Constata-se, portanto, que a amostra referente à ocupação de Lopo Gonçalves representa um estágio mais avançado do ciclo de vida do grupo doméstico do que aquela relacionada à ocupação de seu genro e sobrinho. O conceito de ciclo de vida, segundo LeeDecker et alii (1987:236), diz respeito à seqüência de desenvolvimento normal pela qual passa um grupo doméstico, relacionada a mudanças de idade, condição conjugal, circunstâncias residenciais, criação de crianças e participação na força de trabalho:

de ...Começando com o nascimento e culminando com a morte, o ciclo de vida do indivíduo normalmente inclui a sucessão das condições de

⁷³A estratégia de continuidade do grupo doméstico é considerada, por Blanton (op. cit.:103), um tipo particular de estratégia reprodutiva social, na qual o principal aspecto enfatizado é a continuidade do grupo doméstico através de múltiplas gerações. Segundo Blanton (ibidem) nesses “...arranjos domésticos centralizados a autonomia dos membros da geração mais nova pode ser sacrificada para o benefício do grupo maior e seus diretores da geração senior, que controlam a economia do grupo doméstico e os casamentos de seus descendentes”.

criança,
grupo

a

filhos,
estágio
próprios

adulto, cônjuge e pai. O ciclo de desenvolvimento típico de um doméstico do século XX pode ser definido com iniciando com a formação de um novo grupo doméstico por um casal sem progredindo para um estágio de família nuclear, e culminando no de 'abrigo vazio', depois que os filhos partem para formar seus grupos domésticos (ibidem, 236-237).

Até sua morte, Lopo presenciou o casamento de seus filhos e toda a formação da nova família que viria a ocupar o solar a partir da década de 1870. A década de 1860 marcou, portanto, o momento de maior expansão familiar, devido ao nascimento dos filhos de Joaquim Gonçalves. Este período pode ser entendido também como de integração entre os dois grupos domésticos que ocuparam o solar no século XIX, quando o ciclo de desenvolvimento familiar da ocupação de Lopo alcançou seu auge. O resultado obtido com a aplicação da fórmula South aponta justamente para essa década (1865) como sendo a de maior intensidade ocupacional do solar. É possível, por conseguinte, que a maior frequência de artefatos constatada durante a primeira ocupação represente essa integração entre os dois grupos domésticos, marcando a época do maior número de ocupantes deste sítio durante o século XIX.

Foto 59- Fragmentos de louça de boneca. Na linha superior: um rosto de boneca, um fragmento de perna de boneca e um urinol. Na linha inferior: uma travessa, um prato e uma xícara.

Também deve ser considerado o fato da camada referente ao século XIX não marcar o final da segunda ocupação, que se estendeu até a morte da esposa de Joaquim Gonçalves, em 1915. Considerando que outra variável que afeta a frequência de artefatos em um sítio é a extensão de tempo na qual ele foi ocupado (Shephard, op. cit.:166-167), constata-se que a amostra analisada não abrange todo o período da segunda ocupação, além de não representar um estágio avançado no ciclo de vida deste segundo grupo doméstico.

Já a predominância, durante a primeira ocupação, de louças de qualidade inferior, muitas das quais velhas e fora de moda, deve ser explicada considerando duas variáveis já discutidas. Em primeiro lugar o fato de Lopo, conforme tratado no capítulo II, estar habituado a um cotidiano doméstico modesto para a sua condição sócio-econômica, aplicando uma baixa quantia de dinheiro em itens de consumo para o lar em comparação com os padrões mantidos para a classe na qual ele estava inserido. A segunda variável, relacionada ao que, segundo as fontes documentais pesquisadas, parece ter sido um padrão mais amplo de comportamento de consumo, diz respeito ao fato dos proprietários rurais residentes na cidade mobiliarem suas casas de campo com itens domésticos já velhos e de baixo valor. Em sua residência rural, portanto, Lopo não fugiu à regra, se preocupando menos ainda com a ostentação de sua condição econômica a partir dos itens materiais nela presentes do que no sobrado da cidade.

Embora o estágio avançado do ciclo de vida do grupo doméstico inicial possa constituir uma explicação plausível para a maior frequência de louças durante a primeira ocupação do solar, esta não é uma explanação totalmente satisfatória posto que, neste

período, o solar era uma casa simples, que dispunha de poucos cômodos, e não constituía o domicílio principal da família. Era de se esperar, portanto, uma menor frequência de uso dos itens materiais e, conseqüentemente, uma menor quebra e deposição no registro arqueológico durante essa ocupação. Deve ser lembrado, no entanto, que Lopo Gonçalves era proprietário de 14 escravos. Autores como Reis Filho (1995) e Carlos Lemos (1996) destacam a importância do trabalho escravo no funcionamento e uso das casas,

lenha,
mandonas;

as
assoalhos
de cinzas

...subindo e descendo escadas, carregando sacos de lixo, feixes de potes de água, tigres plenos de fezes de sinhozinhos e nhamãs

subindo e descendo pesadas janelas de guilhotina; abanando e afastando moscas do patriarca à mesa, esfregando areia molhada nos sempre limpos; fazendo comida, fazendo velas, fazendo sabão

(Lemos, 1996:11-12).

A dependência da mão-de-obra escrava era tanta que Hörmeyer (op. cit.:65) observa, ainda na metade do século passado, o costume dos brasileiros de não carregarem volumes de espécie alguma, trabalho que denotava a condição de escravo. Retornando ao inventário do genro de Lopo, João Luís Teixeira, este declara que Lopo havia edificado uma propriedade de casas na porção dos fundos de sua chácara "...e ali tem plantado e se acha hoje em estado de uma pequena chácara, tudo feito por ele..." (pag.15). Essa afirmação comprova que o sítio aonde foi construído o solar não exerceu simplesmente uma função lúdica de propriedade aprazível aonde a família de Lopo ia gozar seus momentos de folga, mas que atividades produtivas como o plantio de gêneros alimentícios e, certamente, a criação de pequenos animais eram lá realizadas. Logicamente, assim como nas casas urbanas, era o braço escravo que tocava essas pequenas unidades produtivas localizadas em volta de Porto Alegre no século passado. Dos 14 escravos listados no inventário de Lopo, três exerciam a atividade de roceiros, provavelmente trabalhando na chácara do solar, aonde deveriam residir. Os problemas da visibilidade no registro arqueológico das evidências deixadas por essa categoria social já

foram discutidos. Foi encontrado, porém, no decurso das escavações nesse sítio, pelo menos um objeto que foi de uso comum dos escravos, como atestam as fontes iconográficas da época: um cachimbo de cerâmica (foto 60; figuras 17 e 18).

Embora não tenham sido obtidas informações sobre os tipos de vasilhames utilizados pelos escravos de Porto Alegre para suas refeições, nada impede que a eles fossem fornecidas peças baratas de louça, como pratos que valiam menos que uma garrafa de cerveja. Nesse sentido, é interessante notar que, segundo Hormeyer (op.cit.:78), os escravos do Rio Grande do Sul se alimentavam com comida quente três vezes por dia “... em geral feijão preto, carne fresca ou charque, farinha e, várias vezes, café, frutas de toda espécie...”.

Assim, num momento em que a unidade em questão exerceu uma função mais produtiva do que domiciliar foi necessário um maior número de pessoas, diga-se escravos, nela trabalhando, e, conseqüentemente, se alimentando. Portanto, ao lado do estágio máximo de desenvolvimento do grupo doméstico alcançado na década de 1860, a maior intensidade de ocupação relacionada ao período de Lopo pode ser também atribuída à presença da mão-de-obra escrava neste sítio, que pode ter deixado sua marca no registro arqueológico através da destoante quantidade de pratos, em sua grande maioria de baixo valor, presentes na amostra.

Foto 60- Cachimbo de cerâmica utilizado por escravos.

Poderia ser colocado, contra esta argumentação, que existiam recipientes ainda mais baratos que essas “louças ordinárias”: a chamada louça de barro cabocla, a cerâmica sem vidrado, atribuída às classes mais humildes (Santos, op. cit.:96), e produzida em Porto Alegre desde o final do século XVIII (Oliveira, 1987:102). A incidência desse tipo na amostra é, contudo, baixíssima. Foram recuperados apenas 89 fragmentos de cerâmica simples, torneada, sem vidrado. Esta quantidade é menor que a da cerâmica vidrada, 123 fragmentos, que, por sua vez, como observa Santos (ibidem), entrava na casa abastada “...através dos alguidares, boiões, panelas e em peças de variada utilidade”. A baixa incidência desses itens demonstra que foram utilizados numa escala bem menor que aquela das louças.

Figura 17- Pintura de Debret (op. cit.) retratando negras livres em suas atividades, na qual se observa um cachimbo na margem superior esquerda.

Seria necessário, no entanto, para comprovar essas explicações, escavar outras chácaras próximas a Porto Alegre, que foram ocupadas no mesmo intervalo, para verificar se tais freqüências das peças de louça constituem padrões que se modificaram com a expansão da cidade no último quartel do século XIX, bem como comparar essas freqüências com aquelas de unidades domésticas urbanas contemporâneas, a fim de detectar se este destoante uso preferencial dos pratos foi um hábito comum também na cidade durante este período.

Com relação às malgas, peças que, como já discutido, eram empregadas sem o auxílio de talheres para o consumo de alimentos pastosos e ensopados, verifica-se uma queda na sua freqüência durante a segunda ocupação, a qual parece indicar que, na medida que o século XIX avançou, essas peças foram caindo em popularidade até serem completamente substituídas pelos pratos fundos, que cumpriam a mesma função. Essa gradual substituição indica a importância que os talheres foram tomando naquele século, até se tornarem artefatos indispensáveis para o consumo de alimentos durante as refeições principais. É bastante

Figura 18 (página ao lado) - Pintura de Debret (op. cit.) na qual se observa uma negra escrava fumando cachimbo.

provável que em sítios históricos do final do século XIX e início do XX se encontre uma quantidade mínima de tais objetos.

A maior frequência de peças referentes ao consumo do chá durante a segunda ocupação, que, além, de se apresentarem numa maior variedade, como notado pela

presença do açucareiro, são, como já discutido, em sua maioria de melhor qualidade, indica a importância que o consumo dessa bebida adquiriu nesse período, seja nas refeições familiares de cunho íntimo, realizadas na sala de jantar, durante as quais provavelmente foram utilizadas as peças mais simples, de faiança fina; seja durante momentos de socialização, na sala de visitas, com convidados não pertencentes ao grupo doméstico, que eram servidos em caras xícaras e pires de porcelana e *ironstone*, que indicavam o alto *status* sócio-econômico dos ocupantes da casa.

A comparação da frequência das formas atribuídas a cada ocupação demonstra que ocorreram mudanças nas atividades relacionadas à alimentação entre os dois grupos domésticos que habitaram o solar no século XIX. Na porção da amostra atribuída ao período de Lopo Gonçalves observou-se uma distribuição desequilibrada das louças, com uma quantidade de pratos excessivamente grande em relação às demais peças. Tal desequilíbrio também se expressou no nível qualitativo, através da alta diversidade decorativa das louças, a qual aponta para a compra de peças avulsas antes que jogos, e pela ausência de peças que pudessem atuar como indicadoras da posição econômico-social de Lopo, como porcelanas finas. Durante a ocupação de Joaquim Gonçalves, por outro lado, nota-se uma distribuição mais equilibrada das formas, diminuindo sensivelmente a quantidade de pratos ao mesmo tempo que aumenta o número de peças destinadas ao consumo do chá. Como já discutido, ocorre também, nesse momento, uma mudança qualitativa na amostra, com uma alta incidência de peças de melhor qualidade que, inclusive, formam jogos.

Um dos propósitos deste capítulo foi tentar explicar as marcantes diferenças entre as louças atribuídas à duas ocupações do Solar Lopo Gonçalves como expressando distinções na forma em que este sítio foi ocupado. A louça que foi exumada de uma pequena unidade de produção localizada numa área semi-rural da Porto Alegre do terceiro quartel do século XIX, com suas características primordialmente utilitárias, parece espelhar a própria natureza da ocupação deste sítio durante este período: produtiva, antes que residencial. Já aquela referente ao último quartel daquele século, exumada de um solar com uma compartimentação interna mais elaborada, situado numa região que

começava a urbanizar-se, é de uma qualidade nitidamente superior, com muitas peças cumprindo funções não somente utilitárias mas também sociais, na medida que indicavam a alta condição econômica de seus proprietários. Esta mudança qualitativa na amostra espelha a própria mudança qualitativa pela qual passou o Solar Lopo Gonçalves durante este período e, nesse sentido, representa a natureza da segunda ocupação deste sítio: residencial, antes que produtiva.

Antes, porém, do que indicar somente uma mudança na natureza da ocupação desse sítio, as distinções entre as amostras referentes a cada ocupação demonstram que tal mudança se processou num momento de expansão urbana ocasionada pelo desenvolvimento econômico, o qual estava afetando a sociedade como um todo, como visto no capítulo I. Tal desenvolvimento não foi somente gerado por fatores locais e regionais, mas fortemente influenciado pelo sistema econômico mundial através das redes de comércio de importação e exportação. Os artefatos analisados neste capítulo são, em sua totalidade, itens importados da Europa e, como tais, estavam inseridos nesse sistema econômico. Avaliados a partir dessa perspectiva, os fragmentos de louça exumados do Solar Lopo Gonçalves deixam de indicar somente mudanças nos padrões de comportamento dos ocupantes desse sítio com o decorrer do século, e passam a demonstrar que tais mudanças foram influenciadas por um processo mais amplo: a integração de Porto Alegre no sistema econômico mundial.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)